

## INTRODUÇÃO

*O objeto designa-nos mais do que nós o designamos*  
Bachelard, 1957.

O presente trabalho tem como tema central o conceito psicanalítico de feminilidade. O contexto que nos serve de referência para este estudo é o artigo de Freud (1937/1996), *Análise terminável e interminável*, em que ele ressalta a importância do repúdio da feminilidade na vida psíquica, em suas diferentes expressões – inveja do pênis nas mulheres e luta contra a passividade nos homens. Ambas são determinadas pela presença do operador fálico na vida psíquica, levando o repúdio da feminilidade a equiparar-se à recusa da castração. Freud o considera como um obstáculo intransponível à análise e realça o papel da diferença de sexo quanto à sua forma de expressão.

Para ele, a diferença anatômica entre os sexos levaria cada um dos seus representantes, homem e mulher, a diferentes organizações psíquicas, por meio dos complexos de Édipo e de castração. A diferença é formulada, por Freud, em termos libidinais, mas a partir de um monismo sexual: “a libido é essencialmente masculina ou fálica” (Roudinesco & Plon, 1998, p. 154).

Mais tarde, Freud (1933 [1932]/1996) afirma que não se pode atribuir nenhum sexo à libido, pois essa servirá tanto à função feminina quanto à masculina. Mas, ainda assim, serão os processos libidinais moldados para servir à função masculina que servirão de paradigma à sua teoria. Segundo a pregnância do modelo masculino e da lógica fálica, os caminhos percorridos pela libido definirão a organização da sexualidade masculina e feminina. A diferença entre os sexos é, portanto, formulada a partir da construção fálico-edipiana. Por isso, o repúdio da feminilidade se faz tão notável em suas formas de expressão fálico-sexuadas, tanto no homem como na mulher.

Embora o conceito de feminilidade tenha um longo percurso na teoria freudiana, a feminilidade definiu-se como uma conquista secundária a ser alcançada no final da organização da sexualidade das mulheres, mediante a repressão da masculinidade inicial (sexualidade clitoridiana) derivada da descoberta da menina de que ela é castrada. Para Freud (idem), as perturbações no desenvolvimento da feminilidade se devem “aos fenômenos residuais do período masculino inicial” (p. 130). Pelos cânones da teoria freudiana, o termo castrado é correlato de feminino passivo e a castração e o Édipo são os complexos nucleares da estruturação da subjetividade e da organização da sexualidade.

Entretanto, Freud (1937/1996), em *Análise Terminável e Interminável*, deixa entreabertas novas possibilidades de compreensão do conceito de feminilidade. Ao colocar em evidência o repúdio da feminilidade, defesa inelutável em *ambos os sexos*, Freud nos levou a considerar a importância do registro da feminilidade na vida psíquica não só da mulher, como, também, a considerar uma possível relação dessa feminilidade com o inconsciente primordial.

Para Freud (ibid.), a luta entre o esforço por ser masculino e a atitude passiva exige do Eu um trabalho enérgico de recalçamento da última, levando até às supercompensações fálicas. Ele afirma que há sintonia entre o Eu e o esforço por ser masculino e o repúdio da feminilidade é caracterizado por estar apoiado em uma única referência, o falo, nos diferentes sexos.

Essas indicações nos levaram a pensar que toda a luta do Eu por ser masculino não poderia ser imputada à presença, no inconsciente, de uma tendência dos primeiros impulsos libidinais ao complexo de masculinidade, como Freud (1931) afirmara. Pois, se assim fosse, não se justificaria a barreira de oposição entre o Eu e o núcleo do inconsciente e nem o tamanho esforço do Eu em ser masculino.

Deveria haver no núcleo do inconsciente um fator de pressão intensa e oposição

radical àquele esforço. Pela lógica do recalque, se o Eu se ancora no desejo de masculinidade, rechaçando energicamente a atitude passiva através do recalçamento secundário, o conteúdo do recalcado originário que lhe faria pressão e que poderia acolher, por afinidade, a atitude passiva indesejável ao Eu, teria ligações diretas com a passividade, por isso o Eu destinaria ao recalcado originário a atitude passiva. Esse recalcado, por ser opositivo e requisitar do Eu um mecanismo de defesa tão radical como o da recusa, certamente seria destituído das representações com as quais o Eu mantém sintonia. Poderíamos supor, então, que o recalcado originário fosse marcado pela passividade, associada à feminilidade e que essa fosse um referente primário.

Passamos a considerar que o modelo do funcionamento psíquico ancorado exclusivamente no significante *falo* não seria o bastante para explicar a recusa da feminilidade. Outro registro psíquico, opositivo, existiria e representaria, para o Eu, do ponto de vista econômico, uma grande ameaça, pois na condição de recalcado, estaria intimamente vinculado à força e à intensidade das pulsões constitutivas do inconsciente.

As possíveis ligações do repúdio da feminilidade a uma feminilidade primária foram instigadas pelas formulações de Ribeiro (2000). O autor adere ao pensamento de André (1996) quanto à existência de uma feminilidade precoce nas origens da sexualidade, tomando como premissa a teoria da sedução generalizada de Laplanche (1992).

Laplanche (ibid.) ressalta a importância do outro, adulto sexual, na constituição do eu, do inconsciente e da pulsão. Na situação originária, a criança receberia do adulto mensagens carregadas de conteúdo sexual que o adulto também não decodifica. Esses enigmas sexuais implantados na criança dão origem a todo o desenvolvimento psicosssexual e caracterizam a passividade da criança na cena da sedução originária. Também nos é cara a ideia de Laplanche sobre a função defensiva do Eu, desde a sua origem, operando em oposição ao fator de fragmentação da sedução originária.

Para Ribeiro (2000) e André (1996), a passividade da criança na cena da sedução é o que a caracteriza como uma criança-cavidade, criança-orifical, aberta ao mundo. Para ambos, a feminilidade se associa à passividade não por ser ferida ou castrada, como em Freud, mas por ser uma feminilidade orifical, metaforizando o órgão sexual feminino pelo caráter penetrável da vagina. No entanto, para Ribeiro (ibid.), a feminilidade se vincula à sedução originária não só porque a vagina, enquanto local de penetração, simboliza a intromissão da sexualidade adulta no psiquismo e no corpo da criança. A identificação à mãe é que permitiria o surgimento da feminilidade. A despeito de divergirem em alguns aspectos fundamentais, ambos acordam quanto à função recalcante do primado fálico sobre a feminilidade primitiva e a condição de recalcado que essa adquire.

Não comporta, nesta introdução, o desenvolvimento do pensamento desses autores, o que buscaremos apresentar mais adiante, até o limite da nossa compreensão e dos interesses desta pesquisa. Expomos, apenas, o que nos levou a buscar, em suas ideias, apoio para se pensar que a resistência em análise, representada pelo repúdio da feminilidade, assenta suas raízes na cena da sedução originária.

O conceito de feminilidade será não só tema, mas, também, instrumento para nos orientar na busca de nossos objetivos, quais sejam: investigar as possíveis vantagens, na situação de análise, de conceber a existência de uma feminilidade primária como representante nuclear do recalcado; colocar em xeque os limites que o repúdio da feminilidade, entendido estritamente na lógica fálico-sexuada, representa à psicanálise.

Constam como objetivos parciais: investigar o percurso da feminilidade, desde as origens do psíquico até a incidência do repúdio da feminilidade e a participação da feminilidade nos processos de formação do Eu, da escolha de objeto e de sexo. A nossa pergunta central é: qual é a posição da feminilidade na vida psíquica e qual a sua implicação nas formas sexuado-fálicas de expressão do repúdio da feminilidade?

O nosso argumento é o de que a feminilidade que mais interessa à investigação do inconsciente é aquela que está na gênese do sexual, tão caro à psicanálise. A gênese feminina do sexual é o que justificaria o repúdio da feminilidade, uma ação tão radical de defesa do Eu. As expressões fálicas e sexuadas do repúdio, inveja do pênis na mulher e angústia de castração nos homens, ao invés de evidenciarem a identificação primária à masculinidade, nos levam a pensar que a marcação do sexo pelo falo e a diferenciação identitária de sexo são processos defensivos, resultantes de elaborações secundárias, cujo fim é fazer frente aos representantes pulsionais de vivências inerentes a uma feminilidade originária. Considerar a feminilidade como núcleo do recalcado e o seu repúdio como força recalcante, deslocaria o significado do repúdio às fases originárias do psíquico.

Para Ribeiro (1997a), categorias como masculino/feminino, fálico/castrado, homem/mulher irão se constituir no interior do Eu. O complexo de Édipo incidiria sobre as identificações, a escolha de sexo e de objeto sexual, levando a identificação feminina a ser recalçada.

Essa ideia nos levou a situar a diferenciação de sexo do lado da função recalcante do Eu. A diferença de sexo seria forjada segundo uma única insígnia, o falo, passando a representar os dois sexos. Pela lógica inerente à fase fálica, a feminilidade orifical das origens seria traduzida na representação *castrado*, e o repúdio da feminilidade, na *recusa à castração*. Temos, a partir daí, insumo para investigar o repúdio da feminilidade a partir não só da premissa universal da sexualidade fálica, o que Freud já teria formulado quando falava da inveja do pênis e da luta contra a passividade, mas também a partir da relação entre o registro fálico, defensivo em sua função recalcante, e o registro da feminilidade primária, expressão genuína do recalcado conforme os postulados de referência do nosso trabalho.

Freud explica o repúdio da feminilidade a partir da diferença identitária de sexo já estruturada. As diferentes expressões do repúdio são derivadas da diferença identitária dos

sexos. Mas, postulamos que o que mais importa na diferença entre os sexos não é o que ela consolida, mas o que ela recalca. A defesa recalcante, por se fazer necessária e tão obstinada, evidenciaria a ameaça permanente que a força pulsional do feminino representa ao Eu sexuado. O complexo de Édipo e de castração seriam requisitados em favor do recalçamento da sexualidade primitiva feminina, mas, nem por isso, conseguiriam impedir a insurgência da feminilidade evidenciada pelo seu repúdio. Quando Freud (1937/1996) afirma que o analista só teria um consolo: incentivar o paciente a reexaminar e alterar sua atitude de repúdio à feminilidade, ele nos permite pensar que a feminilidade estaria no lugar de um devir. No entanto, segundo o nosso argumento, este devir está plantado nas origens do psiquismo.

Colocamos em questão se os limites indicados por Freud, inveja do pênis e luta contra a passividade, são derivados exclusivamente da intransponível e estrutural resistência no paciente, fixado em sua masculinidade inicial, reforçada na fase fálica, como ele afirma ou se são, como sugere Ribeiro (2000), limites impostos “pela função recalcante que o primado fálico exerce sobre a feminilidade primária da criança – tanto na constituição do aparelho psíquico quanto na teorização psicanalítica sobre o psiquismo” (p. 239).

Por que Freud, no apagar das luzes de sua produção teórica, em 1937, chama tanta atenção para o repúdio da feminilidade, chegando a dizer da tentativa de introdução desse fator na estrutura da teoria? Ele já havia formulado tudo sobre a defesa contra a feminilidade, já havia pagado a sua dívida quanto às especificidades da sexualidade feminina e da conquista da feminilidade. Por que ele afirmaria ser mais bem definida essa ação psíquica como *repúdio da feminilidade*, antes definida como *uma atitude para com o complexo de castração*, se a questão fosse reiterar a noção de feminilidade enquanto desejo de masculinidade reprimida? De acordo com Birman (2001), “todos os jogos de linguagem

funcionam também como formas de vida, isto é, têm consequências reais sobre o corpo e a subjetividade” (p.11).

Inferimos que se trata de um sentido de feminilidade não explicitado por Freud, o que justifica o nosso método de pesquisa. Este deverá atender ao esforço em percorrer as aberturas e fechamentos do texto freudiano a novas compreensões sobre o conceito de feminilidade. Adotamos o método bibliográfico-analítico de pesquisa, em razão de esse nos permitir tomar o texto freudiano pelo o que Figueiredo (1999) chama de “movimento autodeconstrutivo operante no texto” (p. 20). O autor traça concepções sobre ler e interpretar, indicando meios de se alcançar uma leitura desconstrutiva proposta sobre a leitura sistemática do texto de referência. Trata-se de ouvir os elementos de desconstrução em atividade no texto, conferindo a eles a produção de sentido que leve a instabilizar o sentido já constituído pela leitura sistemática.

Segundo Figueiredo (ibid.):

A produtividade da leitura desconstrutiva implica a colocação do texto no intervalo entre as intenções do autor e seus produtos não intencionais, entre a sua identidade e suas diferenças consigo mesmo, entre uma homogeneidade perseguida e construída pela leitura sistemática e as heterogeneidades que a leitura sistemática recalca, entre contextos/horizontes canônicos e outros horizontes possíveis e pertinentes (p. 19).

Freud (1913 [1911] /1996) diz que a psicanálise é resultado da experiência; um produto incompleto de uma nova ciência. Aconselha, a todos, convencerem-se por suas próprias investigações da correção de suas teses a fim de auxiliar no seu desenvolvimento.

A experiência a que ele se refere diz respeito, certamente, à situação de análise. Mas, não é uma experiência puramente empírica, nos moldes do modelo experimental, que atende ao método psicanalítico de pesquisa do inconsciente. Por tratar das formações do

inconsciente, a experiência tem um sentido específico.

O fato de a psicanálise ter como instrumento o seu próprio objeto de estudo, o inconsciente (Celes, 2006), a conduz a subverter internamente os próprios conceitos, à medida que interpreta a si mesma como um saber que recalca, que revela e esconde, que explora o criptografado, o apagado na leitura sistemática dos postulados freudianos.

Laplanche (1997) afirma:

Penso que existe um certo nível de interpretação que permite seguir a pista de alguma coisa em Freud, que eu chamo, há muito tempo, de exigência. A exigência é algo que é ditado pelo objeto: nem pelo homem Freud, nem tampouco pela lógica. De certo modo, como para o método psicanalítico, é o objeto inconsciente que orienta a própria evolução do pensamento (p. 10).

O autor, então, convida à investigação do texto freudiano, encoberto pelo Freud oficial. Buscamos validar o que Laplanche chama de “movimentos subterrâneos” que comandariam o sentido imputado por Freud à feminilidade, movimentos que poderiam esconder seus efeitos de largo alcance na teoria, mas que, ao mesmo tempo, os revelariam. Justifica-se, também, a nossa escolha teórica, posto que os nossos autores de referência realizam uma leitura desconstrutiva do texto de Freud.

Entendemos que o conceito de feminilidade primária aponta não só para o alargamento dos limites da metapsicologia da feminilidade, mas sugere também a expansão dos limites da psicanálise como tratamento. O texto freudiano que trata do repúdio da feminilidade é um convite ao reexame das relações entre o papel do operador fálico e o papel da feminilidade na vida psíquica.

Apresentamos agora o modo de estruturação do trabalho. Além da introdução, ele está organizado em quatro capítulos e a conclusão. Buscaremos demarcar as razões que

nos levaram ao tema de cada um dos capítulos, apresentando os elos existentes entre eles.

No primeiro capítulo, o objetivo foi o de situar o contexto histórico de surgimento da psicanálise abordando o que ela representou de ruptura e, também, de continuidade à ordem cultural vigente quanto ao entendimento da feminilidade e da diferença de sexo; inserimos uma discussão sobre a noção de gênero, marcando as diferenças e as aproximações dessa em relação à psicanálise e delimitamos o sentido imputado neste trabalho à feminilidade, que não privilegia a questão de gênero, embora ao lado dela.

No segundo capítulo, sublinhamos a importância do feminino na construção teórica de Freud, expusemos a sua teoria do desenvolvimento psicosssexual e os principais aspectos da teoria da feminilidade. Tivemos como fim preparar o terreno para a discussão sobre os impasses levantados pelo texto de 1937, *Análise Terminável e Interminável*, justificando o nosso interesse no conceito de feminilidade primária.

No terceiro capítulo, apresentamos a feminilidade primária nos moldes propostos por Ribeiro (2000) e abrimos discussão sobre o recalçamento da feminilidade na teoria freudiana. Buscamos apresentar um conceito de feminilidade que pudesse contribuir para uma nova compreensão do repúdio da feminilidade.

No quarto capítulo, discutimos a relação entre os complexos de Édipo, castração e o repúdio da feminilidade, já contando com a feminilidade primária como instrumento de interlocução com o texto de Freud. Objetivamos ressaltar a importância de se situar as raízes do repúdio da feminilidade nas vivências precoces de feminilidade.

Na conclusão, retomamos os argumentos centrais do nosso trabalho, em um esforço de síntese, buscando defender a validade da discussão sobre o conceito de feminilidade primária na situação de análise e no que concerne à relação entre a diferença de sexo e o repúdio da feminilidade. Em todo o trabalho, tratamos menos de responder de maneira conclusiva aos questionamentos levantados e mais de afirmar a sua pertinência.

## Capítulo 1 - Dimensão temporal da psicanálise e o atemporal em psicanálise

### 1.1. Disciplina inserida na história e teoria do inconsciente

Neste capítulo, apresentamos nossas reflexões sobre as dimensões da psicanálise: atemporalidade do inconsciente e sua identidade como disciplina inserida na história, buscando estabelecer premissas necessárias para lidar com esta duplicidade ao longo da nossa pesquisa.

A concepção freudiana da diferença sexual e da construção da feminilidade na mulher foi tema de amplas discussões no ambiente intelectual e psicanalítico. A questão ganhou contornos ora de crítica à psicanálise, ora de apreensão de seus conceitos para reavaliar a questão. No campo externo à psicanálise, os movimentos feministas de diversas correntes protagonizaram boa parte da polêmica em torno da teoria freudiana.

As discussões, parcialmente suspensas no ambiente interno da psicanálise na década de 80, conforme levantamento feito por Roudinesco e Plon (1998, p. 154), voltaram com força na passagem do século XX para o XXI, nos mais diversos fóruns: a desconstrução cultural dos valores imputados ao masculino e ao feminino; a diversidade sexual em confronto com a binariedade restrita às representações sociais homem/mulher; as novas configurações familiares; o avanço dos direitos civis nos chamados desvios da sexualidade normal; a crescente onda das operações cirúrgicas de mudança de sexo e outros temas que evidenciam as transições nas representações conscientes e inconscientes dos sexos e dos gêneros e nas implicações dessas nas formulações psicanalíticas sobre a relação entre o sexo e o sexual.

A psicanálise participa desta discussão retomando o problema da diferença sexual em Freud e buscando afirmar-se como um método de investigação do inconsciente que considera as consequências psíquicas derivadas de situações emergentes na cultura, a

exemplo do próprio Freud, que nunca foi indiferente aos diversos campos de conhecimento, sobretudo no que diz respeito ao sócio-antropológico. A nosso ver, boa parte das produções contemporâneas sobre o tema da diferença entre os sexos busca dar resposta a uma questão importante à psicanálise, formulada pela filósofa pós-estruturalista, Judith Butler (2003):

Seria a psicanálise uma investigação antifundamentalista a afirmar o tipo de complexidade sexual que desregula eficientemente os códigos rígidos e hierárquicos, ou preservaria ela um conjunto de suposições não confessadas sobre os fundamentos da identidade, o qual funciona em favor destas hierarquias? (p. 11).

O presente estudo não visa fazer uma crítica sócio-histórica ou filosófico-política à psicanálise. Embora sejam louváveis tais esforços, eles escapariam aos limites dessa pesquisa. Trata-se, antes, de atender às exigências do método psicanalítico que lida, ao mesmo tempo, com a singularidade do sofrimento psíquico e, por meio dele, com o que se revela do mal estar da cultura que incide sobre o sujeito sob a forma de sofrimento.

Para o desenvolvimento do nosso tema, consideramos algumas premissas fundamentais para a legitimidade da discussão sobre a relação entre cultura e psiquismo. Partimos do princípio de que a psicanálise é um campo de saber aberto, tendo, de um lado, a concepção teórica da atemporalidade do inconsciente, ao qual se associa o conceito de sexualidade e, de outro, sua identidade como disciplina, sujeita à sua imersão na história, ou seja, à temporalidade. No que concerne à teoria da diferença sexual em Freud, essas duas dimensões precisam ser igualmente consideradas, uma vez que este tema é especialmente vulnerável à penetração dos valores culturais e, também, em razão da importância conferida por Freud à relação entre a diferença entre os sexos e as formações do inconsciente.

Freud (1914/1996) não se furtou a fazer inúmeras anotações quanto à importância

da moral e da exigência das ideias culturais e éticas nos conflitos individuais, pois estas exercem autoridade sobre o indivíduo, na forma de ideal do Eu.

Em *A moral sexual 'civilizada' e doença nervosa moderna* (Freud, 1908/1996) é clara a sua posição quanto a considerar a repressão exercida pela cultura na instalação da neurose feminina e da neurose em geral, pelo antagonismo existente entre a constituição dos indivíduos e as exigências da civilização: “a influência prejudicial da civilização reduz-se principalmente à repressão nociva da vida sexual dos povos (ou classes) civilizados por meio da moral sexual ‘civilizada’ que os rege” (p.172). Além das exigências da renúncia à sexualidade infantil em favor das contribuições à cultura, seria pelos sentimentos familiares derivados do erotismo que o indivíduo renunciaria à satisfação pulsional, sob a égide da sublimação. Entretanto, Freud indica que não é possível ampliar indefinidamente esse deslocamento das energias pulsionais.

Embora a história tenha demonstrado que os movimentos de liberação sexual não apagaram os conflitos psíquicos originados das vicissitudes da sexualidade e Freud tenha ampliado o entendimento da repressão para além das influências da moral vitoriana ou dos parâmetros de uma época, o seu texto ainda é de grande valor como instrumento crítico-antropológico sobre os traços da vida moderna que ainda se fazem presentes, conquanto acrescidos de outra complexidade, e sobre as suas consequências na vida psíquica. Mas nada impediria que esta visão, que havia lhe possibilitado atingir uma teoria que revelasse as implicações da cultura e dos sentimentos familiares nos fenômenos psíquicos, se aplicasse, em certo grau, à sua própria teoria.

Considerando a hipótese de haver na teoria freudiana da feminilidade e da diferença entre os sexos resíduos dos valores veiculados no projeto civilizatório da modernidade, entendemos que isso se deva não só pela compleição subjetiva de Freud, mas, sobretudo, pelo fato de que, sendo a psicanálise fundamentalmente ancorada na escuta e na

interpretação do material inconsciente, Freud estivesse, nas situações de análise, diante de elementos psíquicos que o conduziram, conseqüentemente, a uma teoria explicativa que associasse esses elementos e formassem um quadro de reconstituição das condições culturais de seu surgimento. Assim, há uma relação entre a situação analítica, a teoria da feminilidade, a teoria da diferença entre os sexos e as condições culturais nas quais as primeiras se inserem.

Por outro lado, Freud fundou um campo de saber que marca a importância das conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos, inaugurando um discurso que interroga a diferença sexual e coloca em xeque a ordem cultural dominante que associava a biologia e a anatomia masculina ou feminina aos papéis sociais destinados a cada um dos sexos.

No entanto, se para a psicanálise a diferença entre os sexos é conquistada a partir dos meandros do inconsciente, esta ideia convive com o postulado de que as sexualidades masculina e feminina são constituídas a partir de uma masculinidade inicial, alçada à referência simbólica do falo. Se o discurso cultural dominante excluía o feminino, a psicanálise também, a partir do universal falocêntrico.

Freud (1916-1917 [1915-17]/1996) teria encontrado, na situação analítica, que as teorias sexuais infantis, ao menos quanto aos meninos, atribuem a ambos os sexos o mesmo genital masculino. Seria desta sobredeterminação do masculino que se deprenderiam as conseqüências psíquicas fundamentais à estruturação do psiquismo e à organização da sexualidade infantil. Dentre essas conseqüências, destacar-se-ia o complexo de castração, uma alusão à valorização narcísica do pênis pela criança na situação edipiana. Embora a psicanálise tenha nascido fundamentalmente pela escuta das mulheres em transe histórico, Freud afirmou muitas vezes, ao longo de sua obra, que a sua teoria da psicosexualidade se ancorava na observação dos processos nos indivíduos do

sexo masculino. E, mesmo quando parte para a especificidade da organização da sexualidade feminina, convencido de que as analogias entre os processos dos meninos e meninas não eram suficientes, ele preserva ainda os mesmos referenciais falocêntricos.

A valorização do masculino, do pai e do falo como operador simbólico, representante da lei, do logos e da razão, é uma idéia conveniente ao projeto civilizatório da modernidade. É de se supor que haja alguma interlocução entre a cultura do fim do século XIX e sua teoria acerca da construção da sexualidade masculina e feminina.

Além da escolha ética de Freud, que em consonância com o seu tempo o leva a supervalorizar a imagem do pai e do órgão sexual masculino e a fazer dos processos dos meninos a referência central da sua teoria, há uma outra questão a se observar: o que Freud chamara de sexualidade normal nos sexos masculino e feminino diz respeito à referência que um faz ao outro. Homem e mulher ocupariam psiquicamente as suas devidas posições quando a sua sexualidade infantil, pré-genital, fosse dominada pela primazia dos genitais em favor da reprodução. Freud (1916-1917 [1915-17]/1996) afirma: “Realmente consideramos pervertida uma atividade sexual, quando foi abandonado o objetivo de reprodução e permanece a obtenção de prazer, como objetivo independente” (p.321).

O sexual para Freud concerne à sexualidade infantil perverso-polimorfa, ao sexual no sentido mais amplo, sendo este o objeto fundamental da psicanálise. Mas para discorrer sobre o sexual, Freud terá que relacioná-lo ao sexo, ao sujeito sexuado, diferenciado entre dois. O mais importante é assinalar que o percurso de consolidação da diferença entre os sexos e da conquista de uma sexualidade dita normal diz respeito, em psicanálise, aos modos singulares de formações defensivas contra uma sexualidade que é infantil no que tange ao polimorfismo das fontes e dos objetos da pulsão sexual. A sexualidade normal, para Freud (ibid.) teria surgido de algo que existia antes dela.

O construto freudiano do sexual permanece absolutamente válido em sua

universalidade, mas é flagrante o papel da cultura no que diz respeito às atividades sexuais-sexuadas. Isso complica a questão porque é da organização do sexual que tem origem o sexuado. Fica difícil estabelecer a discussão sem beirar a confusão entre o sexuado e o sexual. Assumindo o risco, diríamos que são inúmeros os exemplos que evidenciam a interferência da cultura quanto aos parâmetros do que seja uma organização sexual adulta normal. Estes negligenciam os objetivos de encontro entre os genitais masculinos e femininos para fins de reprodução, de maneira progressivamente ostensiva: o desfecho da organização sexual da mulher, cada vez menos relacionado à maternidade ou ao casamento, como na teoria freudiana da feminilidade; o caminho do homem para a posição masculina, cada vez mais problematizado, face à valorização dos atributos imputados ao feminino; a escolha de sexo e objeto desviantes da norma, muito menos propensas a serem tomadas por uma perversão manifesta.

Esses fatores, apenas para citar alguns, diminuem ainda mais o abismo entre a sexualidade pervertida e a normal: abismo este já evidenciado por Freud como significativamente diminuído, em razão dos frequentes traços de perversão presentes na sexualidade normal. Freud (ibid.) diz que mesmo que isso não elimine as diferenças entre um desvio na escolha de objeto sexual e uma atitude normal, o “seu valor teórico diminui muito” (p. 313).

Na atualidade, impõe-se a tarefa de estabelecer parâmetros que coloquem a psicanálise na escuta de seu tempo, sob pena de manter inabalável um sistema de referências que se esmerou em fazer da escuta de sua época uma exigência na produção de seus postulados teóricos.

Se há elementos da cultura que poderiam provocar instabilidade a alguns dos pressupostos da psicanálise, eles diriam respeito à configuração clássica do Édipo e à universalidade do complexo de castração naquilo que ele supõe sobre o contraste entre

fálico e castrado - o que significa provocar a instabilidade do falo como significante fundamental às operações simbólicas.

Embora isso não diminua o seu valor como complexos organizadores da sexualidade, por outro lado, nos parece que o contraste fálico/castrado talvez já não impere como referência ao masculino e feminino e nem tenha o peso dado por Freud na organização da sexualidade infantil. Quanto às configurações do Édipo, essas serão sempre variáveis, consoante o ambiente psíquico familiar, atravessadas por representações conscientes e inconscientes inscritas no psíquico familiar e referenciadas na cultura. A vida coletiva e individual não prescinde de complexos organizadores da sexualidade infantil. Dessa maneira, ao assinalarmos os seus aspectos contingenciais, queremos dizer da necessidade que se impõe à psicanálise de propor modelos que dêem conta do que não corresponde à teoria clássica do Édipo e da castração.

De outra maneira, teríamos que enfrentar o tema da diversidade de sexo e gênero como um fracasso da função simbólica? Como lidar com as subjetividades que escaparam às inscrições do Édipo, como no caso das angústias de caráter mais primitivo, sem buscar uma adaptação forçosa à teoria? A obscura teorização do feminino, mitificado na expressão “continente negro”, também é efeito desta normatização pelo falo. E as mulheres contemporâneas, como vamos situá-las naquele destino conferido a elas por Freud?

Para Laplanche (1996), o Édipo é um mito a que a humanidade recorre para dominar o inconsciente, “uma maneira de fazer face ao enigma da mensagem do outro, uma maneira de pôr em ordem esses enigmas”. Para Laplanche, a sedução originária é mais universal do que o próprio Édipo, uma vez que este último depende, em sua forma clássica, da inserção da família, enquanto que a sedução depende, exclusivamente, do confronto da criança com o mundo adulto, já evoluído, cultural e sexual. Isto não significaria que a teoria da sedução substituiria o complexo de Édipo. Para o autor, o Édipo

não é herança, mas uma espécie de resposta defensiva da criança à sexualidade a que fora submetida. Na situação originária, o vetor da sexualidade seria o do adulto em direção à criança, garantindo o aspecto relacional da implantação do sexual. Ele leva à radicalização a idéia da importância do outro sexual na formação do inconsciente e na implantação dos complexos organizadores do inconsciente.

Mas, a reflexão sobre os traços contingenciais do Édipo e da castração exige mais do que um olhar de relance sobre as mudanças sócio-culturais. A dupla dimensão – atemporalidade do inconsciente e historicidade do saber psicanalítico – exige dos pensadores da teoria freudiana o compromisso de empreender sua tarefa sem distorcer os fundamentos que definem a psicanálise pelo que ela é. Segundo Laplanche e Pontalis (1998) ela seria um método de investigação do inconsciente baseado nas associações livres do sujeito; um método psicoterapêutico baseado na interpretação da resistência, da transferência e do desejo; e um conjunto de teorias que sistematizam os dados obtidos na investigação e no tratamento. Recorremos a esta indicação pela fidelidade com que ela traduz a definição de Freud (1923 [1922]/1996), e também para ressaltar que a psicanálise não é uma teoria especulativa, mas teoria da experiência.

Celes (2005b), ao discorrer sobre o sentido da psicanálise, diz que a teoria-psicanálise não se situa no *front* do tratamento. Propõe, então, que ela ocupe o lugar de um “inconsciente”, enquanto acontece a psicanálise. O autor imputa ao suposto teórico psicanalítico, uma função fundamental: a de contrapartida ao peso da personalidade do analista e da determinação sexual implicada na constituição de sua subjetividade. A teoria, enquanto “inconsciência”, favoreceria que o analista se mantivesse em certa reserva.

Ele define a teoria como teoria do trabalho que é psicanálise. Entende este como um trabalho de fazer falar, envolvendo, necessariamente, vencer resistências; ouvir apropriadamente, exigindo a reserva do analista; e, fazer ouvir, através do modo de ouvir

do analista que transforma o discurso do paciente em fala, em interpretação, materializando a falha do discurso consciente produzido pelo paciente.

Esta delimitação da psicanálise exige um esforço particular dos que a tomam como objeto de estudo, pois o fundamental a uma leitura crítica *da* psicanálise ou a uma contribuição inovadora *em* psicanálise é a consideração de sua dimensão experiencial, sem o que, ela seria uma especulação *sobre* o inconsciente, alienando-se de seu próprio objeto.

A despeito dos limites da psicanálise como disciplina inserida na história, o campo de saber fundado por Freud traz ingredientes que transcendem aos limites de uma época e se oferecem como fundamento para contínuas leituras e releituras do texto freudiano; permitem que novas formulações dialoguem com as anteriores, como é notório em Freud. Por isso, depois de mais de 100 anos, não cessam de se produzir.

Foucault (2006) diz que Freud não é só o autor de sua obra, mas o fundador de possibilidade indefinida de discursos, tendo produzido a “possibilidade e a regra de formação de outros textos” (p. 58). Esta condição tem como efeito fazer da psicanálise uma obra suscetível ao seu tempo, vulnerável a cada uma das situações de análise, ao enfrentamento cotidiano do desconhecido e à busca do teórico-analista em formular um saber tão específico quanto universal sobre a sua experiência.

A nosso ver, a posição “transdiscursiva” da psicanálise permite a formulação de novos entendimentos acerca da feminilidade e da diferença sexual, contemplando tanto a dimensão histórica quanto a atemporal, inerente ao inconsciente.

## **1.2. O contexto histórico**

Neste subcapítulo, buscaremos percorrer o cenário cultural no qual se dá a emergência da psicanálise, de forma a marcar as suas influências na teoria da diferença entre os sexos e da feminilidade e, também, seus pontos de ruptura.

A psicanálise nasce no fim do século XIX, na esteira das tradições iluministas apoiadas no domínio da ciência e da razão. Cem anos antes, a Revolução Francesa, ponto alto dessas tradições, marcaria a derrocada da visão teocêntrica dominante na Europa da Idade Média e a queda do poder metafísico conferido ao rei pelo instituto da monarquia. Na nova ordem burguesa, o poder divinizado do Rei é transformado no pátrio-poder do cidadão. A queda do Deus-pai traz profundas implicações políticas, sociais e culturais, colocando em xeque a hegemonia do sujeito do logos metafísico, sobre o qual perpassava a idéia de superioridade do gênero masculino como sexo único, a partir do qual a mulher seria um derivado menor, sendo a genitália feminina caracterizada pela idéia da invaginação da genitália masculina. Segundo Birman (2006), esta idéia, presente da antiguidade à modernidade, postulava a perfeição do homem inscrito no espaço da visibilidade, da verdade e da atividade, enquanto a mulher, no espaço da obscuridade, da sombra, da imperfeição e da passividade.

O discurso iluminista vem de encontro ao modelo do sexo único, pois desde o século XVI as dissecções anatômicas já mostravam haver uma diferença anatômica essencial entre os sexos. Mas a hierarquia dos sexos, colocada em termos metafísicos, dá lugar a outra, formulada em termos das ciências da natureza. As diferenças morais entre homens e mulheres são definidas, na modernidade, pela diferença biológica entre eles – a mulher estaria, pela sua Natureza, afeita à maternidade, aos cuidados com o espaço privado, aos cuidados pedagógicos e à saúde da família; e aos homens, representantes do logos e da lei, caberia o destino da vida pública, da economia, da política, da vida intelectual, metaforizando a sua biologia, que projetava para o exterior a sua virilidade. Nesse modelo, incluíam-se as bandeiras da igualdade de direitos entre os cidadãos, mas cada grupamento humano deveria fazer-se representar como instrumento de consolidação do projeto burguês. E nele, a igualdade de direitos entre homens e mulheres toma a forma

de uma hierarquia sexual científica e ordenadora dos direitos e deveres de cada um dos sexos.

As bandeiras da modernidade, que sustentavam a consolidação do capitalismo industrial do final do século XIX, também trouxeram os germes da sua instabilidade - a crise do sujeito da razão, acompanhada da evidência dos limites da filosofia da consciência, da ciência médica e dos valores burgueses. A crescente organização da política de massas traz à tona a voz das classes operárias e das categorias sociais oprimidas. A idéia de bem-estar pessoal e do onírico mundo do consumo dá novos contornos à privacidade, à domesticidade e à intimidade. Assiste-se a uma convulsão dos valores tradicionais da família burguesa por meio da mobilização das mulheres por espaço na vida social e política, do modernismo artístico, do espírito de rebelião dos jovens, da emergência da homossexualidade pública, da criação de novos espaços urbanos com o teatro popular e o cinema.

Zaretsky (2006), ao descrever o momento, diz que, na passagem do século, se fomentou a criação fantasística de identidades extrafamiliares - a crise da autoridade paterna, a busca de experiências pessoais na esfera do cotidiano e a valorização da idéia de inconsciente. Para ele, esta seria a têmpera do momento em que nasce a psicanálise: “uma teoria e uma prática dessa nova aspiração de uma vida pessoal. Seu tólos histórico foi a desfamiliarização, a libertação de imagens de autoridades inconscientes originalmente baseadas na família” (p. 15). A partir da valorização da noção de singularidade do inconsciente, os valores sócio-culturais representados pela família precisariam ser reconstituídos de forma a ganharem sentido pessoal. E é nessa desobediência às normas civilizatórias que a noção de inconsciente pessoal, encampada por Freud, abriria caminho para novos entendimentos sobre a sexualidade.

A psicanálise trouxe desafios ao sujeito clássico da modernidade. A tese do

domínio do inconsciente sobre a racionalidade, a separação dos registros do sexo e do sexual, o deslocamento da sexualidade humana do campo das ciências naturais para o campo do desejo, a idéia do polimorfismo da pulsão sexual em detrimento da noção de instinto pré-determinado são teses que rompem com a homogeneidade do discurso vigente. A partir da psicanálise, os critérios de ordenamento da diferença entre os sexos tornam-se instáveis, pois são resultantes das vicissitudes psíquicas das diferenças anatômicas.

Freud (1908/1996) destaca a repressão da sexualidade, imposta sobretudo às mulheres, como a condição que restringiria três possíveis escolhas funestas sobre seu destino: a frustração sexual, a infidelidade conjugal ou a neurose. Isto nos indica o quadro catastrófico da restrição social imposta às mulheres por meio da versão moderna da diferença hierarquizada dos sexos. Ele negava a idéia corrente de que haveria uma razão biológica para a incidência maior da debilidade mental fisiológica na mulher: atribuía a inibição do pensamento à necessária supressão sexual. A neurose seria psicogênica e dependente dos complexos ideativos inconscientes, caracterizados pelos conteúdos sexuais. Estes derivariam das necessidades sexuais de indivíduos insatisfeitos e representariam uma espécie de satisfação substitutiva. Ele também argumenta que as perversões manifestas e a expansão da satisfação homossexual seriam derivadas das restrições impostas à sexualidade, tendo como consequência o rebaixamento dessa a um jogo cômodo, livre de compromissos. Denuncia o “malogro” da moral civilizada moderna que pretende fazer do laço matrimonial o único herdeiro das pulsões sexuais.

Para Birman (1998), este é um momento em que Freud acreditava na harmonia possível entre o registro do sujeito e o registro do social, por meio da mediação da psicanálise. Neste projeto, o discurso da histórica daria sentido à psicanálise, sendo este o seu universo clínico de referência.

Cabe recorrer à análise que Foucault (1979) faz do estatuto da sexualidade no

século XVIII e XIX, para que compreendamos por quais vias ocorre o transbordamento da sexualidade, eminentemente pelo corpo feminino. Passamos a uma breve síntese de sua descrição sobre a história da sexualidade no período de surgimento da psicanálise.

Para o autor, a histeria não é derivada do silêncio sobre a sexualidade, mas das condições em que se deram a própria produção da sexualidade. Desde o século XVII, teria se tornado regra, pela tradição ascética e monástica, a colocação do sexo em discurso, tendo o sexo que passar “pelo crivo interminável da palavra”, palavra “moralmente aceitável e tecnicamente útil” (p. 24). O puritanismo vitoriano, ingrediente central na emergência da histeria, seria uma reviravolta tática no grande processo de colocação do sexo em discurso, uma forma mais elaborada e conveniente à racionalidade científica e aos interesses do Estado de levar em conta o sexo, contabilizá-lo, classificá-lo, quantificá-lo. Ao invés da condenação do sexo, impõe-se que se fale dele, valorizando-o como segredo. A maneira como cada qual usa seu sexo seria objeto de análise e intervenção, devendo ser levado a público. Até mesmo o mutismo era plenamente referenciado ao sexo. Para Foucault, um dos méritos dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Freud (1905/1996), teria sido acabar com a prolixidade da estratégia discursiva sobre o sexo das crianças.

A neurologia, a psiquiatria, a sexologia, a pedagogia, a justiça penal e toda esfera pública, trabalhariam em uma via de mão dupla: incitando e controlando a atividade sexual nos seus mais ínfimos detalhes, afastando da realidade as formas de sexualidade insubmissas à economia da reprodução, as sexualidades errantes, banindo os prazeres paralelos, reduzindo ou excluindo as práticas sem finalidade social - a anexação da irregularidade sexual à doença mental; condenações judiciais das perversões menores; mapeamento de todos os desvios possíveis; organização dos controles pedagógicos e médicos em torno das mínimas fantasias; direito canônico, pastoral cristã, lei civil; ênfase

no matrimônio com prescrições claras aos cônjuges; criminalização do adultério e da homossexualidade etc.

As estatísticas e as pesquisas faziam uso do *logos* científico para definir critérios de verdade sobre o sexo, dando origem à categorização das heterogeneidades sexuais, nomeadas segundo a natureza da heresia: exibicionistas, fetichistas, zoófilos, invertidos etc., visibilizados e especificados segundo os princípios da inteligibilidade. Caberia à prostituição e às casas de saúde mental o livre exercício da atividade sexual, funcionando como válvula de escape da ordem estreita dos papéis socialmente distribuídos.

O sexo dito normal se atrela à lei civil e a natureza do sexo se vincula à natureza jurídica das relações. A medicina penetraria ostensivamente nos prazeres do casal, gerindo os prazeres e as práticas sexuais não genitais, entendendo-as como perturbações do instinto. Se o casal legítimo era foco de regras e recomendações, também teria direito à privacidade. O alarde investigativo se dava sobre os perturbados mentalmente, os criminosos perversos; as crianças e jovens deveriam confessar a sua sexualidade marginal, seriam escutados e tomados como parâmetro dos desvios da sexualidade normal.

Mas no interior mesmo da família, algo mais, além da monogamia conjugal, incitava à sexualidade: a separação entre o quarto dos pais e das crianças, a segregação entre meninos e meninas, os cuidados de higienização dos bebês, a atenção à sexualidade das crianças, a importância atribuída à puberdade, a vigilância dos pais, os segredos, tudo isso é apontado, pelo autor, como princípio incitador. Se é o matrimônio que estabelece as regras da aliança e do lugar especificado à mulher, é a sexualidade que irá sustentar este dispositivo da aliança. Vê-se que, quando a eclosão da histeria se dá, é no contexto de uma sociedade absolutamente saturada de sexo. Muita tensão estaria presente nos processos de ajustamento de uma política dos corpos, da sexualidade e da inscrição da diferença sexual.

É nesse contexto que a psicanálise se alojaria: “com a psicanálise, é a sexualidade

que dá corpo e vida às regras da aliança, saturando-as de desejo” (ibid., p.103). Na sua visão, a psicanálise se insere nesta política do sexo, produzindo a sexualidade no contexto da família, lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, foco ativo de sexualidade e incitação ao incesto – sexo e amor “solicitados e recusados, objeto de obsessão e apelo, mistério temido e segredo indispensável” (ibid.). Ainda que Freud buscasse “colocar a confissão da sexualidade fora da soberania familiar, reencontrava, no próprio seio dessa sexualidade, como princípio de sua formação e chave de sua inteligibilidade, a lei da aliança, os jogos mesclados dos esponsais e do parentesco, o incesto” (ibid., p. 106).

No entanto, por melhor que seja a análise foucaultiana para explicar a histeria como resultante da saturação sexual, não nos parece adequado apontar a psicanálise como incitadora desta saturação, como uma instituição dedicada ao controle dos corpos e da sexualidade.

Mezan (2002) dedica um capítulo do seu livro *A Vingança da esfinge* (pp.205-242) para ponderar sobre as pertinências e impertinências foucaultianas. Para ele, Foucault, ao tomar por base a teoria freudiana, desconsidera que esta é indissociável de um método de interpretação do inconsciente, operando com a linguagem em um duplo registro: o da associação livre do lado do paciente e o da atenção flutuante do lado do analista. Portanto, trata de abrir-se para o que está lá.

Para ele, Foucault toma a psicanálise, que é análise do inconsciente e da transferência, como uma mera sexoterapia verbal e a alinha no bojo das práticas profissionais que visavam ao controle dos corpos, desconsiderando o sentido da associação livre, ao limitá-la à função de eliminar o recalque pela confissão. A associação livre, diz o autor, não visa à catarse. Ela é instrumento para desfazer a coerência das representações, para retirar do sujeito os pontos de apoio lógicos, para que na recomposição dos fragmentos discursivos, estes venham a encontrar lugar na transferência.

A fantasia da confissão do lado do analisando é assim objeto da interpretação de sua gênese. Não se trataria, portanto, de conduzir à confissão da sexualidade.

A sexualidade para a psicanálise é o conteúdo psíquico inconsciente e não o enredo das atividades sexuais manifestas, não seria a mesma do texto de Foucault. Para esse, a sexualidade está ligada ao sensorial, aos prazeres do corpo real, enquanto que, para a psicanálise, trata-se da sexualidade em seu caráter traumático e conflitivo, fantasístico, afastado do registro corporal, embora ancorado nele.

No entanto, Foucault, ao engendrar a psicanálise na dimensão histórica, nos remete ao seu percurso. No caso Dora, de fato, Freud (1905 [1901]/1996) chama para si os direitos do ginecologista enquanto profere abertamente a terminologia sexual, no sentido em que Foucault toma o sexual, em suas intervenções. Mas, neste momento, nem sequer a transferência havia sido postulada como conceito. Não passou despercebido a Freud o tema da sedução e da sexualização vinda de fora para dentro. Nasio (1991) fala da histericização da situação analítica. Laplanche (1993) fala da transferência provocada pelo analista. Mas, aqui, estamos andando no terreno da sexualidade vinculada ao inconsciente.

Mesmo tomando partido de Mezan (2002) no que tange ao discernimento entre o objeto da psicanálise e o objeto da análise histórica de Foucault (1979), é pertinente observar que a teoria da diferença sexual freudiana, muitas vezes, se confunde com a normatização da sexualidade, segundo os preceitos de uma ordem referenciada no desenvolvimento da sexualidade nos meninos e pela figura dogmática do pai como representante da lei, como na cultura do final do século XIX. O pai interditará o vínculo incestuoso com a mãe, levando o menino a transpor a dimensão de sua pulsionalidade para adentrar a esfera da cultura. A lei constitutiva e normativa do desejo é a lei do pai.

Lacan (1987), em *Os complexos familiares na formação do indivíduo*, relaciona o aparecimento da psicanálise com o declínio da imagem paterna propiciada pela decadência

burguesa e com a vontade de Freud de revalorizá-la. Não por acaso em Viena, “*melting-pot* das fórmulas familiares diversas, das mais arcaicas às mais evoluídas, (...) um filho do patriarcado judeu tenha imaginado o complexo de Édipo” (p. 60). Esta valorização do complexo paterno irá estender-se ao próprio Lacan, que fará a reformulação simbólica da paternidade para explicar a estruturação do psiquismo, embora ele também integre a influência das relações arcaicas com a mãe.

Mais recentemente, Michel Tort (2007) denuncia os efeitos da tentativa freudiana de valorizar o pai, apontando-a como um obstáculo à compreensão das novas formas de subjetivação contemporânea derivadas de mais um ciclo de decadência do dogma paterno, não cabendo à psicanálise o papel de reformista social. Ele critica as construções freudianas e lacanianas, afirmando que a função do pai freudo-lacanianiana é uma construção histórica, fiel às formas tradicionais de dominação masculina, que asseguram ao pai o monopólio da função simbólica, movimentando o jogo de poder entre os sexos. Para ele, as sociedades democráticas ocidentais cedem lugar a novos caminhos de parentalidade, nas quais se inscreve uma psicanálise que se faz a partir da experiência e não de uma reciclagem do que ele chama de religião do Pai. O autor indaga como ficariam as funções psíquicas que estamos acostumados a identificar com a função paterna; como iremos resolver a crise edipiana da cultura, levando em consideração que o Édipo clássico é constituído em um sistema social de parentalidade que ruiu, levando consigo a equivalência entre a heterossexualidade genital e a sexualidade adulta.

Para Khel (1998), discutir as relações entre a mulher, a feminilidade e a posição feminina é ampliar as possibilidades da clínica psicanalítica, “preocupada, desde Freud, em fixar esses três elementos, propondo para as mulheres uma faixa muito estreita a partir da qual possam constituir uma narrativa pessoal, um estilo, um destino” (p. 14).

Para Freud, o homem e a mulher se constituem a partir de três questões levantadas

pela criança na fase fálica, contemporânea do Édipo: descobrir quem tem ou não tem pênis; engendrar as consequências psíquicas da crença de que um dos sexos fora castrado e estabelecer qual a orientação do seu desejo dentro do triângulo edípiano. A partir de então, se consolida a diferença sexuada. Estes termos são indissociáveis: pênis, falo, Édipo, castração.

A escolha ética de Freud de fazer da construção fálico-edípica o instrumento teórico determinante da teoria sobre a diferença sexual levanta algumas questões: a) Ao contemplar a criança da fase fálico-edípiana, a teoria da diferença sexual não estaria eclipsando toda a pré-história do Édipo e as montagens ontogenéticas dos primórdios da vida psíquica referentes à vinculação e identificação da criança à mãe, segundo nos sugere André (1996) e Ribeiro (2000)? b) É um postulado universal que figura como uma inscrição homogênea unitária, estrutural, operadora das formações do inconsciente, dominante em todo ser humano em qualquer tempo da sua existência? c) Seria uma teoria ancorada nos valores éticos e morais de uma determinada cultura em um tempo histórico determinado?

Sem a pretensão de dar respostas definitivas a esses impasses, voltamo-nos para os tênues limites entre a teoria freudiana da diferença sexual e os valores veiculados na cultura sobre sexo/gênero.

### **1.3. Psicanálise e gênero**

Esta alusão que faremos ao gênero poderia confundir o leitor sobre o objeto central deste trabalho. Por isso, antecipamos que o nosso objetivo não é marcar o gênero como nosso tema, mas apontar que a teoria da feminilidade e da diferença de sexos em Freud não escaparia das designações sociais acerca do gênero. Isso nos deixa mais à vontade para renunciar à idéia de universalidade de alguns dos pressupostos freudianos sobre a

feminilidade.

A expressão gênero não foi usada por Freud. Os termos *identidade e papel de gênero* foram introduzidos na década de 50 pelo sexologista neo-zelandês, John Money (conforme citado por Laplanche, 2007a), tendo se popularizado, especialmente, nos Estados Unidos. Gênero seria um comportamento aprendido, moldável. Desde então, *sexo* teve seu significado atrelado à biologia e *gênero* ao sociocultural, vindo ao encontro das tendências culturalistas na sociologia e no feminismo.

Segundo Laplanche (ibid.), Freud nunca usou o termo gênero, inclusive porque a língua alemã alude ao gênero por meio do termo *Geschlecht*, que quer dizer *sexo sexuado*. Para ele, apesar de a expressão não aparecer em Freud, a noção de gênero fez-se presente.

Sobre a mulher, situamos, nos textos de Freud, uma certa tendência a psicologizar o feminino através de descrições fenomênicas de traços próprios do gênero. Gay (1989), em *Freud, uma vida para nosso tempo*, define algumas das passagens do texto de Freud como um pequeno catálogo de convicções tradicionais que ele chama de “preconceitos sobre as mulheres” (p. 460).

De fato, há evidências da mais severa tendência de Freud a sustentar a hierarquia de sexo e gênero. Em carta à sua futura mulher, escrita em 1883, Freud (1982/1873-1939) diz que faltaria a John Stuart Mill, filósofo e economista inglês, o senso do absurdo sobre a emancipação das mulheres e sobre a questão feminina em geral.

Entre os absurdos citados, Freud condena o trabalho remunerado da mulher e sua profissionalização, pois ela deveria dedicar-se em tempo integral ao cuidado com a casa e com os filhos; acusa o casal Mill de não ter uma relação humana, em virtude de não ter filhos e de terem se casado em idade avançada; condena o ideal emancipatório de Mill que faria apagar a diferença entre homens e mulheres; critica a analogia feita por Mill entre a opressão do negro e da mulher, pois afirma que a mão de uma mulher beijada por um

homem disposto a arriscar tudo pelo seu amor seria argumento que teria emendado Mill acerca da defesa que fazia dos direitos de voto e outros direitos civis da mulher.

Por fim, conclama sua noiva a não ocupar o lugar de concorrência consigo e declara ser “a coisa mais linda que o mundo tem para oferecer-nos: nosso ideal de feminilidade”. Diz que a este ideal de feminilidade, as atividades reformistas de legisladores e educadores deveriam se curvar frente a “natureza que teria designado a mulher, em virtude da sua beleza, encanto e bondade”, a permanecer assim posicionada: “ser uma namorada adorada na mocidade e esposa amada na maturidade” (p.97).

É lícito supor que pela intensidade com que as convicções pessoais de Freud são proferidas, estas seriam coerentes com as suas formulações teóricas acerca da diferença entre os sexos e da feminilidade. Freud caminhou neste limite – entre a construção de um saber segundo o traçado da tradição cultural e científica, com todas as implicações éticas deste saber na reprodução de uma hierarquia entre os sexos e, de outro lado, a construção de uma nova perspectiva epistemológica segundo o conceito de sexualidade peculiar à psicanálise, vinculada ao construto do inconsciente.

No que tange às denúncias do continuísmo freudiano, é definitiva a influência de Simone de Beauvoir (1949/2009) a partir do livro *O segundo sexo*. De acordo com a autora (ibid.), “a psicanálise só conseguiria encontrar sua verdade no contexto histórico” (p.82). Freud teria calcado a descrição do destino feminino sobre o masculino, mas teria malogrado em explicar a soberania do pai e do pênis. Ela afirma que a soberania do pai seria um fato de ordem social e a inveja do pênis, imputada à mulher, resultaria de uma valorização prévia da virilidade. Para ela, Freud encara como existente esta valorização quando seria preciso explicá-la.

Depois de Beauvoir, abriu-se o campo das discussões sobre o valor emprestado à teoria freudiana dos preceitos ético-político-ideológicos que cercavam as questões de

gênero. De fato, a positividade do pênis foi expressa na teoria freudiana por diversos meios e sempre atrelada à negatividade da vagina: a valorização da identificação ao pai no mito da horda primitiva, segundo a hipótese filogenética; a ideia de um único sexo, masculino, a partir da qual a mulher vê-se em franca inferioridade; a idéia de que sendo castrada, a mulher não sofreria os efeitos normativos da resolução do Édipo, pois não teria nada a perder, explicando assim as suas exigências morais frágeis face os prejuízos sofridos na formação do superego. Essas e outras formulações trazem um óbvio juízo de valor negativo ao feminino. Freud (1925/1996) é convicto de que a sua teoria pertenceria estritamente à ordem do atemporal e recusa a indisposição feminista, para ele, ansiosa em “forçar a encarar os dois sexos como iguais em posição e valor” (p. 286).

Mas, não seria excessivo dizer que a mulher, no texto freudiano, estaria no campo da sombra, da amoralidade, da inaptidão à vida pública e à condição de sujeito pensante. À margem da dissolução da trama do Édipo e dos efeitos normativos da castração, ela teria limitações quanto aos processos de simbolização e sublimação, estando mais sujeita à neurose. Essa construção falocêntrica não faz jus ao potencial psicanalítico de acompanhar o que vem se operando no mundo.

Freud destacou o sexual do campo do fenômeno, vinculando-o ao inconsciente, distinguindo o sexual do que o senso comum entende por atividades de reprodução ou por papéis sociais. Mas os deslizes foram evidentes e, até mesmo, proveitosos.

Evidentes porque boa parte do que já citamos sobre a visão freudiana da mulher são formulações feitas em termos libidinais, mas permeadas por traços especulares entre sexo, gênero e sexualidade, gerando confusão entre estes campos. Proveitosos, porque ao deixar escapar a ambiguidade, ao deslizar em seu propósito de ampliar a sexualidade para a esfera extragenital e extragênero, Freud contribuiu para estas questões, a partir de seu próprio campo. Se dissermos que ele formulou a teoria da sexualidade respeitando as tradições

culturais e científicas da época sobre gênero e sexo, ou se foi uma teoria do gênero e do sexo em termos libidinais, de qualquer maneira, o conceito de sexualidade de Freud dará margem a profundos questionamentos sobre a escolha de sexo e de gênero, ao colocar, no seu centro o inconsciente sexual. E este é o ponto que identificamos como central no papel de ruptura da psicanálise com a ordem vigente.

A indisposição de psicanalistas em relação à questão sócio-cultural dos sexos e dos gêneros apóia-se no argumento de que a sexualidade a que se refere a psicanálise não concerne a esta questão. Mas, na atualidade, há uma gama de autores que reconhecem amplamente a legitimidade dos dois argumentos, político-sócio-culturais e psicanalíticos, e buscam se valer das pressões que um exerce sobre outro para produzir conhecimento e abrir espaço para reflexão.

Para Birman (2001)

(...) ambas as formulações se sustentam efetivamente, mas se inscrevem em níveis diversos de realidade (...) É a circunscrição desses diferentes campos do real que precisa ser delimitada e bem costurada, para que possamos nos deslocar de uma oposição absoluta e perigosa entre os dois enunciados cortantes e trabalhar, então, no registro de suas interlocuções possíveis. Seria preciso adentrar as instâncias de mediação desses enumerados para então discutir adequadamente suas evidentes dissonâncias (p. 24).

O posicionamento do autor nos conduz a reconhecer que não podemos transpor o discurso de um campo a outro sem as devidas mediações, pois os enunciados de cada um estão referidos a objetos diferentes, a outras bases epistemológicas, acarretando formulações teóricas próprias. A indisposição entre esses campos parece vir da desconsideração da fronteira que os demarca, levando à impossibilidade do proveito recíproco.

Apenas para ilustrar a possível fertilidade da discussão entre a psicanálise e o

feminismo, temos: Gayle Rubin (conforme citada por Tort, 2007), quando afirma que é na trama do Édipo freudiano que se dá a racionalização da dominação masculina e a subordinação feminina, sendo aquele um mecanismo de assimilação de regras que constroem o desejo heterossexual e definem efeitos negativos para os destinos subjetivos das mulheres. Para ela, as sociedades seriam organizadas sobre a base de sistemas de sexo-gênero; a psicanálise e a antropologia levi-straussiana seriam sofisticadas ideologias sexistas.

Revendo Rubin, Nancy Chodorow (ibid.) diz que a psicanálise, a partir dos anos 50, idealizou o papel da mãe através do conceito de maternagem, dando um tratamento tradicional à organização social de gênero. Para a autora, esta divisão de trabalho, na qual a mãe é responsável pela maternagem, levaria a produzir nos filhos e filhas uma divisão de suas capacidades que os conduzem à reprodução da mesma divisão sexual e familiar. Mas, ela entende que a trama do complexo de Édipo não é necessariamente, como representada classicamente, o desenvolvimento de uma identidade de sexo e gênero calcada em uma genitalidade heterossexual. O Édipo também seria referente à constituição de diferentes formas de relação potencial entre pessoas de sexo e gênero diversos. Ela então parte para uma releitura do Édipo, que possa atender às exigências de um novo tempo.

Jessica Benjamim (ibid.) diz que a análise escamoteou a qualidade da mulher de sujeito falante através da idéia da mulher considerada objeto do desejo e da mãe como primeiro objeto da criança. Para ela, os resultados de uma maternagem por uma mãe não considerada como sujeito são filhos sádicos e filhas masoquistas. A questão central seria a subjetividade da mãe.

Em outra linha, destaca-se, também, o pensamento de Lucy Irigaray (conforme citada por Roudinesco & Plon, 1994) que definiu uma escrita feminina, sexuada, que subverteria o falocentrismo e logocentrismo freudiano a partir da idéia de uma alteridade

do feminino. Ela propôs uma feminização da sexualidade humana, falando de um arcaísmo recalcado nos planos social e subjetivo.

Estas e tantas outras contribuições, que não nos caberia reproduzir, são intersecções proveitosas entre a discussão de gênero e a psicanálise.

É na alusão freudiana ao feminino que encontramos de maneira mais acentuada a falta de mediações e delimitações claras sobre sexo, gênero e o sexual. Para Freud, a feminilidade é um atributo psíquico que a mulher conquista na puberdade quando se dá a repressão do seu complexo de masculinidade originário, reforçado na fase fálica. A posição feminina corresponde à passividade pulsional, diferente de uma passividade psicológica comportamental, sendo necessária uma boa dose de atividade para se alcançar um fim passivo. E o termo mulher diz respeito ao destino subjetivo dos indivíduos marcados pela falta de pênis que, após um longo percurso, se darão com a realidade anatômica e fisiológica da vagina, representada psiquicamente pela feminilidade segundo a posição feminino-passiva.

Mas, estes aspectos descritivos da feminilidade não são continuamente sustentados e não são claros os seus aspectos dinâmicos. Freud (1933 [1932]/1996) fala que “a feminilidade seria dar preferência a fins passivos” (p. 116); confere à feminilidade medidas próprias de uma teoria de gênero, como já citamos, embora advertindo sobre a influência dos costumes sociais que compelem as mulheres a uma situação de passividade; afirma que a distinção anatômica entre os sexos irá se expressar em consequências psíquicas, mas que há traços de feminilidade nos homens; afirma existir uma relação particularmente constante entre feminilidade e vida instintual; afirma haver maior coerção aplicada à libido quando ela serve à função feminina; diz que as mulheres não teriam o mesmo grau de exigência moral dos homens pelos prejuízos que sofrem na formação do superego; faz coincidir feminilidade com supressão da agressividade, definindo o masoquismo como

verdadeiramente feminino, associando o feminino definitivamente ao infantil; e, por fim, em 1937, afirma que o consolo do analista é levar o paciente a alterar sua atitude de repúdio à feminilidade.

Há uma alternância entre a feminilidade como uma experiência favorável, equiparada à resolução do complexo de castração mesmo nos homens, como sugere o texto de 1937, o que traria uma posituação do registro da feminilidade na vida psíquica, e, de outro lado, a ideia de feminilidade associada à mulher, entidade limitada quanto aos processos de elaboração da sexualidade infantil.

Laplanche (2007), numa outra linha de análise, confere aos três conceitos, gênero, sexo e o sexual, a sua devida importância na história primitiva do ser humano, ressaltando o conflito entre eles. Esta tríade seria a gênese do ser humano, do pequeno ser humano, uma gênese que a psicanálise não deveria ter medo de se aproximar.

Ele questiona: “introduzindo gênero na psicanálise significa conspirar com aqueles que querem diminuir o impacto da descoberta de Freud? Ou, ao contrário, poderia ser uma maneira paradoxal de reafirmar a íntima oposição entre o gênero e o sexual?” (tradução nossa). Crítico das teorias que buscam afirmar a identidade de gênero como uma aquisição não-conflitiva, Laplanche chama atenção para o próprio ambiente psicanalítico que, sem qualquer reflexão, faz observações sobre pacientes homens ou mulheres como se o gênero fosse da ordem do não-conflitivo por princípio. Para o autor, gênero não seria uma impregnação cerebral ou hormonal, nem um *imprinting*, nem um hábito. Essas seriam noções solipsistas da aquisição do gênero. Gênero seria algo da ordem da atribuição, da designação, enfatizando o primado do outro neste processo. Este processo não seria limitado a um único ato; não se trataria da determinação pelo nome, como em Lacan.

Atribuição seria um complexo de atos que se estenderia para a linguagem de significados e comportamentos do ambiente. Porém, para ele, o que faz a inscrição da

atribuição de gênero não é a sociedade em geral, mas o pequeno grupo íntimo, o pai, a mãe, o amigo, o irmão, a prima.

Assim como na teoria da sedução generalizada, ele enfatizou que os adultos transmitem mensagens sexuais enigmáticas às crianças, dando origem à pulsão e ao inconsciente, haveria, também, uma mensagem do *socius* de atribuição e designação de gênero. Essa seria, no adulto, pré-consciente/consciente, mas também passariam por ali ruídos inconscientes, fantasias, expectativas que viriam infiltrar a atribuição de gênero.

O autor chama atenção para a inversão que essa ideia de atribuição provoca na questão da identificação, pois muda o seu vetor. Ao invés da ideia da *identificação a* passa para à *identificação por*. À ideia freudiana de identificação da criança ao pai da pré-história, Laplanche diria: “a identificação primitiva pelo *socius* da pré-história pessoal” (ibid.). O gênero precederia o sexo e seria por ele organizado, sendo inscrito e transmitido do adulto para a criança por meio de códigos sociais, a linguagem social.

Para ele, o deslocamento da questão do sexual freudiano para a questão do gênero pode esconder o fato de que a descoberta fundamental de Freud não repousa ali, mas a questão do sexual estaria lado a lado com a do gênero e a do sexo, ou do sexuado. As representações conscientes e inconscientes de sexo e gênero não seriam nem dados constitucionais, nem puramente psíquicos, nem exclusivamente sociais.

O texto de Laplanche nos serve de cenário para que possamos afirmar, no contexto da tríade gênero/sexo/sexual, qual é o ponto no qual iremos nos aprofundar para explorar o conceito de feminilidade. Abordaremos a feminilidade como um registro psíquico e buscaremos investigar a relação desta com a diferenciação identitária de sexo e de gênero, com o objetivo de chegar à incidência das expressões sexuadas do repúdio da feminilidade - nem o feminino do culturalismo feminista, nem o gênero como um *imprinting* direto e não conflitivo e nem o sexo como um dado constitucional.

Embora não seja o nosso propósito investigar a questão do gênero como atribuição, estas colocações nos ajudam a relativizar boa parte dos pressupostos freudianos sobre feminilidade, especialmente os pressupostos que deslizam de uma teoria universal do inconsciente para acederem, inadvertidamente, às influências das atribuições culturais de gênero.

## Capítulo 2 – O feminino, a feminilidade e a construção fálico-edipiana

### 2.1. A onipresença do feminino em Freud

*Foi um sonho muito vívido, e nele vi minha querida mãe, com uma expressão peculiarmente serena e adormecida no rosto, sendo carregada para dentro do quarto por duas (ou três) pessoas com bicos de pássaros e depositada sobre o leito. Acordei aos prantos, gritando, e interrompi o sono dos meus pais*  
(Freud, 1900/1996, p. 611).

Freud (1950 [1892-1899]/1996) afirmara que “o elemento essencialmente recalcado é sempre o que é feminino” (p.300). Embora retire essa ideia poucos meses depois – “abandonei a ideia de explicar a libido como o fator masculino e o recalçamento como o fator feminino” (p.322), a primeira afirmação nos parece ter ligações não explicitadas com o texto de 1937, *Análise terminável e interminável*, voltando à cena por vias indiretas.

Indagar sobre o feminino em psicanálise é da própria natureza do seu objeto, o inconsciente. Inscrito como “continente negro” (Freud, 1926/1996, p.205), abordá-lo é andar no eixo que perpassa a obra freudiana. A fecundidade do tema, já tão explorado, se deve menos a uma escolha de Freud e dos psicanalistas e mais ao seu potencial de intervenção, a começar pela produção dos sintomas histéricos.

O encontro de Freud com o feminino é marcado por tensões e constantes desafios. Para Neri (1999), pesquisadora contemporânea do tema, a psicanálise é “conjugada pelo feminino, enquanto enunciada a partir do discurso das mulheres (...) e constituída sobre o feminino, enquanto uma interrogação primeira e fundante do seu aparato teórico” (p.12).

A legitimidade dessa afirmação é atestada pela história das ideias de Freud que tem início a partir da histeria, fundamentalmente vinculada ao feminino, e fecha, após quase quarenta anos, com o realce dado por ele a um elemento tomado como central na vida

psíquica de todo ser humano, o repúdio da feminilidade.

A sexualização do sintoma histérico é resultado do desnudamento da alma feminina por Freud. Desde *Estudos sobre Histeria* (1895/1996), no qual as mulheres são protagonistas, até Dora, o caso mais paradigmático da obra freudiana, as mulheres foram parceiras na construção dos pilares da psicanálise - embora Mitchell (2006) aponte que “Freud desposara entusiasmado a proposta da histeria masculina” (p.69), ainda nos primórdios, mas que esta ideia teria sido abortada. Para ela, Freud as teria reprimido.

O feminino é tomado não só como tema em psicanálise, mas uma orientação para o seu saber. Em Freud, ora ele será recalcado solenemente, ora será explorado com afinco. Mas, sempre pertencendo à ordem do enigmático e do inacabável, representando fielmente o caráter de interminabilidade, incompletude e incerteza do processo analítico.

Freud (1933[1932]/1996) diz que “a psicanálise não precisa de uma *Weltanschauung*” (p.155), de uma construção intelectual que solucione todos os problemas da existência segundo uma hipótese superior dominante, que responda a todas as perguntas sem resposta e na qual tudo encontra seu lugar fixo. Se sobre as mulheres não houve uma teoria que fosse concludente, talvez isso se deva ao fato de que o feminino teve o mérito não só de inspirar Freud, mas de perturbar as suas convicções através dos desafios que trazia a cada passo do desenvolvimento da psicanálise. É o que procuraremos mostrar abaixo.

Os primeiros casos clínicos descritos por Freud (1895/1996) evidenciam a importância das mulheres na descoberta da etiologia sexual da histeria, na ideia de defesa e resistência ao tratamento e na importância do recalque e do processo dinâmico da mente. A passagem do método hipnótico ao catártico, pois a hipnose não funcionaria para todos; o abandono do método catártico, pois a catarse não poderia afetar as causas subjacentes da histeria, não podendo evitar que novos sintomas tomassem o lugar daqueles

já eliminados; até, posterior aos *Estudos sobre Histeria* (1895), Freud abandonar a técnica da sugestão para investir no afluxo de associações livres, método provavelmente inspirado na potencialidade associativa de Emmy Von N., em todas essas passagens testemunhamos a presença ostensiva de mulheres.

Essa presença também se faz notar na crise terapêutica instalada em 1897, anunciada por Freud (1950 [1892-1899]) em carta a Fliess. Ela é causada pela evidência fornecida nas situações de análise de que a sedução relatada pelas suas pacientes mulheres não era necessariamente real, mas fantasiada, o que explicaria melhor a alta incidência da histeria, dificilmente justificada pela equivalência estatística entre os supostos casos de perversão dos adultos e os casos de perturbações nervosas que decorreriam dali. A mudança de orientação teórica é promovida pela fertilidade da mente feminina: “quase todas as minhas pacientes contavam-me haverem sido seduzidas pelo pai” (Freud, 1933 [1932], p.120).

Se a crise terapêutica é relacionada à potência fantasística da mulher, talvez também pudesse ser descrita como a crise da verdade freudiana sobre o feminino, crise essa que não cessa de irromper por toda a sua obra.

Mas, o que o desconforto de 1897 promove é fundamental à teoria freudiana, pois dois elementos centrais são formulados a partir dele: o do inconsciente individual, dinâmico, até então formulado em termos de lembranças recalçadas fixadas na mente ou, ainda, segundo o postulado da hereditariedade; e a teoria da sexualidade infantil. A partir de então, para Freud, as lembranças eram recalçadas por fatores estruturais e idiossincráticos e a etiologia da histeria seria definitivamente sexual e entendida como desvinculada da sedução real. Da técnica de cura dos sintomas neuróticos, Freud passa à investigação dos processos mentais a partir da análise das representações e das fantasias, investindo na psicanálise enquanto campo de conhecimento.

A *Interpretação dos Sonhos* (1900) busca dar uma resposta no nível do saber à crise terapêutica instalada. Nasce a primeira tópica do aparelho psíquico, colocando, em primeiro plano, como fatores desencadeadores do sintoma neurótico, a defesa e a resistência à percepção da sexualidade infantil. Consolida-se, ainda, a ideia já veiculada na citada carta a Fliess, de que não haveria nenhum indício de realidade no inconsciente, “de modo que não se [poderia] distinguir entre a verdade e a ficção que foi catexizada com o afeto” (Freud, 1950 [1892-1899], p. 310). A teoria de Freud pensava o inconsciente em suas múltiplas possibilidades. As recordações provinham de conexões associativas, da associação com outras recordações e não dos eventos reais. A existência do inconsciente não era evidência de uma perturbação nervosa, mas da produtividade e diversidade da psique. O sintoma decorreria da existência universal do inconsciente intrinsecamente relacionado à sexualidade infantil.

O segundo efeito da crise terapêutica foi a formulação do conceito de sexualidade infantil e seu caráter perverso polimorfo, presente nos *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), levando Freud a transferir a responsabilidade da sexualização genital precoce pelo adulto perverso à natureza sexual, pré-genital, da criança. Ali, ele apresenta a sua tese fundamental que aponta a não coincidência dos registros do sexo e do sexual. A distinção presente entre os conceitos de pulsão, marcada pela indeterminação e variabilidade do objeto de satisfação, e o de instinto, marcado pela constância do objeto, levaria a perversão a não mais restringir-se à patologia. Esta sexualidade perverso-polimorfa existente em ato nas perversões, estaria recalcada nos neuróticos. Daí a fórmula “a neurose é o negativo da perversão” (p.157).

Ainda sobre a onipresença do feminino, o caso Dora foi o cenário para que a experiência analítica corroborasse com as teses até então formuladas. Para Celes (1995), “o Caso Dora leva às últimas conseqüências as formulações a respeito dos processos

psíquicos expressas na *Interpretação dos sonhos*” (p. 33).

Mas, é aí que irrompe uma nova e ruidosa questão, com efeitos devastadores para a segurança do método, oriundo também dessa fonte de inspiração feminina - a importância crucial do fenômeno transferencial na situação de análise. A interrupção precoce do tratamento pela paciente levaria Freud a destacar a transferência como o eixo paradigmático no qual se dá a análise e, somente através da qual, se esclareceriam as particularidades daquele caso: “Não consegui dominar a tempo a transferência” (Freud, 1905 [1901], p.113).

Birman (1992) fala da “dívida simbólica da psicanálise para com Dora” (p.117), afirmando que ela ensinou Freud a repensar os fundamentos metodológicos da experiência analítica. Se a transferência era um conceito periférico, passaria a delinear-se, a partir de Dora, a sua função epistemológica.

O caso Dora denuncia a derrota de uma técnica psicanalítica interpretativa de cura restrita ao modelo do sonho, pois a transferência dos afetos e das ideias inconscientes na situação analítica poriam fim a essa pretensão. A psicanálise foi se afastando da idéia de um procedimento técnico para um método de tratamento que visava secundariamente à cura dos sintomas.

Dessa dívida simbólica que poderíamos estender para além de Dora a tantas outras mulheres que passaram pelo tratamento com Freud, há ainda o posterior reconhecimento de Freud à importância crucial da mãe na vida psíquica. Se as mulheres inspiraram a neutralização da teoria da sedução a partir de 1897, nos anos 30, é a investigação da pré-história edipiana das mulheres que a reacenderá. Freud (1933 [1932]/1996) é levado mais uma vez a considerar a sedução. E, tanto mais instigado pelo feminino, pois o sedutor seria, agora, a mãe. “A fantasia toca o chão da realidade” (p.121), por que seria mesmo a mãe, através dos cuidados corporais, quem despertaria sensações de prazer nos genitais da

menina.

Até então, é notório o apagamento da figura da mãe, conforme descrito por Gay (1989): a mãe de Dora, personagem secundária e silenciosa; a mãe do Pequeno Hans, causa da neurose do filho, é subordinada ao marido que transmite as interpretações de Freud; a mãe do Homem dos Lobos figura apenas como parceira na cena primária; a mãe do Homem dos Ratos faz aparições fugazes; a mãe de Schreber poderia simplesmente não ter existido.

Para Ribeiro (2000), não se trata de uma omissão, mas de um verdadeiro recalçamento da ideia de uma possível identificação feminina primária desses personagens. As interpretações de Freud buscariam esquivar-se do reconhecimento dessa identificação para instalar nos pacientes uma forte identificação paterna, evitando o afrouxamento do recalque da angustiante identificação feminina. Neste caso, a neurose não estaria apenas do lado do paciente, mas da própria teoria.

Mesmo quando Freud descobre a intensidade desses vínculos primários através da sexualidade feminina, a mãe que seduz é fálica, o que leva à redundância do falicismo na teoria. Mas, o lugar do feminino já estava lá! É tão digno de nota que Freud tenha inaugurado a psicanálise pela escuta do universo feminino e que tenha postulado a importância fundamental da mãe no início da infância quanto o é o apagamento da figura feminina na descrição de seus casos clínicos e de uma possível feminilidade precoce.

Só um tema foi tão anunciado por Freud como inconcluso quanto o do feminino – a história pré-edipiana dos meninos. Freud (1925) diz: “Com referência à pré-história do complexo de Édipo nos meninos, estamos longe da clareza completa” (p.279). Ele não chega a delegar a questão aos poetas, mas não é difícil associar a feminilidade ao pré-Édipo do menino, onde a relação mãe/filho é um fator central. Há, no entanto, um impasse quanto à natureza dessa relação, pois a ligação erótica de natureza masculina do menino

com a mãe só poderia ser sustentada a partir da filogênese ou da constituição biológica.

Freud estaria às voltas com dois problemas: o primeiro, é que estaria longe da clareza sobre o pré-Édipo dos meninos; o segundo, é que ao tomar como tema das suas investigações a criança edipiana do sexo masculino, ficaria subentendido que há lacunas do lado das meninas. Nelas, o complexo de Édipo teria uma longa pré-história e constituiria, “sob certos aspectos, uma formação secundária” (p. 280). O descentramento do Édipo aponta para a instabilidade do edifício teórico até então construído. Mas, o que ganha força sobre a centralidade do Édipo, no entanto, é indissociável desse - a castração.

Segundo Freud (1933 [1932]/1996), “ambos os sexos parecem atravessar da mesma maneira as fases iniciais do desenvolvimento libidinal” (p. 118). Do ponto de vista do pré-Édipo, vai se fechando o cerco em torno da relação mãe/filho. No entanto, um dado seria certo, para Freud (1921): o de que os meninos, no período inicial da vida psíquica já teriam uma identificação afetuosa com o pai, já seriam meninos até antes, ou ao mesmo tempo em que tomariam a mãe como objeto do seu investimento. Trataremos desta questão mais tarde, mas apenas queremos antecipar que a identificação primária ao pai posta de um lado e o investimento libidinal na mãe, de outro, enxertam na teoria a precedência da masculinidade sobre a feminilidade, apagando a importância dos vínculos identificatórios à mãe.

Apesar de toda a obra de Freud estar voltada para os enigmas que permeiam a mente humana, o feminino, de todos os temas tratados, permaneceu assim estigmatizado - o insondável. Freud chega a declarar reiteradas vezes sua insatisfação quanto às lacunas da sua teoria da feminilidade – rende-se à tese do enigma feminino.

Assoun (1993) afirma que essa não é uma renúncia de Freud a conhecer o *querer* da mulher. Para o autor, a mulher é o que a psicanálise não conheceu e “essa verdade que não quer se deixar saber é realmente a *prova da verdade* da psicanálise” (p. 19). Ele diz que se

trata, antes, de considerar que a mulher, por existir, coloca o saber psicanalítico em suspensão, representando uma interrupção de uma mecânica explicativa por exigir que o teórico confronte-se com aquilo a que a mulher remete – a alteridade. A indagação sobre a mulher seria uma indagação sobre o saber analítico.

Para nós, a questão da psicanálise não é a indagação sobre a mulher. Esta seria uma mitificação conivente com os interesses de manter encoberto um tema que poderia vir à tona através da mulher: a feminilidade enquanto registro psíquico central do inconsciente. Pensamos que a indagação sobre o saber analítico está no percurso da feminilidade originária à falicidade, por onde se abriam caminhos não só para o entendimento da mulher, mas, de toda a vida psíquica e da psicanálise como método de tratamento.

A metáfora do “continente negro” é pertinente até o ponto em que nos permite associar a feminilidade ao núcleo do recalcado, o que difere da impossibilidade de conhecer o desejo específico da mulher. Insondável seria o inconsciente, mas este limite Freud já teria rompido através da metapsicologia. Conceber uma feminilidade primária é transpor a ligação mítica entre o enigmático e a mulher. O enigma, tal como proposto por Laplanche (1992), não escolhe sexo.

## **2.2. A psicosexualidade em Freud**

Retomaremos a leitura sistemática da organização psicosexual em Freud de maneira que possamos fazer referência a estes enunciados posteriormente, quando colocarmos em discussão a relação deste ordenamento com o repúdio da feminilidade, uma vez que ele se ancora na diferença identitária de sexo, ápice do desenvolvimento psicosexual.

Em *A organização genital infantil* (1923b/1996) e *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos* (1925/1996), Freud descreve o percurso

da sexualidade infantil, traçando o caminho para o desenvolvimento normal da sexualidade adulta. Esse ordenamento não presume uma linearidade e a genitalidade adulta é considerada como síntese da sexualidade infantil. A organização genital do infantil é sempre parcial, pois o que vigora é a sexualidade fálica. Esta resultará no complexo de castração, estruturando e dando sentido ao Édipo.

Freud (1925 [1924]/1996) afirma que a função sexual existe desde o início, embora vinculada a funções vitais no princípio, onde imperam as pulsões do Eu ou de autoconservação. Muito cedo, a atividade sexual do bebê seguirá independente das funções vitais, sendo movida pelas pulsões provenientes das reivindicações da sexualidade. Mais tarde, ele afirma que esta classificação entre pulsões do Eu e as sexuais não é uma premissa necessária, mas uma construção auxiliar. A atividade sexual a que ele se refere diz respeito a um grande número de pulsões, componentes da sexualidade, que tem como meta a sua satisfação. A pulsão é “o representante psíquico dos estímulos que provêm do interior do corpo e alcançam a psique, como uma medida da exigência de trabalho imposta ao psíquico em consequência de sua relação com o corpo” (Freud, 1915a/2004, p.148).

As pulsões sexuais, provenientes de múltiplas fontes orgânicas, exercerão suas atividades independentemente umas das outras. Estas são as pulsões parciais que veiculam apoiadas nas de autoconservação. A meta ainda é o prazer de órgão. Mais tarde, se dará a síntese a serviço da reprodução e da primazia dos genitais, levando estas pulsões a serem reconhecidas como sexuais, pela lógica do *a posteriori*.

As pulsões são dependentes das zonas erógenas de onde partem, e as zonas erógenas acontecem pela delimitação de um outro, a mãe. No início, encontram satisfação na maior parte das vezes no próprio corpo, sendo a atividade sexual predominantemente auto-erótica e descentralizada, ao que Freud denomina de um estado de narcisismo.

Passada a fase do auto-erotismo, onde o mundo externo é indiferente ao Eu, as

pulsões de autoconservação levam o Eu a receber objetos do mundo externo que são fonte de prazer às demandas pulsionais, introjetando-os; e a expelir o que provoca no seu interior moções pulsionais desprazerosas. Freud (ibid.) afirma que, forçando os termos, poderia se dizer que a pulsão ama o objeto através do qual obtém satisfação.

O amor é originalmente narcísico através do prazer de órgão do auto-erotismo e, depois, “passa para os objetos que foram incorporados ao Eu ampliado, que irá se esforçar na direção destes objetos que são fontes de prazer” (idem, p. 161). Aí, há diferenciação entre interno e externo, entre o Eu e o mundo, entre prazer e desprazer e entre amor e ódio.

Freud (1925 [1924]/1996) postula que na seqüência da sexualidade auto-erótica, acontece uma relativa síntese das pulsões sexuais, estabelecendo a primeira fase de organização da sexualidade, sob domínio dos componentes orais. O primeiro órgão a surgir como zona erógena é a boca e toda a atividade psíquica é voltada para a satisfação de sua necessidade a serviço da autoconservação. Freud (1940 [1938]/1996) afirma que há esforço de obter prazer para além da necessidade e, por essa razão, essa atividade psíquica pode e deve ser denominada de sexual. Esta é a fase que inaugura a organização da sexualidade mediante a síntese parcial das pulsões orais em pulsões sexuais.

Sucede à primeira fase, a fase sádico-anal, marcada pela busca de satisfação na agressão e na função excretória, sendo regida pela antítese ativo/passivo no que diz respeito aos fins da pulsão. A reversão da atividade em passividade, ou o contrário, é uma matriz de ação psíquica que se, por um lado, está muito próxima do narcisismo, especialmente na posição passiva onde o objeto é o próprio sujeito, por outro, ela também prepara fases mais elaboradas da organização da sexualidade. Na sua fase final, a masculinidade se aproxima da posição ativa e a feminilidade da posição passiva, quanto aos fins da pulsão: “Poder-se-ia considerar característica psicológica da feminilidade dar preferência a fins passivos” (Freud, 1933[1932]/1996, p.116). A gratificação deriva do

investimento na posição de assujeitamento: prazer na posição de objeto do prazer.

A terceira fase é a que Freud (ibid.) afirma ser o ponto de partida para a diferença no desenvolvimento da sexualidade dos meninos e das meninas – a fase fálica - embora seja, simultaneamente, a fase onde os processos de ambos são equivalentes quanto ao esforço por ser masculino. É o auge da semelhança e o começo da diferença na organização das sexualidades masculina e feminina. A atividade intelectual estará a serviço das pesquisas sexuais, mais especificamente centradas na diferença anatômica dos sexos, no posicionamento do seu próprio sexo e no desejo edipiano. Freud (1940 [1938]/1996) afirma que se tem como premissa a presença universal do pênis. Esta é o ponto de encontro da teoria freudiana e das teorias sexuais elaboradas pelas crianças. Há, ainda, o reconhecimento, por parte da ciência anatômica, de que o clitóris comporta-se como um pênis genuíno, “sede de excitações que confere à atividade sexual da menina um caráter masculino (...) tudo isso parece mostrar que existe uma dose de verdade na teoria sexual infantil de que as mulheres possuem como os homens, um pênis” (Freud, 1908/1996, p. 197).

Ingressando na fase edipiana, o menino dirige sua atividade genital à mãe. A visão dos órgãos genitais femininos, na fase fálica, levaria a criança - que crê na existência universal do pênis e lhe dá especial importância por ser sede de excitações - à crença de que aqueles foram castrados. A importância do pênis para as crianças dos dois sexos, o desejo incestuoso e a descoberta de que um dos sexos não o possui são a via pela qual Freud irá postular a existência do complexo de castração.

Freud (1923b/1996) ressalta que “o significado do complexo de castração só pode ser corretamente apreciado se sua origem na fase fálica for também levada em consideração” (p.160), quando a idéia de perda se vincula ao genital masculino. Por efeito da ameaça de castração proveniente do exterior, o menino é induzido à dissolução do complexo de Édipo, saindo da fase fálica e dando início à fase de latência.

Nas meninas, ao reconhecerem a falta do pênis ou a inferioridade do clitóris, responsabiliza a mãe por tal falta e passa à inveja do pênis. Freud (1933[1932]/1996) diz que não se deve “minimizar a importância dessa primeira instalação da inveja do pênis na fase fálica” (p.15). A menina buscará, no amor ao pai, compensação para a insígnia do próprio pênis castrado, ingressando, assim, no complexo de Édipo.

O menino sai do Édipo pela castração e a menina ingressa no Édipo pela castração. Nas meninas, o Édipo é uma formação secundária e é preparado pelo complexo de castração. Freud (1925/1996) diz que o complexo de castração sempre opera no sentido de inibir e limitar a masculinidade e incentivar a feminilidade, mesmo nos meninos. A construção da genitalidade adulta supõe o abandono da fixação fálica.

Faltam motivos, na menina, para a demolição do complexo de Édipo, pois a castração já teve seu efeito de levá-la ao Édipo. Por isso, Freud (ibid.) diz que o ponto do desenvolvimento em que reside a diferença entre meninos e meninas é “a situação do complexo de Édipo, o primeiro estágio possível de ser identificado com certeza” (p.278). Nesta fase, a antítese fálico/castrado é dominante e as pulsões já não se caracterizam pela independência umas das outras, mas pela “coordenação do impulso geral em direção ao prazer na função sexual” (ibid.) através da subordinação das demais pulsões à primazia dos órgãos genitais.

Freud (1933 [1932]/1996) diz que embora nas meninas não se possa falar de angústia de castração, por não terem pênis, isso não exclui a existência de um complexo de castração. Nelas, o que sucede é o temor à perda de amor. Mas, ele alia o temor da castração à perda do amor, que é um prolongamento da angústia da criança quando da ausência da mãe. O desejo edípiano, nos meninos, diz respeito à reunião com a mãe, uma versão falicizada do desejo pelo primeiro objeto de amor. A possibilidade de perda do órgão masculino reedita a incapacidade de unir-se novamente à mãe.

Para cada estágio do desenvolvimento, há um fator determinante da angústia.

Segundo Freud (1926 [1925]/1996):

(...) o perigo de desamparo psíquico ajusta-se ao estágio de imaturidade do ego; o perigo de perda de um objeto (ou perda do amor) ajusta-se à falta de auto-suficiência dos primeiros anos da infância; o perigo de ser castrado ajusta-se à fase fálica; e, finalmente o temor ao superego (...) ajusta-se ao período de latência (p.140).

Acrescenta, ainda, que os antigos perigos não desaparecem. O fortalecimento do Eu dissolve as angústias precedentes apenas de forma incompleta. Assim, a angústia da perda do amor imputado às mulheres é, também, observado em homens, mas seria simbolizado como perda do pênis.

A inveja do pênis e a luta contra a passividade seriam expressões da recusa à castração por efeito da fixação em fantasias concernentes à fase fálica da sexualidade, na qual a preservação do pênis é fundamental às pretensões edipianas dos meninos e a valorização do pênis é elemento central no amor edipiano que a menina dedica ao pai.

A recusa da castração atende não só à fase edipiana, mas às pretensões pré-edipianas da criança, pois Freud (1933 [1932]/1996) alerta para que não se rejeite a ideia de que os fatores determinantes da angústia de castração possam, no fundo, repetir a situação de angústia original de separação da mãe. Mas, para ele, o que é decisivo é que o perigo da castração é uma ameaça que vem de fora e a criança acredita nela.

Freud (1923/1996) diz que a fase fálica é o auge do desenvolvimento da sexualidade infantil. Nela, o interesse nas atividades genitais é dominante e só o que lhe falta é a noção de reprodução, reservada à última fase da organização da sexualidade.

A quarta fase, a que sucede ao período de latência, é a fase genital, concluída na puberdade, determinando a completa organização da sexualidade. Nesta, algumas catexias

primitivas da libido são retidas; outras são incorporadas pela função sexual como atos sexuais preliminares; e outros impulsos são excluídos da organização: serão recalcados inteiramente ou empregados no ego como traços de caráter ou deslocados de seus objetivos através da sublimação.

Freud (ibid.) afirma:

Somente após o desenvolvimento haver atingido seu completamento, na puberdade, que a polaridade sexual coincide com masculino e feminino. A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis. A feminilidade encampa [os de] objeto e passividade. A vagina é agora valorizada como lugar de abrigo do pênis; ingressa na herança do útero (p.161).

Para Freud (1940[1938]/1996), as fixações da libido “a condições de fases anteriores, cujo impulso é independente do objetivo sexual normal, é descrito como perversão” (p. 168). Ele enquadra a homossexualidade manifesta nesse tipo de inibição do desenvolvimento, embora advirta que em todos os casos analisados esteve presente um vínculo objetal de caráter homossexual em estado latente. O desfecho normal estará fundamentalmente relacionado à dimensão econômica - porções da libido que não avançaram, permanecerão fixadas em objetos e metas pré-genitais, em maior ou menor intensidade. No caso de insatisfação genital ou dificuldades impostas pelo mundo externo, a libido tenderia a regredir às catexias pré-genitais.

A despeito deste ordenamento, Freud (1905/1996) observou a complexidade dos conceitos de masculino e feminino. Em nota de rodapé, datada de 1915 e acrescida aos *Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade*, ele insiste na importância de marcar a diferença entre o ponto de vista da ciência e a simplicidade da opinião comum que ora emprega masculino e feminino no sentido de atividade e passividade, ora no sentido

biológico, ora no sentido sociológico. O essencial à psicanálise seria o primeiro, o sentido de atividade e passividade. Afirma ainda que todo indivíduo mescla traços de atividade e passividade, assim como na biologia mesclam-se os traços masculinos e femininos.

Em uma outra nota de rodapé, acrescentada em 1935 ao artigo *Um estudo autobiográfico*, Freud (1925 [1924]) diz: “as afirmações sobre a sexualidade foram obtidas do estudo de homens e a teoria dele deduzida se preocupou com criança do sexo masculino. Foi bastante natural encontrar um paralelo completo entre os dois sexos; mas isso afinal não vigorou” (p.41).

### **2.3. Falo e feminilidade**

Depois de percorrermos a teoria do desenvolvimento psicosexual, passamos à discussão entre a dicotomia falo/feminilidade para, em seguida, apresentarmos nossas reflexões sobre o texto de 1937, *Análise terminável e interminável*, pois é neste que Freud explicita a presença universal da feminilidade e abre ressalvas quanto a associar a passividade ao domínio conceitual da castração.

Todo o discurso freudiano leva a crer que o falo simboliza a presença do pênis. O falo em Freud, como afirma Laplanche (1988), é a marca soberana do corpo humano que não encontraria oposição em nenhum órgão biológico, nem mesmo no órgão da feminilidade. Passa-se de uma “presença-ausência puramente lógica, de uma oposição lógica fálico/não-fálico a uma oposição pulsional fálico/castrado” (p.50), pulsional porque traria a possibilidade de reunião objetal com a mãe.

A não presença ou a percepção da ausência do pênis se consubstancia na realidade psíquica do operador fálico. Por isso, Freud aponta que na fase fálica não há dois sexos marcados por insígnias diferentes, mas apenas um, marcado ou não pela insígnia fálica. Mas, a identificação desta insígnia com a posse do pênis é evidente.

Porém, o que nos importa ressaltar é que o operador fálico sendo um só, e coincidindo com pênis, não há noção de outro. Trata-se de um monismo de sexo. Quando o falo se vincula ao homem e à mulher no par fálico/castrado, o resultado é o mesmo do mesmo. A lógica fálica se traduz na recusa à noção de outro, na afirmação de um centro ao redor do qual derivam todos os processos vinculados ao inconsciente e a partir do qual a feminilidade é um derivado da falicidade.

No texto *A Feminilidade* (1933 [1932]/1996), curiosamente um mais falocêntricos de Freud, ele expõe a história do pré-Édipo. Esta se expressa em desejos orais, sádico-anais e fálicos, sob a forma de impulsos ativos e passivos, o que, depois da descoberta da diferença dos sexos, poder-se-ia chamar de masculino e feminino.

Tanto para o menino quanto para a menina, a mãe é o primeiro objeto de amor. Se para o menino ela assim permanecerá durante a formação do complexo de Édipo, para a menina, não. Freud elenca alguns fatores que poriam fim à vinculação da menina à mãe para que o amor ao pai tenha lugar. Mas, o que chama atenção de Freud (ibid.) e que melhor explicaria as razões da hostilidade da menina pela mãe, é que elas imputam à mãe a responsabilidade pela falta de pênis. Os outros fatores de desapontamento com a mãe aconteceriam, também, do lado dos meninos - sofrimento pela perda do seio, ciúme do novo bebê, a sedução seguida de proibição, mas estes não afastariam o menino da mãe, pois a questão central seria ter ou não pênis, e o melhor seria tê-lo.

Uma vez que a menina se descobre castrada, o prazer que antes obtinha de seu clitóris, vivendo de um modo masculino, e mantendo seus desejos sexuais dirigidos à mãe, vai fazê-la recuar, perdendo o prazer na sexualidade fálica. O amor que era dirigido falicamente à mãe que era também fálica, agora desmorona. Ambas são castradas e os motivos da hostilidade que se acumularam, agora chegam a um termo – ela abandona a mãe como objeto de amor e abandona a masturbação clitoridiana, renunciando a uma

parcela de atividade sexual para deixar-se dominar por impulsos sexuais passivos dirigidos ao pai. O mais importante efeito da falta do pênis, segundo Freud (1925/1996), seria “a intensa corrente de sentimento contra a masturbação” (p. 284), uma vez que antes de tomar o seu sexo como inferior, ela obtinha prazer de sua atividade sexual clitoridiana. Esta repressão da sexualidade masculina da menina é o que conferiria espaço para o desenvolvimento de sua feminilidade.

A feminilidade estaria associada ao “sentimento narcísico de humilhação ligado à inveja do pênis” (ibid.). A menina substitui o desejo de ter pênis pelo desejo de ter um filho do pai, um arremedo à sua deficiência. Como a menina já é castrada, a ameaça de castração pouco poderia fazer contra o desejo incestuoso, daí os prejuízos na constituição do superego feminino. O Édipo seria apenas lentamente abandonado ou reprimido, podendo os seus efeitos persistirem com bastante ênfase por toda a vida.

Entretanto, observamos alguma dissonância entre a feminilidade acima exposta e a abordagem do repúdio da feminilidade no texto de 37.

Segundo a nossa compreensão, a posição de relevo da feminilidade, objeto de repúdio em ambos os sexos, indica que a feminilidade estaria vinculada a uma experiência psíquica temida pelo Eu, levando-o a uma ação defensiva frente o risco de perder as referências fálicas nas quais ele se apóia e a partir das quais a diferença identitária de sexo é consolidada – o indivíduo se defenderia do confronto com o desamparo originário inerente aos estados mais imaturos do Eu.

A ameaça que a feminilidade representa para o Eu nos é sugerida em pontos específicos do texto: quando Freud (1837/1996) menciona o esforço dos homens por ser masculino desde o início e, nas mulheres, na fase fálica; na enérgica repressão da atitude passiva nos homens; na indicação da presença da passividade nas supercompensações rebeldes do homem e na inveja do pênis na mulher. O que inferimos é que a atitude passiva

sofreria, então, uma espécie de transformação em seu contrário.

Tais passagens nos instigam a investigar a relação da feminilidade-passividade com o recalcado e a supor que o desejo de masculinidade nas mulheres (inveja do pênis) ou o esforço por ser masculino nos homens (luta contra a passividade), expressões sexuadas do repúdio da feminilidade, são produtos da ação defensiva do Eu, indissociável de sua função recalcante.

Freud (1940 [1938]/1996) afirmara que o inconsciente possui um impulso ascendente natural que deseja pressionar além de suas fronteiras até o Eu. Sendo assim, como poderíamos classificar o conteúdo nuclear do inconsciente, que justificasse a barreira de oposição que lhe faz o Eu, senão sob a insígnia de uma outra representação destituída do valor das representações com quais o Eu mantém sintonia? Caso a natureza do recalcado fosse associada ao desejo de masculinidade inicial por que encontraria oposição no Eu? Então, aqui, poderíamos presumir que o que faz pressão ao Eu se opõe ao esforço por ser masculino.

Freud (1915b/1996) afirma que o recalcado, ao exercer pressão contínua em direção ao consciente, exigiria uma contrapressão da força recalcante. Estes dois espaços se sustentariam, pois o Eu necessitaria de um empenho contínuo para garantir o sucesso de sua função recalcante. Nesta mesma linha, Ribeiro (2000) diz que o recalcado originário e o Eu se nutrem mutuamente desta oposição. Eles não ocupam o mesmo espaço psíquico e é pela oposição que a existência dos dois espaços psíquicos é garantida.

Seguindo o texto de Freud (1937/1996), a razão do esforço psíquico em reprimir energicamente a atitude passiva se deve ao fato de que a atitude passiva é pressuposta pelo sujeito como “aceitação da castração” (p.268). Por *supor* que a feminilidade-passividade coincida com castração, ambos os sexos a repudia, cada qual à sua maneira.

Mas, Freud (ibid.) afirma que uma atitude passiva não significa necessariamente

castração” (p.269). Embora ele diga que no homem a luta contra a passividade só se dá para com outro homem, nos conduzindo a pensar que o esforço por ser masculino evidencia a defesa contra a homossexualidade latente, o que mais nos importa nesta afirmação é que ele confira um diferencial entre atitude passiva e castração.

Se levarmos a sua afirmação às últimas conseqüências, os termos passividade e feminilidade não só seriam equivalentes, como Freud já indicara em outros momentos. Embora a passividade e a feminilidade, em Freud, seriam correspondentes através do que Jacques André (1996) chamara de “depressão pós-castração”, uma rendição ao sentimento narcísico de humilhação face à inferioridade do genital feminino.

Mas, no enunciado freudiano, a atitude passiva estaria destacada do domínio conceitual do fálico-castrado, não significaria necessariamente castração. Então, nos perguntamos por que a universalidade do repúdio da feminilidade não poderia estar inteiramente apoiada no complexo de castração, levando Freud a tais afirmações?

Se considerarmos a possibilidade da feminilidade desassociar-se da noção de castração, da idéia de uma amputação fantasiada ou executada, nos restaria saber em que registro psíquico se inscreveria esta feminilidade ou se não é ela mesma um registro psíquico representante da passividade que encontrará oposição no registro fálico.

Aonde esta feminilidade que não significa castração encontraria apoio no psiquismo? A superação da fixação fálica e a assunção da castração, almejadas em análise, certamente não seriam acontecimentos sem ponto de apoio. Pelo o que vimos sobre a organização psicosexual em Freud, a elaboração da castração levaria à passividade e a construção do homem suporia o devir feminino, pós-castração. Mas, tudo se passa como se a elaboração da castração fosse transmutar a natureza essencial do psiquismo que é masculina e o feminino chegasse, como se fora um estranho. Esta feminilidade que não significa castração só poderia estar apoiada no recalcado, certamente estranho, mas

familiar.

Embora a afirmação de Freud de que a atitude passiva nem sempre significa castração seja feita a título de ressalva, nos colocamos a possibilidade da existência de uma feminilidade que não aquela derivada da maturação biológica e da repressão da masculinidade na mulher. Freud, ao cunhar a expressão repúdio da feminilidade refere-se a ambos os sexos.

Em *Sobre o Narcisismo: uma introdução*, Freud (1914/1996) já teria feito uma outra ressalva sobre a universalidade do complexo de castração. Este, segundo Freud, não estaria presente em todos os casos de neurose. Ele diz: “conheço casos de neurose em que o protesto masculino ou, como o encaramos, o complexo de castração, não desempenha qualquer papel patogênico, nem sequer chegando a aparecer” (p. 99).

Embora Freud se desfaça desta ideia mais tarde, há outros indícios no mesmo texto que instabilizam a convicção de que o narcisismo está ligado ao pênis e à identificação ao masculino: Freud (ibid.) fala que na mulher, o amadurecimento dos órgãos genitais femininos, na puberdade, ocasionaria a intensificação do narcisismo original. A ligação entre a descoberta da vagina e o narcisismo original deixa entrever a noção de que o narcisismo estaria vinculado a uma feminilidade precoce, esta fora recalcada e retorna agora na puberdade. Mas, no mesmo artigo, ele neutraliza a existência de um narcisismo feminino. Afirma que o protesto masculino é narcisista em sua natureza e oriundo do complexo de castração.

A origem narcisista do repúdio da feminilidade e sua ligação com o complexo de castração reiteram o esforço teórico de Freud (1921/1996) em afirmar que a masculinidade e a identificação ao pai são primárias. O narcisismo, em Freud, se vincula oficialmente à posse dos órgãos genitais masculinos e à identificação ao pai. Fica em aberto os motivos que levam Freud a afirmar que, na puberdade da mulher, a descoberta da vagina estaria

associada à intensificação do narcisismo original. Por que, a despeito de todas as aproximações de uma possível feminilidade precoce, o pilar do edifício teórico psicanalítico estaria assentado sobre a teoria castrado-não castrado?

Os textos freudianos que tratam da diferença entre os sexos levam a supor que a identidade de sexo está anunciada pela anatomia peniana e clitoridiana, onde a luta contra a passividade é egossintônica desde o início e reforçada na fase fálica. A luta do Eu viria ao encontro da luta pela defesa narcísica do pênis, possibilitando a inscrição da castração como elemento estruturante da sexualidade infantil. O menino, movido pelo horror que lhe causaria a visão do órgão sexual feminino, associado às ameaças externas de castração a cada sua investida no seu sexo, cairia sob o domínio da angústia de castração.

Buscamos compreender a inscrição da castração não pela associação da visão do órgão genital feminino ao efeito admonitório e educativo da ameaça de castração, pois entendemos que a repetição de uma ameaça jamais efetivada teria, a rigor, o efeito de enfraquecer a crença na ameaça. Deveria haver outras motivações para a adesão à noção de castração.

Quais são os imperativos pulsionais que levam a criança a aderir à noção de castração? Quais seriam os fatores menos passíveis de acederem à consciência, fundamentalmente recalcados, que levariam a criança a se deixar afetar tão profundamente pela visão do genital feminino e a negar a sua diferença desses, conferindo a todos um pênis? Em Freud (1921/1996), uma primeira explicação, como já citamos: a identificação primária ao pai. Mas se partirmos da ideia de que o que precede à entrada do pai é o valor que a mãe lhe imputa, entenderemos melhor o valor pulsional do pênis e da castração.

Freud (1926 [1925]/1996) afirma que o alto grau de valor narcísico que o pênis possui para a criança deve-se à busca de garantia de uma possível re-união objetal com a mãe, sendo a possível privação do pênis equivalente a uma renovada separação da mãe,

remetendo ao desamparo do nascimento. Mas, esta fantasia de reunião objetal com a mãe pela via do pênis não passaria antes pela valorização que a mãe empresta ao pênis, pelo reconhecimento do pai pela mãe? Se assim fosse, não seria pela via da identificação originária ao pai que o menino teria na mãe seu primeiro objeto de investimento libidinal. Deveria incidir sobre o pênis o desejo da mãe.

Para Ribeiro (2000), a adesão da criança à noção de castração se dá pelo desejo de castração, pela ameaça que ser não-castrado representa. A fantasia de castração denunciaria o desejo de que esta fosse possível. Nos meninos, a crença de que todos têm pênis seria derivada do desejo de garantir os vínculos identificatórios com a mãe, levando-as a possuir o que eles possuem. Assumiriam a diferença de sexo somente através das injunções paternas contra o seu desejo de permanecer identificado à mãe. Nas meninas, elas permaneceriam com a identificação à mãe e ainda assim passaria a crer que pudesse ter pênis. Assim, garantiria tanto a fantasia de ser objeto de desejo do pai, como garantiria o vínculo objetal genital com a mãe. A castração se inscreveria no inconsciente por uma questão pulsional.

De fato, é difícil pensar que o menino se deixaria levar pela idéia de castração se não houvesse um vínculo identificatório intenso à condição feminina, se ele não tivesse efetivamente fantasiado a possibilidade de ser como a mãe. Parece um tanto forçoso que tenhamos que abdicar do que aprendemos com Freud de que a fantasia é ligada a um desejo. Em um afeto tão pleno de valor como o que a criança dedica à mãe, o mais razoável é pensar que elas gostariam de manter-se o mais próximo possível da imagem da mãe, do estado ideal de onipotência que envolve esta relação. A não ser pelo desejo da mãe pelo pênis e o valor que ela lhe imputa, a criança tenderia a desqualificá-lo.

A teoria freudiana segue outro caminho. A visão dos genitais femininos despertaria horror exatamente pelo contrário. O menino julgaria a mãe como o desvio e a si como

norma. Não há nenhuma possibilidade de que houvesse desejo de ser feminino, a não ser nos casos de inversão.

Freud (1931/1996) já havia lidado com inferências aproximadas da ideia de uma feminilidade precoce por Ernest Jones e Karen Horney. Embora estas guardem distância daquelas na quais nos apoiamos neste trabalho, segundo Freud (ibid.), Jones e Horney coincidiam em pensar que a tendência masculina, ao menos nas meninas, seria secundária e defensiva. Freud rejeita a ideia de que a masculinidade pudesse ser secundária. Ele afirma que a defesa contra a feminilidade haure suas forças da tendência masculina e que a fase fálica não poderia ser vista como defesa, mas como um estágio desenvolvimental genuíno.

Não deixamos de considerar a genuidade da fase fálica. No entanto, entendemos que as ações defensivas participam da trama da organização psicosexual, podendo ser compreendidas como genuínas no seu papel de dar respostas às dificuldades colocadas pelas vicissitudes das experiências já inscritas. A idéia de uma masculinidade defensiva não entraria em choque com a genuidade da fase fálica. Apenas teria na fase fálica um reforço à defesa contra uma feminilidade que já teria encontrado oposição nas fases primitivas de formação das instâncias psíquicas.

### Capítulo 3 – Bases teóricas da feminilidade primária

#### 3.1. Da teoria da sedução originária à feminilidade primária

No final do capítulo anterior, discorreremos sobre os fatores que poderiam levar à inscrição da castração, considerando a possibilidade da existência de um registro psíquico pautado pela identificação precoce à mãe. Neste capítulo, apresentaremos as formulações que apoiarão os nossos argumentos definidos no início do nosso trabalho.

Ressaltamos a importância dada por Laplanche (1992) às origens do sujeito psíquico e ao papel do outro, adulto sexual, na sua constituição, devolvendo à psicanálise a importância da teoria da sedução “abandonada” por Freud, apresentando-a em novos fundamentos. Este chamado “abandono” da teoria da sedução cedeu espaço para que Freud adentrasse o campo das fantasias, perdendo seu lugar como teoria explicativa da neurose. Mas, a ideia de sedução, ao longo da sua obra, tornou-se mais ampla do que aquela que a tomava por incidente real.

Assim, é o próprio Freud (1905/1996) que irá chamar atenção para o caráter sedutor da mãe que não apenas cuida da criança, mas que a trata prematuramente como objeto sexual. A indicação de Freud pressupõe a infiltração de elementos sexuais inconscientes do adulto através dos cuidados maternos. A sedução é apontada por ele como positiva para as ações futuras, mediante a garantia do aporte pulsional necessário às realizações no mundo.

Em *História de uma neurose infantil* (1918 [1914]/1996), ele sugere a condição de passividade da criança frente à sedução e a incompatibilidade desta passividade com a ação do órgão masculino. A fantasia da cena originária figura como exemplo de sedução na qual a criança ocupa a posição passiva.

Em *A Feminilidade* (1933 [1932]/1996), mais uma vez, a sedução da mãe, pela via dos cuidados corporais, é apresentada como fator de importância na história pré-edípica.

Os dados estavam lançados para que Laplanche pudesse chegar à sua construção da teoria da sedução generalizada, mas não eram suficientes. Laplanche (1992) retoma a questão para dar à sedução um lugar central. Considera que esta seja vinculada ao desamparo da criança, derivado do atraso dos seus mecanismos adaptativos frente o adulto.

Para ele, a sedução é originária, estruturante, desvinculada da sedução restrita postulada nos primórdios da psicanálise, mas ontogenética, imposta inexoravelmente à criança pelo adulto. Trata-se do par adulto-criança marcado pela assimetria. Ele se apóia no conflito de línguas entre a criança e o adulto, formulado por Ferenczi (1932/1992). No entanto, para Ferenczi, a linguagem inerente à criança é a da ternura, e a do adulto, a da paixão. Para Laplanche (1992), a assimetria se dá entre a linguagem sexual do adulto e a imaturidade sexual, somática e psíquica da criança. Nas montagens somato-psíquicas, situadas no nível da necessidade, a criança seria confrontada com significantes verbais e não-verbais do mundo adulto, pré-conscientes e inconscientes, mundo este infiltrado de significantes sexuais que o próprio adulto não decodifica.

As primeiras mensagens sexuais do adulto deixariam vestígios nos lugares erógenos na criança, resultando em excitações. Estas seriam implantadas na sua superfície corporal de maneira concreta, antes que houvesse um aparelho psíquico que pudesse elaborar, traduzir ou dar trâmite a estas excitações. As implantações evidenciariam a posição de passividade da criança e o caráter inconsciente da sexualidade do adulto.

Os desdobramentos destes processos serão expostos no próximo item deste capítulo, quando apresentaremos as formulações de Ribeiro pautadas, em grande parte, pelas aproximações com o pensamento de Laplanche. Apontamos, por ora, que a sexualidade, para Laplanche (ibid.), não começa, como em Freud (1905/1996), de forma endógena, mas pela intromissão do outro, adulto, na cena da sedução originária.

As suas reflexões sobre o desvio biologizante de Freud são frequentemente

consideradas como evidência de desconsideração do biológico. Sobre isso, ele diz (1996):

Meu pensamento não é absolutamente antibiológico. Ele dá seu lugar ao biológico e diz que o domínio da psicanálise, que é o domínio das pulsões sexuais, está fora do biológico. Esse domínio fundamenta-se no biológico, mas está fora do biológico, ele é relacional.

Laplanche (2001) se recusa a pensar que a sexualidade se origina do interior, embora não negue a ancoragem da pulsão no corpo. Para ele, a questão não está entre o que é somático e o que não é. A diferença entre instinto e pulsão não é que um se situe do lado do somático e o outro do psíquico. “A pulsão não é mais psíquica que o instinto” (p. 8), mas o instinto seria endógeno, atávico, enquanto a pulsão seria adquirida. Ambos se ancoram no corpo.

O autor confere ao inconsciente a dimensão da alteridade em um sentido específico: trata-se do papel do outro na constituição do inconsciente, na implantação da sexualidade, na origem da pulsão e na formação do eu. Segundo Ribeiro (2000), há em Laplanche, “uma confluência da formação do eu com a instauração do inconsciente concebido como estritamente sexual, não biológico, não estrutural e não mítico” (p.217).

A partir de Laplanche, André (2001) formulou a hipótese que relaciona a passividade infantil originária, nos dois sexos, com a posição feminina. Esta tem também, dentro de si mesma, a passividade advinda de sua finalidade de ser penetrada. A passividade, para André, é marcada pelo feminino e a sexualidade tem origem na feminilidade-passividade.

Para André (1996), há três processos marcados pela passividade. O primeiro, diz respeito à passividade traumática do recém-nascido diante do mundo adulto, onde a criança é o ser-invadido originário; o segundo, diz respeito à passividade do Eu diante do ataque pulsional, o que já supõe a existência de um Eu; o terceiro, diz respeito à passividade

pulsional, ou seja, aos alvos passivos da pulsão, onde há uma participação com gozo na experiência de ser penetrado.

A “passividade estupefata da criança” (p. 105), na situação originária da sedução, seria sucedida por uma participação passiva erógena. Isto só seria possível mediante um processo de elaboração entre a posição da criança como ser-invadido originário e o ser-penetrado da posição feminina. O ser-invadido da sedução originária anteciparia o ser-penetrado da posição feminina.

Ribeiro (2000) sublinha, no entanto, que ao realçar o binômio penetrante-penetrado, André (1996) o faça aludindo à importância das fantasias de penetração do pai na instauração da condição de ser-penetrado da criança. André (ibid.) diz que o modelo da sedução, no qual a mãe erotiza a criança através dos cuidados físicos, embora se dê em uma situação em que o pai ainda não é percebido pela criança, esta sedução “já introduz alguma coisa do pai, ou pelo menos do fragmento que o pai representa para a mãe” (p. 102). Para Ribeiro (2000), esta ideia sugere a insuficiência da mãe como agente da instauração da feminilidade na criança. Esta mãe que introduz alguma coisa do pai na criança nos remete à mãe fálica de Freud, embora André (ibid.) conceba a posição originária como feminina.

A passividade pulsional, tanto em André (1996) como em Freud (1933 [1932]/1996), não significa inércia. A pulsão é sempre ativa, exigindo trabalho psíquico para que chegue a fins passivos. O diferencial entre ambos no que tange à conjunção passividade pulsional e feminilidade é que André (1996) se opõe à posição falocêntrica freudiana que imputa à menina a transformação de tendências sexuais diretas para tendências ternas pela sua incapacidade de lidar com a inferioridade de seu genital. Para André (ibid.), “esta passividade é uma depressão pós-castração” (p. 107).

Ele recorre a outra passagem de Freud (1896/1996) que afirma a passividade

originária da criança invadida pelo outro: “Na base da etiologia da histeria encontramos um evento de sexualidade passiva, uma experiência à qual alguém se submeteu” (p. 154).

Sobre se há ou não conhecimento precoce da vagina, em razão de esta não ser visível, André (1996) afirma:

Da marcação da vagina pelo significante, o inconsciente [do adulto] se encarrega (...) a conjunção de um gesto (olhar, carícia, etc.) com a excitação basta para a implantação deste significante (...) significante enigmático, no sentido como o entende Laplanche, isto é, que nasce do encontro de uma sexualidade adulta intrusiva com a incapacidade da psicosexualidade da criança de lhe dar sentido (p.100).

Esta é uma questão considerada pelo autor como “idealismo linguageiro mediado pela lógica fálica” (ibid.). A inscrição sexual da vagina se afirmaria na primazia do outro na gênese da sexualidade, tratando-se, portanto, das representações que o adulto traz da vagina para que o significante incida sobre ela.

A feminilidade-passividade não seria efeito do desconhecimento da vagina ou inferioridade dos genitais, mas estaria ligada à passividade pulsional. Esta se expressaria, no indivíduo, em uma espécie de clivagem na mesma cena psíquica; é o que permitiria ao sujeito identificar-se ao pólo ativo para dominar, para “ligar aquilo que constitui excesso na posição passiva” (p.107), aquilo que ultrapassa as capacidades integradoras do Eu, para ligar o excesso produzido na conjunção da passividade pulsional com o seduzido originário. Ele dá um exemplo claro de expressão da passividade pulsional: a mulher que fantasia que é agredida, sendo ao mesmo tempo a agredida e a autora da fantasia.

Para o autor, a posição passiva da criança em relação à fantasia do adulto invasor a remeteria ao desamparo e instauraria uma situação paradoxal: a satisfação de um lado, ainda que a efração produzida na sedução originária indicasse dor, e, de outro lado, a

impotência e dependência do adulto - excesso de um lado e insuficiência de outro. Esta seria uma contradição, “da qual a criança tem uma experiência passiva” (p.113).

Segundo André (ibid.), a recusa da feminilidade, na situação de análise, se daria pela analogia entre a experiência originária e a entrada em análise. O sujeito seria levado a repudiar a feminilidade pela aproximação da situação analítica à vivência de efração traumática que teria levado à gênese da feminilidade. Sem deixar de considerar a contribuição do complexo de castração às resistências, para ele, o repúdio da feminilidade diria respeito, antes, à recusa ao reconhecimento da impotência diante do outro adulto, conduzindo ao *acting out* como recusa ao inconsciente.

A partir da teoria da sedução originária e da premissa da existência de uma feminilidade na gênese do sexual, Ribeiro (2000) se debruça sobre o tema da identificação, concebendo a feminilidade primitiva como efeito de uma identificação feminina primária.

Ele define a feminilidade primitiva como a primeira representação da passividade da criança diante da cena traumática da sedução. Mas, para ele, os três processos que definem a conjunção passividade-feminilidade para André (1996) não seriam suficientes para a instalação da feminilidade. Não bastaria que o ser-invadido originário se constituísse pelas vias da penetração; nem seria suficiente que a vagina simbolizasse a intromissão do adulto na criança, dando origem ao ser penetrado ou que simbolizasse o ataque da pulsão ao Eu; tampouco seria suficiente que a erotização do ânus e da vagina fossem concebidos como expressão da passividade pulsional. Para Ribeiro (2000), estes fatores de penetração só seriam conclusivos quanto à gênese da feminilidade se estiverem associados à identificação à mãe.

Mas, a identificação, para ele, não é aquela na qual o Eu da criança identifica-se ao adulto, como Freud diz da identificação da criança à mãe na fantasia da cena originária. A identificação participaria da formação do Eu e seria central na inscrição da feminilidade,

nos meninos e nas meninas. O que induziria a feminilidade na criança seriam as fantasias que o adulto porta no recalcado, ligadas à passividade pulsional e à posição penetrada. Estas representações serviriam de base identificatória à criança. O adulto seria não só o sedutor, como o identificador a partir do seu inconsciente, levando Ribeiro a falar da “natureza identificatória do inconsciente” (p.227).

A feminilidade primária seria assim caracterizada pelo efeito do *a posteriori*, quando a identificação à feminilidade da mãe fosse recalcada secundariamente, conferindo ao corpo originário recalcado o caráter de feminilidade. O processo identificatório feminino levaria os elementos de abertura à penetração da situação originária se fazerem representar pela feminilidade primitiva. A partir daí, se diz feminilidade: do estado de abertura da criança-orifício ao mundo; das representações que a criança move no adulto que são representações de passividade que ele porta no recalcado; do narcisismo identificador do adulto que através de suas fantasias de passividade, servem de imagem especular à unificação corporal da criança e ao surgimento do Eu.

A interpolação da identificação feminina na passagem do ser invadido originário para o ser-penetrado feminino seria importante, pois sem esta, a sedução originária, com sua violenta força de efração, inviabilizaria a estruturação psíquica. É através da identificação feminina que a sedução originária se confirma como matriz estruturante dos processos que levam à formação do Eu.

### **3.1.1. Do corpo invadido originário-sexual à identidade sexuada**

Neste ponto, nos deteremos nas formulações apresentadas por Ribeiro (2000) em *Em busca de uma metapsicologia a altura das psicoses* (pp.199-311). Buscaremos ressaltar os aspectos que correspondem aos interesses desta pesquisa, perfazendo o caminho da feminilidade na vida psíquica dos primórdios até a diferenciação identitária dos sexos. O

nosso objetivo é consolidar as bases conceituais nas quais nos apoiaremos para apresentar, em seguida, o nosso desenvolvimento sobre as raízes primitivas das expressões do repúdio da feminilidade e sua importância no trabalho de análise.

Para Ribeiro (ibid.), o primeiro tempo do recalçamento originário, como em Laplanche, é efeito do fator quantitativo das excitações produzidas pela implantação de mensagens sexuais do adulto na criança, decorrente da total abertura dessa ao mundo. O que é recalcado diria respeito a uma primeira delimitação corporal, um corpo precário, submerso em excitações, uma *coisa* destituída de qualidade significativa, cujo estado é definido, segundo o autor, pela sua aproximação a um auto-erotismo sem sujeito e sem objeto.

As excitações somáticas implantadas concretamente na periferia do corpo da criança irão transbordar de suas fontes biológicas e irão se tornar propriamente pulsionais através da ação desviante do adulto, pois este, ao tentar traduzi-las, inevitavelmente deixará um resto não traduzido. Este resto não traduzido foi designado por Laplanche (1992) como objeto-fonte da pulsão. Quanto ao objeto da pulsão, ele seria tanto o objeto parcial, ou seja, as representações *coisa* do auto-erotismo disperso, destituídas de qualidade significativa, como também seria um objeto total, pois para Laplanche (ibid.), ele é “fonte tanto dos aspectos mortíferos quanto sintetizantes da pulsão” (p.157). A formação do Eu estaria intimamente vinculada ao aspecto totalizante do objeto-fonte da pulsão.

Para Ribeiro (2000), este objeto total também é efeito da ação tradutiva do adulto, pois o adulto será não só agente provocador de excitações, dando origem ao corpo fragmentado, mas será também agente provedor de subsídios narcísicos, responsáveis pelas primeiras totalizações necessárias ao surgimento do Eu.

O adulto, na função de contenção e tradução do corpo superexcitado, acabaria por induzir na criança uma identificação com a imagem do outro total, antecipando

visualmente uma unidade corporal através da sua imagem especularizada. Esta indução a uma imagem total funcionaria como contra-investimento do corpo invadido originário. O adulto contra-investe no corpo auto-erótico fragmentado e parcial. A antecipação de um corpo total unificado seria responsável pela primeira representação psíquica deste, o Eu-instância.

Mas, o objeto-fonte da pulsão ainda hesitaria entre a fragmentação do objeto parcial e a unificação do objeto total. Para que a última prevaleça, terá se consolidado o desinvestimento do corpo invadido originário e o contra-investimento deste pelo adulto, perfazendo os dois tempos do recalçamento originário.

Neste processo, a criança herdaria do adulto tanto os representantes pulsionais da passividade, ou seja, o recalçado do adulto a ela transmitido, quanto as funções recalçantes do adulto de contra-investimento. A criança adquire recursos para que seu Eu incipiente passe a recalcar toda experiência que se vincule à passividade. O Eu se situaria como força recalçante, representativa da totalidade do corpo, interessado em coesão e unificação, portanto ele seria a negação do corpo originário.

Como já citamos, para o autor, a base do processo de instauração do Eu é a identificação à feminilidade da mãe. A criança induziria à mãe ao seu próprio infantil, traduzindo-se corporalmente por sons, expressões faciais, gestos, etc, que a mãe expressa no contato com a criança. A criança seria imitada pela mãe, enquanto a mãe a imita calcada no infantil que a criança faz ressoar nela.

O Eu incipiente da criança seria modelado não exatamente pelo Eu ou pelo corpo da mãe, mas pelo objeto-fonte da pulsão que ela faria despertar na mãe, pelo resto não traduzido na mãe, vinculado a vivências de passividade e penetrabilidade que a mãe porta no recalçado. É um estado que Ribeiro (idem) chama de mimético. Neste estado, não haveria duas pessoas representadas no psiquismo uma da outra; são dois estados subjetivos

que participam de uma mesma experiência. Apesar de dois corpos, não haveria distinção entre o que é objeto libidinalmente investido e objeto de identificação. Do lado da criança, a feminilidade da mãe não diria respeito à diferença entre sexos. Portanto, penetrar e ser penetrado não seriam pares de opostos, mas uma só experiência onde impera um gozo que não encontra oposição.

Porém, a relação mimética de penetração, por ser marcada pela passividade, teria intensa afinidade com o recalcado originário. Este exercerá atração sobre ela, marcando, assim, o primeiro tempo do recalque secundário da feminilidade.

O segundo tempo do recalque secundário se daria com a descoberta da diferença anatômica entre os sexos. Nesta, se destacaria a exigência que se impõe à criança de reconhecer o pai como detentor do desejo da mãe. O valor adquirido pelo órgão genital masculino não se deveria à sua vantagem intrínseca, mas à “concordância da mãe em aderir a uma lei que impõe o reconhecimento do pai” (idem, p. 280). O valor simbólico do pênis se daria por marcar uma experiência momentosa: a perda do estado de plenitude e homogeneidade com a mãe. A mãe é não só sexual, mas é também sexuada.

A relação sexual mimética de penetração daria lugar a uma relação não homogênea e sexuada, em razão da presença da representação genital. Esta representação restringiria a relação de penetração generalizada ao investimento restrito nas representações da vagina e do pênis. O que até então era uma relação de oposição entre Eu e recalcado originário, será reproduzido no interior do Eu como conflito, mediante a cisão do Eu entre duas representações, pênis/vagina, às quais correspondem às identificações masculinas e femininas.

Do lado do recalcado, ficaria instalada a identificação feminina primária e, do lado do Eu recalcante, os conflitos entre as identificações masculinas e femininas. As femininas, os meninos e as meninas já conhecem, pois advêm de vivências precoces. A identificação

feminina seria expulsa do Eu pelo recalçamento secundário, por força da atração que o recalçado originário exerce sobre ela e pela simbolização do valor do pênis, derivado do impacto da descoberta do sexo e do desejo da mãe.

O Eu não seria mais apenas a totalidade de um corpo. Seria agora um corpo sexuado, a representação de um corpo de homem ou mulher, que se recusaria à penetração e se caracterizaria por uma única insígnia, o falo. O recalçado seria, além do corpo invadido originário, um corpo feminino orifício, que provocaria no Eu ações defensivas permanentes.

Segundo Ribeiro (ibid.):

(...) o recalçamento secundário, do qual participam a formação da identidade de gênero e a escolha de objeto sexual, deverá conferir a posteriori ao “corpo” recalçado originário o caráter de feminilidade, consolidando dessa maneira, o recalçamento originário e estabelecendo as bases sexuais e sexuadas do conflito psíquico (p.238).

O falo, como símbolo de penetração, antes de opor-se ao castrado, se oporia ao orifício penetrável. Portanto, a compreensão da representação fálico/castrado que é forjada a partir da descoberta da diferença anatômica de sexo, exigiria a compreensão dos efeitos gerados pela oposição originária entre o Eu e o recalçado.

A complexidade do momento é assim definida pelo autor: enquanto a criança vivencia a descoberta de que o seu objeto primordial do amor e da identificação é do sexo feminino, também descobre a diferença anatômica e o reconhecimento da importância do pai e do falo para a mãe.

Ribeiro (idem) entende que para a menina, a solução para o conflito se daria pela soma. Ela se sentiria assegurada pela identificação à mãe e lidaria “fantasmaticamente com a diferença em termos de acréscimos identificatórios e anatômicos” (p. 286). Ela se nega à

lógica do “um ou outro” - se vale da importância narcísica da identificação à mãe, podendo desejar ser mulher do pai ou mãe de um filho seu e, ao mesmo tempo, é conduzida à fantasia de ser um menino, podendo desejar ser o marido da mãe ou pai dos seus filhos.

Entretanto, a função interditora do complexo de Édipo levaria à formação de uma identificação feminina secundária, marcada pela diferença e oposição entre os sexos. A partir daí, o conflito inicial instaurado pela descoberta da diferença anatômica daria lugar a outro: os limites da realidade e da lei do pai.

Ao menino, também caberia a tarefa de escolher uma identidade de sexo entre duas possíveis. Ele tentaria contornar esta exigência através da premissa da presença universal do pênis. Ele nega a visão da falta de pênis na mãe, mas terá que ceder à evidência da diferença, marcando a distinção entre menino e menina quanto aos desdobramentos deste conflito. Pela posse do pênis, ele não poderia lidar com a diferença em termos de acréscimo, como a menina. Teria que abrir mão dos elementos identificatórios ligados à passividade e aos traços femininos da mãe, a fim de identificar-se ao pai.

Para Ribeiro (ibid.) produz-se, no menino, um “conflito dilacerante entre o desejo de não possuir o pênis que o diferencia da mãe e o imperativo de preservá-lo” (p.287), levando o autor a concluir que o processo é mais drástico neste caso. A crença infantil de que a ausência do pênis na mãe se deva à castração seria o asseguramento da possibilidade de vir a ser castrado, sendo este o fator responsável pela angústia de castração. O autor conclui que a dimensão do desejo que perpassa a fantasia de castração é o que a levaria a inscrever-se no inconsciente. O desejo de ser castrado seria, no entanto, atraído pelo recalçado originário, como tudo o que diga respeito à fantasia feminina de ser penetrado.

O imperativo de preservar o pênis se deveria ao reconhecimento que o menino recebe da mãe por sua identificação ao pai. Ser ou não castrado dependeria agora do peso do pai no desejo da mãe. Mas, seria necessária, ainda, mesmo com a evidência do valor do

pênis, a intervenção direta do pai, sinalizando a interdição ao desejo do menino de se manter identificado à mãe.

Mas para que o papel normativo se inscreva psiquicamente, o agente interditor teria que reconhecer a realidade psíquica da criança, onde impera o ideal de homogeneidade com a onipotência materna. Este reconhecimento seria o meio de compatibilizar a potência paterna ao ideal reconhecido pela criança, podendo levá-la a reconhecer o papel do pai de limitar o seu poder e o da mãe. A interdição só teria êxito uma vez reconhecido, pelo seu agente, o ideal da criança e se a ele se compatibiliza. Para alcançar função normativa, o Édipo seria “a expressão do compromisso, o ponto de convergência conflitiva da pulsão, do ideal e da interdição” (p.303), podendo legar, como herança, o superego.

Os complexos de Édipo e a castração seriam mais que imposições do adulto à criança, mas também expressões do conflito sexuado, interno ao Eu, que reproduz a oposição originária entre o Eu e o recalcado feminino.

Estes são os enunciados a partir dos quais trabalharemos os nossos argumentos.

### **3.1.2. O repúdio da feminilidade na teoria freudiana**

O afincado de Ribeiro (2000) em destacar a importância do conceito de identificação parece corresponder às lacunas da teoria freudiana sobre o tema. Ribeiro se debruça sobre o artigo *Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (Freud, 1921/1996), em que Freud discorre sobre a identificação, para levantar o que ele chama de inconstância do pensamento freudiano, interpretada por ele como um sintoma derivado do recalque da feminilidade na teoria.

O primeiro ponto que nos interessa, dentre muitos levantados pelo autor, é a distinção estanque que Freud faz entre a identificação e o investimento libidinal no objeto, afirmando serem esses, dois laços psicologicamente distintos. Freud (ibid.) afirma que a

catexia de objeto, tal como é conhecida na sua teoria da sexualidade, não seria o único mecanismo para os laços emocionais. Haveria outro mecanismo: a identificação.

No entanto, é difícil de compreender, do ponto de vista psicanalítico, como uma identificação poderia existir sem que estivesse implicado nesta uma catexia no objeto de identificação. Pois é o próprio Freud (idem) que afirma, neste mesmo artigo, que todas as expressões da libido - segundo ele, a libido é um termo extraído da teoria das emoções e a energia das pulsões que dizem respeito a tudo que se refere à palavra amor, amor próprio, amor à humanidade, amor às pessoas, a um objetivo – todas essas tendências “constituem expressão dos mesmos impulsos instintuais [pulsionais]” (p.101), por mais desviadas ou impedidas que fossem de se realizar. Pulsões, portanto, implicariam em investimento libidinal objetal. Tendo ele afirmado que a identificação é o mais remoto laço emocional com outra pessoa, seria mais legítimo pensar que a identificação não escaparia do escopo do investimento pulsional.

Ribeiro (2000) diz que na “separação entre identificação e investimento de objeto, o que é salvaguardado é a teoria clássica do Édipo positivo” (p.56). A teoria freudiana não poderia posicionar a mãe como modelo identificatório na formação do Eu, por exigência da teoria do complexo de Édipo, no qual a mãe deve ser estritamente o objeto de investimento sexual. Seria preciso separar identificação e catexia de objeto para garantir a configuração clássica do Édipo.

E aqui se encaixa o segundo ponto que nos interessa destacar dentre aqueles levantados pelo autor. Diz respeito à afirmação de Freud de que a identificação é não só o primeiro laço, mas que este é referente ao pai, precedendo o laço catexial com a mãe (é ligeiramente confuso se estes processos são simultâneos ou se realmente Freud quer dizer que o laço identificatório com o pai precede o laço libidinal com a mãe, mas no cômputo geral, se confirma, em Freud, a idéia de que o laço com o pai é precedente).

O preço desta construção de Freud seria, portanto, a dessexualização da identificação de um lado e o apagamento do lugar da mãe como objeto primordial na passagem do auto-erotismo ao narcisismo. O pai, em Freud, seria a via pela qual a criança chegaria até a mãe, o que nos parece um arranjo artificial do ponto de vista da ontogênese.

Freud (1921/1996) diz que apenas nos casos onde houvesse recalque enérgico, como no sintoma histérico, a identificação da criança seria com a mãe, pois nestes casos o Eu assumiria as características do objeto. Em outros casos de histeria, onde há identificação ao pai, o sintoma se daria porque a identificação apareceria no lugar da escolha de objeto e a escolha de objeto regrediria para a identificação. Freud faz um malabarismo que, no final da equação, a identificação à mãe figura como uma sintoma neurótico: “nas condições em que os sintomas são construídos (...) a escolha de objeto retroage para a identificação” (p.116).

A patologização da identificação primária à mãe, sugerida por Freud traz um complicador para o processo pré-edipiano dos meninos. Pelo que vimos acima, para Freud, necessariamente, deverá se dar a separação entre o que é identificação primária ao pai dos investimentos libidinais na mãe, a segunda não devendo retroagir sobre a primeira, o que significaria a contaminação pelos primeiros sinais de uma futura perturbação psíquica. Mas, esta é uma tarefa enorme, pois deverá se dar no interior mesmo da fase em que a escolha de objeto se dá por apoio (anaclítico), quando as pulsões sexuais estão apoiadas nas de autoconservação, onde impera a relação com a mãe.

Entretanto, em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/1996), diz que originariamente, “a pulsão sexual tinha um objeto fora do corpo próprio, no seio materno” (p.210). Ao perdê-lo mais tarde, a pulsão se voltaria para o próprio corpo, se tornando auto-erótica e marcadamente dispersa.

Freud (ibid.) afirmara, ainda, que a sedução da mãe, que contempla a criança com

os sentimentos derivados de sua própria vida sexual, desperta a pulsão sexual de seu filho. Diz que a mãe poderia se poupar de auto-recriminações em razão da importância das pulsões para a vida anímica em geral, para todas as realizações éticas e psíquicas: “quando ensina seu filho a amar, está apenas cumprindo a sua tarefa” (p.211). A neurose estaria do lado do excesso, que levaria a criança ao estado de angústia frente à falta do objeto amado.

Embora neste texto a pulsão figure como endógena, é evidente que as ações de “contemplar a criança” e de “ensiná-la amar”, como Freud anuncia, sugerem que não é da identificação primária ao pai que se dará o investimento na mãe, mas da própria sedução da mãe, indicada como incitadora do sexual na criança.

No texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud (1914/1996) diz que o Eu não existe desde o começo, “o ego tem de ser desenvolvido” (p.84). Uma nova ação psíquica deveria ser adicionada ao auto-erotismo: o narcisismo. Correlaciona, assim, o nascimento do narcisismo ao do Eu. Essa instância psíquica, intimamente voltada para os processos identificatórios, se vincularia à seqüência *escolha objetal por apoio - auto-erotismo - narcisismo - escolha de objeto*, sendo a escolha de objeto um objeto sempre reencontrado, o objeto materno. Esta seqüência parece envolver, fundamentalmente, a mãe. O objeto materno seria “modelar para todos os relacionamentos amorosos. O encontro com o objeto é, na verdade, um reencontro” (p. 210).

Para Ribeiro (2000), sendo a mãe o objeto primordial, o que decorre daí é a associação do narcisismo à identificação feminina primária. Para evitar esta identificação, Freud desvincularia o investimento de objeto das identificações implicadas na formação do Eu.

Laplanche (1992) aponta que em *O Ego e o Id* (Freud, 1923a/1996), o narcisismo passaria a coincidir com o auto-erotismo. Assim, “o narcisismo primário perderá (...) seu caráter de relação especular com um objeto interno, para voltar a ser quase sinônimo de ‘anobjetal’” (p.81). O narcisismo, em 1914, era relacionado ao nascimento do Eu; não

haveria Eu sem narcisismo. Em 1923, o narcisismo do Eu será entendido como secundário em relação ao narcisismo primário anobjetal. Isto significaria, para Laplanche, reduzir a gênese da sexualidade ao desenvolvimento da relação perceptivo-motora do bebê com o mundo. O efeito seria o recuo na importância do outro sexual na constituição da sexualidade.

Essas indicações nos ajudam a abrir caminho para a compreensão das raízes primitivas do repúdio da feminilidade. Entendemos que a obstrução, no texto de Freud, de um registro precoce de feminilidade e a consideração estrita do repúdio da feminilidade a partir do sexo já estruturado e falicizado encobrem os seus traços originários.

## Capítulo 4 - Sobre as raízes primitivas do repúdio da feminilidade

### 4.1. Castração e repúdio da feminilidade

Temos como objetivo demarcar os impasses a que chegamos a partir do nosso texto de referência, *Análise terminável e interminável* (Freud, 1937/1996), buscando tomar a feminilidade primária como instrumento de interlocução com os enunciados de Freud.

Freud (ibid.) diz: “Algo que ambos os sexos possuem em comum [repúdio da feminilidade] foi forçado, pela diferença entre eles, a formas diferentes de expressão” (p.268). Pretendemos colocar em discussão o processo que culmina nessa diferença que impõe diferentes formas de expressão do repúdio.

Para Freud (1925), embora ele afirme que o marco da diferença não possa ser claramente determinado, ele o situa na fase fálica, contemporânea do Édipo. Nesta fase se daria o auge da semelhança e o começo da diferença entre os sexos. Portanto, as expressões diferenciadas do repúdio da feminilidade derivam deste contexto.

Sobre a ideia de fases, incômoda por sugerir uma seqüência evolutiva linear, Freud (1933 [1932]/1996) alerta: as fases se sobrepõem, estando representadas permanentemente na economia libidinal e no caráter. Entretanto, a falicidade imperante em uma determinada fase é tomada como matriz de toda a sexualidade, a partir da qual tudo o que a precedeu e que se seguirá será marcado pelo primado do falo e dos complexos de Édipo e de castração ali consolidados.

Jacques André (1996) diz que a teoria freudiana da sexualidade tem como matriz a criança fálica. Para ele, a teoria de Freud é a mesma da criança fetichista do complexo de castração. É uma teoria verdadeira para ela e “para nós, na medida em que essa criança em nós não desiste” (p.55). O repúdio da feminilidade, anunciado por Freud como o obstáculo intransponível à análise, seria expressão da falicidade que não se apaga.

Laplanche (1988), ao discorrer sobre os problemas do falocentrismo freudiano, argumenta que a lógica fálica se baseia em uma interpretação fantasística da criança, uma interpretação definitivamente errônea do universo perceptivo, pois a criança só perceberia a existência de um sexo de base na fase fálica. Para o autor, o resultado da teoria da criança fálica seria mais que uma teoria, pois teria valor estruturante para o seu universo – estruturaria o seu desejo de tal forma que, de uma simples excitação peniana, iria se fixar naquilo que é chamado de *significante* do sexo, se convertendo em falo.

Freud (1937/1996) afirma que o consolo do analista é levar o infantil do paciente a alterar sua atitude de repudiar a feminilidade. O repúdio, como o entendemos, é uma ação psíquica do Eu em prol da diferenciação falicizada dos sexos e da interdição à sexualidade primitiva. Afrouxá-lo, levando o sujeito à assunção da atitude passiva, não seria uma maneira de pensar a diferenciação de sexo e a interdição do sexual infantil à margem do exclusivo referencial social e simbólico da dominação do falo?

Freud não quis dizer isso. Não propôs um outro modo de pensar a diferença de sexo, a alteridade e a singularização. Ele se manteve fiel ao que sustenta o seu modelo. O analista teria apenas um “consolo” em relação à atitude do analisando de recusar a castração, de repudiar a feminilidade, pois o imperativo fálico seria incorruptível na vida psíquica. O “consolo” seria alguma coisa como dar um jeito, um remendo, para que a angústia de castração não suscitasse as supercompensações fálicas, de forma que o sujeito permanecesse referenciado na falicidade, mas que pudesse alçar a um devir mediante a assunção da castração.

Entretanto, se pensarmos em um modelo de funcionamento psíquico que não seja fundado sobre uma única significação, o que estaria em jogo no repúdio da feminilidade não seria exatamente a negação da castração. Seria negação a um conjunto de referências que submeteriam o indivíduo à orfandade de um centro significante designado como

ordenante; o deixaria submetido ao paradoxo entre dois referentes fundamentais, onde a feminilidade primitiva representaria o desamparo, o descentramento, a passividade, e esta seria sua realidade última, exatamente por ser primeira, originária; e a falicidade seria entendida como defesa necessária, mas não poderia sintetizar a sua natureza psíquica.

Por este prisma a recusa da castração seria uma saída, um espécie de falso dilema para a angústia do desamparo e para angústia proveniente do desejo de ser penetrado - melhor ser ameaçado pela lei do pai, lei que se pode recusar, que por uma lei que está acima do pai e que também o submete, a lei da vulnerabilidade frente o mundo, vulnerabilidade inscrita como feminilidade primitiva no inconsciente.

Talvez, a compreensão do repúdio da feminilidade a partir de dois referentes, pudesse facilitar o entendimento do Édipo em sua real amplitude, extensivo a tudo o que diz respeito às relações da criança com o mundo adulto sexual e sexuado. E, a seguir neste caminho, a teoria do Édipo poderia se subscrever na teoria da sedução generalizada. Este seria o primeiro impasse: o limite imposto pelo imperativo teórico do falo à compreensão do repúdio da feminilidade.

Para Freud (1937/1996), trata-se de pregar ao vento quando se tenta demover o obstáculo do repúdio da feminilidade. Freud o vê menos como uma defesa aliada ao recalque e mais como uma ação psíquica relacionada aos determinantes constitucionais.

Sobre os fatores constitucionais, chegamos a um segundo impasse. Freud (ibid.) nega os fundamentos biológicos da repressão enérgica que o homem põe em marcha contra a atitude passiva. Embora o negue, ele diz que os homens recalcam a atitude passiva porque neles, desde o início, o esforço por ser masculino é completamente egossintônico. O texto freudiano é ambíguo, pois como afirma Ribeiro (1997a), para que o repúdio da feminilidade fosse egossintônico desde o início, os fundamentos biológicos é que garantiriam ao eu uma sintonia com o sexo anatômico. Ao final, Freud (1937/1996) cede à

biologia: “O repúdio da feminilidade pode ser nada mais do que um fato biológico, uma parte do grande enigma do sexo” (p.270). Da mesma maneira, a feminilidade também foi imputada à maturação biológica e associada à repressão da masculinidade inicial. Associando o repúdio da feminilidade a dados biológicos, o limite seria mesmo intransponível, pois a psicanálise nada pode contra fatores constitucionais.

Um terceiro impasse a que chegamos diz respeito à ligação entre a ação de repudiar e a de recalcar. Segundo Ribeiro, (1997b):

(...) a idéia de repúdio, em sua profunda implicação com os mecanismos de defesa e, conseqüentemente, com o recalçamento, bastaria para situar a feminilidade do lado recalçado. Freud recusa-se a vê-lo como uma força recalcante (...) acaba por concebê-lo como um dado biológico associado ao “grande enigma do sexo” (pp. 130-131).

Em Freud (1915b/2004), uma ação defensiva como a do recalque é desencadeada pela ameaça de desprazer causada pelo fator de pressão das pulsões sobre o Eu. Esse dado, se não é concludente, ao menos sugere que o recalque da atitude passiva, anunciada por Freud como egossintônica, seria uma formação defensiva do Eu a um desejo de passividade-feminilidade primária, inaceitável ao Eu. Mas, Freud não postula sobre esta primariedade.

Para ele, no caso das mulheres, o desejo de masculinidade teria sido retido no inconsciente, exercendo, a partir de seu estado de recalçamento, influência perturbadora. Na seqüência, diz que, em ambos os sexos, é a atitude própria ao sexo oposto que sucumbe à repressão. Se o que sucumbe a repressão na mulher é o desejo de masculinidade, no homem seria a atitude passiva que exerceria sua influência perturbadora? Neste caso, haveria, novamente, a indicação do desejo de passividade recalçada.

Pensando o repúdio da feminilidade entre os construtos da pulsão, do afeto e da

representação, a masculinidade que o Eu esforça para se fazer por ela representar, seria uma representação substitutiva à qual o afeto adere, pois o afeto estaria desligado de sua representação original. Por toda a associação que fizemos entre a feminilidade e o aparecimento da pulsão, nos moldes propostos por Ribeiro (2000), inferimos que a representação original do afeto da pulsão seria a feminilidade.

Pois, vejamos como Freud (1915c/2004) define a relação entre os três construtos citados. Para ele, só é possível saber da pulsão se ela adere a uma representação ou se manifesta como estado afetivo. A pulsão se exprimiria em dois registros, do afeto e da representação. Em *O Recalque* (1915b/2004), ele afirma que o movimento pulsional compreende quantidade de energia libidinal e representação, em outras palavras, haveria libido por um objeto. O movimento pulsional, quando recalado, o recalque seria da representação. Quanto ao afeto, definido por Laplanche e Pontalis (1998) como a expressão qualitativa de energia pulsional, ele seria apenas parcialmente retido; o que passa, passaria transformado.

Doravante, afeto e representação seguiriam caminhos distintos. O afeto desligado de sua representação original se transformaria em angústia, desqualificando a libido em angústia. Quando o movimento pulsional tentar irromper novamente, o afeto de angústia se ligaria a representações substitutivas, impedindo o movimento pulsional de retornar, tentando dominar, ligar a energia livre do afeto. A representação substitutiva do objeto de angústia se daria sobre objetos passíveis de serem encadeados em uma lógica secundária.

Este processo levaria a uma projeção no real do perigo pulsional – como se angústia não viesse do movimento pulsional, mas de um perigo real do qual o Eu se protege através dos processos secundários.

Entendemos que quando o Eu adere ao valor do pênis, o afeto de angústia, livre, se liga à representação masculina, substitutiva da representação da feminilidade, original do

afeto livre. Seria deste momento em diante que a angústia seria angústia de castração. Os afetos adeririam a representações que pudessem fazer face à pressão pulsional, que possibilitassem escoamento fracionado mediante a catexia libidinal em idéias encobridoras dos representantes primários. O perigo primordial, então, não seria o da castração. A castração é que derivaria do perigo que a pulsão e o afeto livre representam ao Eu.

Conforme o que já foi exposto, o representante da pulsão teria uma ligação intrínseca com a feminilidade primitiva recalcada. O repúdio à atitude passiva, egossintônico, diria respeito ao reforço do recalçamento secundário ao recalçamento dos primeiros representantes pulsionais vinculados às experiências precoces pautadas pela feminilidade. Mas, os afetos, mesmo ligados a representações substitutivas fálicas, requisitariam do Eu permanente atenção de manter isolados os representantes originais da pulsão, intoleráveis ao Eu.

Freud (1915b) afirma:

O recalque necessita de um empenho contínuo de força, cuja cessação colocaria em risco seu sucesso e tornaria necessária uma nova ação de recalque. Devemos imaginar que o recalcado exerce uma pressão contínua em direção ao consciente, a qual precisa ser equilibrada por meio de uma contrapressão incessante (p.181).

Quando o analista se defronta com a inveja do pênis e a luta contra a passividade, o óbvio e possível de aceder à consciência é que ele esteja diante da criança fálica. Porém, pelo que Freud nos ensina sobre a dinâmica entre os afetos e as representações, podemos inferir que a castração é uma tradução representacional que está no lugar de uma outra representação, não fálica, cujo afeto correspondente não pode emergir sob pena de o sujeito entrar no domínio de angústias primitivas, vinculadas ao estado de desamparo primário. Traduz-se o referente orifical pelo significante fálico, símbolo de um órgão que

fantasmaticamente pode ser amputado. Por este prisma, concluímos que o analista, quando se defronta com o repúdio da feminilidade no analisando, não estaria só diante da criança fálica, mas também da criança orifical recalcada pelo recalcante fálico.

Mas, não podemos afirmar nada sobre a relação da feminilidade com o recalcado a partir do texto freudiano. Até o fim, Freud mantém o imperativo teórico das tendências masculinas originárias e o falo como operador exclusivo do funcionamento psíquico.

Buscaremos meios de contornar os impasses que levantamos, tomando o repúdio da feminilidade em suas relações com a sedução originária e não estritamente como expressão da diferença identitária de sexo já estruturada.

Ribeiro (2000) apresenta algumas idéias de Laplanche que tendem a situar a noção de castração do lado da defesa contra a sexualidade primitiva. Para Laplanche, na sedução originária imposta à criança pelo adulto veicularia tanto uma diferença sexual quanto sexuada, mas não o sexuado homem e mulher necessariamente, mas algo da ordem da feminilidade e da masculinidade, da ordem do *querer ser penetrado* ou do *querer penetrar*. Para Laplanche, isso não seria castração. Para Ribeiro (ibid.), “o desejo de castração [é] indissociável do desejo de ser penetrado” (p.293).

Segundo o nosso entendimento, como o par penetrante-penetrado só se associará à castração com a descoberta da diferença dos sexos, o que veicularia sobre diferença sexual e sexuada na sedução originária é, também, o que esta diferença recalcou. Desse maneira, sendo o recalcado representado pela feminilidade orifical, as representações de masculinidade e feminilidade veiculadas na sedução diriam respeito, fundamentalmente, às representações do penetrante-penetrado e não da castração. De toda maneira, aderimos à ideia já exposta anteriormente de que o que vigora na base da adesão da criança à noção de castração é o desejo por uma das faces do binômio penetrante-penetrado - o desejo de ser penetrado, que será traduzido pela lógica fálica, no interior do Eu, como desejo de ser

castrado.

Sobre a castração, Laplanche (1992) diz:

(...) quer a intitulemos teoria, fantasia ou fantasia originária é, antes de mais nada, uma resposta, não um questionamento pulsional. (...) A teoria da castração como origem da diferença dos sexos (...) o submete [o sujeito humano] às correntes de uma lógica binária [idéia de supressão de um sexo], de uma lógica da contradição. Situa-la do lado de um inconsciente primordial não seria anular a descoberta fundamental da psicanálise, de que, precisamente o inconsciente não conhece a negação? (...) como poderia ser diferente para essa atualização fundamental da negação que é a castração? Seria, portanto, necessário situá-la no lado dessa aquisição cultural imensa que introduz o gênero humano no pensamento da contradição (p. 40).

Laplanche, citado por Ribeiro (2000), denuncia a tendência dos psicanalistas a verem castração por toda parte, a interpretarem, onde haja buraco ou ferida, como castração, sem se darem conta de que “o que fazem é, na realidade, uma simbolização consciente, aceitável, da invasão inominável, transpondo-a na lógica fálica” (p.290).

Para Ribeiro (ibid.), o que se faz é recalcar a natureza orificial da vagina, recalcar as fantasias de ser penetrado que acompanhariam as fantasias de castração. Estas não poderiam aparecer na concepção clássica da castração que a reduz ao terror da amputação, onde o pênis é suporte da pura diferença.

Para Laplanche (1996), os complexos se situariam do lado do processo secundário de simbolização, são adquiridos e tem como função a defesa contra a sexualidade primitiva. O Édipo não seria herdado biologicamente ou filogeneticamente. O autor (2007b) afirma que se considerarmos a raiz do complexo de Édipo, a origem da ação sexual não estaria na criança, mas naquele dos pais que a seduz. O Édipo seria um retorno defensivo, uma espécie de identificação ao agressor, marcado pela auto-acusação. Ele

inverte o vetor do Édipo freudiano.

Ressaltamos o caráter defensivo e recalcante do Édipo e da castração porque segundo o nosso argumento, a falicidade, na qual eles se ancoram, também se situa na esfera da defesa.

Na teoria freudiana, o Édipo e a castração, em suas funções organizadoras e diferenciadoras dos sexos, teriam como tarefa sexual o sexual, restringir o sexual ao genital, portanto a dois sexos, levar esta diferença entre dois a se pautar por uma única insígnia fálica, construir a feminilidade na mulher a partir da repressão da masculinidade, da assunção da posição de passividade e de objeto, e a masculinidade a partir do posição ativa, de sujeito e posse do pênis, construindo, assim, a heterossexualidade, fazendo frente ao sexual primitivo.

Neste modelo, como tudo que diz respeito ao funcionamento psíquico deriva do significante *falo*, não há ponto de apoio para intervir sobre o repúdio da feminilidade, não há uma representação que lhe faça oposição, não há um referente que pudesse se oferecer como aliado ao propósito de atenuar o repúdio da feminilidade. Por isso, o analista só tem algum consolo quanto a alterar a atitude do analisando para com ele.

No entanto, se aderirmos à concepção da feminilidade primária, o processo se altera. A castração e o Édipo, como vimos, eles definem a diferença de sexo às custas do recalçamento da identificação feminina. O repúdio da feminilidade está vinculado diretamente aos complexos. Mas, vejamos por qual via. O repúdio evidencia que há inscrição dos complexos e que eles são atuantes, mas evidencia, ao mesmo tempo, que há uma negação à função dos complexos, pois, quanto ao complexo de castração, está ocorrendo uma recusa à castração, e quanto ao Édipo, está ocorrendo uma recusa a abandonar o falicismo inerente ao desejo edipiano.

Por outro lado, os complexos estão implicados no recalçamento da identificação

feminina. Eles são expressões da lógica fálica e da valorização do masculino. Então, porque haveria recusa à função dos complexos? Supomos que seja pela pressão que o recalçado originário exerce sobre o Eu. Este recalçado, sendo representante da passividade irá interferir nas funções dos complexos de levarem o Eu à assunção da castração. Há reconhecimento por parte do Eu de que a castração é inscrita a partir do desejo de ser penetrado que fora recalçado. O que leva o Eu a recusá-la é a angústia proveniente do desejo de feminilidade situado no inconsciente. Para Freud, a recusa a castração provém do desejo de masculinidade presente no inconsciente.

Se considerarmos que a adesão da criança à castração se deve ao desejo de ser penetrada, teremos algum esclarecimento a respeito dos impasses apresentados pelo texto freudiano, pois bastaria que pudéssemos admitir a existência da feminilidade-passividade primitiva a fazer pressão desde o recalçado para que todo o esforço por ser masculino se justificasse.

Para Ribeiro (2000), a angústia de castração não adviria de uma identificação masculina com o poder fálico do pai, mas seria angústia gerada pela exigência pulsional de ser penetrado. A finalidade da criança, ao aderir à ideia de castração, seria alterar o que lhe foi dado biologicamente em função de um imperativo narcísico e pulsional:

Narcísico, devido à dependência do eu relativamente ao suporte identificatório que a mãe representa: se ser como ela passa a implicar uma igualdade anatômica, a solução forçosamente passará ou por atribuir-lhe um pênis, ou pela renúncia (provisória que seja) de sua posse. Pulsional, porque a fantasia feminina de ser penetrado se apresenta como uma tradução sexuada das exigências do objeto-fonte da pulsão (p.293).

O interessante às situações de análise é que este modo de conceber a inscrição da castração coloca em perspectiva o obstáculo considerado intransponível, nos levando a

perguntar novamente, a despeito de Freud ter elaborado já a sua resposta, o que é que está sendo mesmo recusado no repúdio da feminilidade.

Segundo o nosso entendimento, a intransponibilidade não se deveria a fatores constitucionais e nem à tendência masculina inicial. A resistência estaria do lado dos interesses do Eu contra o registro psíquico de uma feminilidade precoce. Longe de este enunciado sugerir a facilitação da alteração da atitude de repúdio da feminilidade, ele, porém, inverte o seu sentido e estabelece a sua ligação com o originário.

Sigal (2003) nos chama atenção para a importância da valorização do conceito de originário nas situações de análise. Destacamos do seu texto a idéia laplancheana de que os dois tempos do recalçamento originário definiriam uma tópica psíquica que manteria os representantes recalçados alienados do sujeito. Esta idéia de alheamento do recalçado originário, embora seja irrefutável, pois é a base da vida psíquica e possibilidade de sua estruturação, a nosso ver, não é um alheamento radical, pois este recalçado originário destituído de significação fálica, fará eco nas transcrições que se sucedem. Em casos patológicos, Sigal (ibid.) defende o possível fracasso do recalque originário, onde o recalçado escoaria, sem tradução - é o que ela descreve nas patologias do pânico.

Mas, pensamos que ainda que este conteúdo inerente ao originário seja devidamente recalçado e parte dele traduzido, que haja subsídios derivados da continência do adulto para que se dê a estruturação progressiva dos recursos psíquicos da criança para sustentar o recalque, mesmo assim, os traços mnêmicos da sedução originária farão ruído e perturbarão as representações elaboradas pelos processos secundários, mesmo que obedeçam a leis distintas. A tradução dos representantes originários forjada pelo recalçamento dá notícia daquilo que ela distorce, revelando a força do que é distorcido - ela distorceu os traços mnêmicos das vivências de passividade da sedução originária. O trabalho analítico seria o de decomposição da tradução para se chegar ao que ela distorceu.

Em *Além do princípio de prazer* (1920/1996), Freud afirmara que das pulsões que preenchem o aparelho psíquico algumas delas ou parte delas irão perseguir metas que seriam intoleráveis para outras pulsões cujas metas são passíveis de se compor e formar uma unidade abrangente do Eu. A solução psíquica seria a de separar e isolar da unidade do Eu, através do recalque, estas pulsões cujas metas são intoleráveis. Porém, a não-satisfação iria levar as pulsões recalçadas a desvios em busca da satisfação direta ou indireta, o que de qualquer maneira seria sentido pelo Eu como desprazer – “o princípio de prazer volta a sofrer uma nova ruptura quando certas pulsões, justamente na obediência a esse princípio, tentavam obter novamente prazer” (p.138).

Para Freud (ibid.), no núcleo do inconsciente, a energia psíquica seria livremente móvel e obedeceria às leis do processo primário. No caso do pré-consciente, no Eu, a energia seria ligada e obedeceria às leis do processo secundário. Mas, haveria relações dinâmicas entre o inconsciente, Id e o pré-consciente, Eu. Freud presume que a diferença entre o inconsciente revelado no Id e o pré-consciente no Eu são as formas de energia psíquica, a primeira móvel, livre, e a segunda ligada, supondo, ainda, que haveria uma síntese no curso da qual a energia livre é transformada em energia ligada.

A partir destes enunciados, inferimos que os traços mnêmicos produzidos nos processos primários irão se fazer perceber no interior do Eu posto que eles são componentes da síntese que o Eu busca realizar.

O repúdio da feminilidade seria uma ação defensiva radical do recalque secundário, mas o que o move não é o terror da castração fálica, mas o imperativo de dar uma resposta aos ecos das vivências primitivas isoladas no recalco originário que se fazem notar como angústia - como indicado por Ribeiro (2000), angústia perante o desejo de ser penetrado. É o que se apresentaria nas situações de análise.

Laplanche (1993), ao definir a dimensão transferencial como aquilo que é essencial

na oferta da análise, discorre sobre o que é a base e o motor da transferência:

(...) [é] a reabertura de uma relação, da relação originária, onde o outro é primeiro em relação ao sujeito. Uma reabertura, já que todo movimento de constituição do sujeito se fez por um fechamento, que é justamente o recalçamento, a constituição das instâncias, a colocação do outro no interior e seu confinamento sob a forma do inconsciente (p.79).

O autor sublinha a importância, em análise, daqueles que são, para ele, os dois verdadeiros princípios do funcionamento psíquico: zero e constância. Sendo a relação originária de sedução regida pelos processos primários, a tarefa do analista seria acompanhar as suas correntes. O princípio zero colocaria em marcha o que Freud (1920/1996) chamara de pulsão de morte. Para Laplanche (1993), esta pulsão, que não tem nada de mortal biologicamente, é o que, potencialmente, poderia levar à dissolução das formações psíquicas egóicas, ideológicas, sintomáticas, etc. Laplanche (1992) afirma que a morte do psiquismo não se daria apenas pela desintegração, morte pela pulsão de morte, mas também pela rigidificação do Eu mediante a síntese excessiva. Ele alude à morte do psiquismo pelo Eu.

Em contrapartida ao aspecto de desligamento promovido pelas correntes dos processos primários e que poderiam ter função analítica, a segunda função do analista, fundamental à primeira, seria vinculada ao princípio da constância, a garantia de uma manutenção atenta, de uma presença que se ofereça como representante da constância.

Crítico da idéia de que os dois princípios do funcionamento psíquico em Freud (1911/1996), prazer-desprazer e realidade, obedeçam a uma seqüência temporal evolutiva, Laplanche aborda o originário como algo que transcende ao tempo, embora se funda nele. Sigal (2003) o traduz: “o recalque originário não é mais que o momento primeiro e fundante de um processo que dura a vida toda” (p. 64).

Trazendo a sua compreensão à questão do repúdio da feminilidade e considerando a relação entre a feminilidade primária e o pulsional, veremos que quando se dá o repúdio da feminilidade, embora este tenha como fim aliar-se às forças que garantem a manutenção do Eu através do recalçamento da identificação feminina, ele corrobora com a tendência do Eu à rigidificação, podendo levar à paralisação da vida psíquica. A feminilidade, como núcleo do recalcado, teria a função de manter o dinamismo entre o recalcado e o recalçante, o trânsito entre os processos primários próprios do inconsciente e os secundários, no pré-consciente, o que garantiria a não rigidificação do Eu.

Mas, esta volta ao ponto zero, pelo o que ela implica de mortífero, só poderia ser exitosa mediante a constância do analista e o potencial deste em se manter na posição de subsidiar o processo analítico através da face estruturante da sedução, através da continência. Segundo Laplanche (1993):

(...) é somente porque há continência que existe possibilidade de análise. É porque há manutenção, na periferia, do princípio de constância, de uma homeostase, de uma *Bindung*, que o desligamento analítico é possível (p. 80).

Entendemos que na situação de análise, a abertura para o interior é traumática porque prevalece, no psíquico, traços mnêmicos da sedução originária, onde a passividade e abertura ao outro adulto remetem à dor da efração das origens, caracterizada pela impossibilidade de simbolização ou de escoamento da carga libidinal. Estes traços se fazem ressoar na cena analítica pelo o que esta cena implica de sedução. Como nos indicou André (1996), embora seja acompanhada de satisfação em um nível, a efração provocada pelo adulto na cena da sedução evidencia a impotência frente o enigma sexual e se torna autotraumática a partir dos processos ulteriores. O Eu do analisando se veria ameaçado novamente pelos ataques pulsionais que seriam vivenciados como angústias primitivas.

Ribeiro (1997a) chama atenção para a característica de precariedade do Eu, o que nos parece estar diretamente vinculado às raízes primitivas do repúdio da feminilidade. Diz que a idéia de um eu coeso e forte, que encontraria respaldo no pensamento do próprio Freud, contrasta com a permanente busca de afirmação do Eu:

O eu oficial, ou seja, aquele que num determinado momento se equilibra no fio tênue da consciência como representante da totalidade do sujeito, só é concebível como pólo de recalçamento e denegação de outros tantos eus de cujas existências subterrâneas a oficialidade nos dá evidência pela própria insistência com a qual se faz reconhecer (p.45).

Como o repúdio da feminilidade está ancorado na diferenciação identitária de sexos, representada pelo Eu sexuado, a identidade de sexo funcionará como resistência contra o recalçado, que não conhece esta diferença. O recalçado ameaçará não só a totalidade do corpo, mas a identidade de sexo. Pois, recordando Ribeiro (2000), o Eu não é só a totalidade do corpo, mas se consolidou como um corpo fálico-sexuado, de homem ou mulher, que recusa a susceptibilidade à penetração.

Se tomarmos como função do analista acompanhar os processos primários, como sugere Laplanche (1993), no que tange à lida com o repúdio da feminilidade seria essencial considerar as ambivalências e os conflitos identificatórios que subjazem à identidade de sexo fálico-sexuada já estruturada. A diferença identitária de sexo, que apóia as diferentes formas de expressão do repúdio da feminilidade no homem e na mulher, estaria mais ao lado das formações recalçantes que seria preciso atenuar para permitir que algo do originário fragmentador se presentificasse e pudesse trazer alguma plasticidade ao Eu.

Portanto, teríamos que buscar o que está encoberto pela identidade de sexo, pelo Eu sexuado, para compreender o sujeito não como portador de uma identidade sexuada e de um Eu coeso, mas justamente como portador de conflitos quanto aos seus processos

identificatórios e quanto à precariedade do Eu. O repúdio da feminilidade seria a expressão mais visível do contra-investimento do Eu sexuado no material recalcado, o verniz sobre os conflitos identificatórios internos ao Eu que requisitam continuamente o recalçamento para transformar em seu contrário a identificação à atitude passiva, pois como afirma Freud (1915b/1996), “o recalque não impede o representante pulsional de continuar existindo no inconsciente” (p. 179).

O valor simbólico do repúdio da feminilidade forjado na lógica fálica oculta seu sentido primeiro, vinculando-o à supervalorização defensiva do pênis, através da inveja do pênis e da luta contra a passividade.

O nosso trajeto, até aqui, nos permite retomar a inferência feita na apresentação deste trabalho: o falicismo, a noção de castração e o repúdio da feminilidade são defesas contra o representante pulsional de vivências inerentes às origens. Este representante é a feminilidade. O mais importante no repúdio da feminilidade não é o que está consolidado pela diferença de sexo, inveja do pênis e angústia de castração, mas o que ele recalca, o que está nas suas raízes primitivas. A tarefa do analista de acompanhar as correntes dos processos primários teria como fim possibilitar que a travessia pela feminilidade recalcada favorecesse recursos para novas ligações, dissolvendo as formações rigidificadas do Eu.

#### **4.2. O sexual e a diferença sexuada**

Neste momento, buscaremos discutir alguns aspectos que dizem respeito à relação entre as dimensões do sexual e do sexuado para que possamos situar os efeitos desta sobre o repúdio da feminilidade.

Freud (1923/1996) afirma que a distinção homem/mulher é percebida muito cedo, mas sem possibilidade de vinculá-la a uma diferença dos órgãos genitais. Em 1908, ele faz alusão a esta percepção dos “sinais externos muito óbvios” (p.193). Para ele, o que daria

significado ao complexo de castração é a idéia da perda se vincular aos órgãos genitais na fase fálica.

Laplanche (1988) diz que essa diferença antes percebida é uma diferença entre gêneros, dados biológicos e sociológicos, atitudes associadas aos gêneros. O que marcaria o desenvolvimento da criança seriam os elementos psicosexuais dessa diferença. O autor sintetiza a fórmula freudiana da passagem do sexual ao sexuado da seguinte maneira: primeiramente, a libido está interessada pela diversidade de atributos do objeto, posto que a sexualidade está dominada pelas pulsões parciais; em um segundo momento, a diferença relativa aos gêneros é percebida, mas a escolha dos atributos do objeto não são sexuados, pois da mesma maneira que os atributos são anatômicos podem ser igualmente sócio-culturais, psicológicos, etc; em um terceiro momento, a diferença se absolutiza, quando é marcada pela presença ou ausência de um só atributo, o falo, na fase fálica. Nesta, diz o autor, “não haveria dois sexos diversos numa série de  $n$  sexos” (p.47), mas um sexo marcado por uma insígnia, enquanto o outro não.

O pênis diria respeito à realidade anatômica e fisiológica participando de uma série de outros órgãos que também figurariam como lugar de excitação, como o seio, a mão, o ânus, a vagina. Entretanto, o falo, não: “enquanto marca do corpo humano ele é único” (p.49). O pênis se faria representar pelo falo em razão de ser o órgão central das vivências pulsionais na fase fálica. Neste processo, se abandonaria a diversidade característica do pulsional em prol da diferença fálico/castrado. E, na seqüência, viria o período de latência, quando os complexos de castração e de Édipo fariam submergir o falicismo.

Para Laplanche (ibid.), a continuação desse processo, não foi explorado por Freud, havendo um hiato entre a organização fálica e o que ressurgirá na puberdade e na organização adulta do par masculino e feminino. Então, o autor pergunta como essa lógica fálica (da contradição entre ter ou não ter pênis) reaparecerá na organização adulta do

desejo; como o par masculino-feminino substituirá o par fálico-castrado ou o que subsiste da antiga lógica no par masculino-feminino; o que restará dessa lógica fálica na lógica humana em geral, ou seja, em nosso modo de pensar; e se a castração e a teoria vinculada a ela tem uma função de protótipo lógico para o nosso pensamento ou para um certo modo de pensamento, o da criança fálica.

O repúdio da feminilidade, certamente é a ponta mais visível da subsistência da lógica fálica no adulto, a tentativa de sustentação do protótipo do pensamento fálico através de uma linguagem sexuada e defensiva. O protótipo do pensamento lógico da criança fálica tenderá a sexuar o conflito. Em análise, caberia à escuta do analista garantir espaço para que, nas entrelinhas, uma outra qualidade de pensamento não seja desqualificada.

Além da dimensão do sexo buscar encobrir a dimensão do sexual feminino na ação psíquica de repudiar a feminilidade, há, ainda, uma outra questão que levantamos sobre a relação entre a anatomia, o sexo e o repúdio da feminilidade. Freud (1924/1996) diz que a anatomia é destino. No trajeto rumo à escolha de sexo e objeto, o Eu, através do Édipo e da castração, ordenará as pulsões anárquicas em direção à coincidência do sexual à anatomia. A sexualidade normal se daria entre sujeitos sexuados pela ordem fálica. Nesta, como já dissemos, a mulher se equipararia à representação castrado, encampando a posição de objeto e passividade, e o homem se equipararia à atividade, na posição de sujeito. A vagina, seria lugar de abrigo do pênis, “herança do útero” (Freud, 1925, p. 161). Este desfecho é apoiado pelo advento da valorização do pênis e da inscrição da oposição fálico/castrado.

Mas, Ribeiro (1996) questiona se a ênfase é sobre a anatomia ou entre os sexos, pois a questão do pênis não é simplesmente que esteja lá, mas que seja parte excitável do corpo. Ele conclui que “para Freud não basta que a diferença esteja lá, mas que incida

sobre a anatomia e a fisiologia para que se torne foco de irradiação do sexual” (p.53). Esta indicação sugere que para que o pênis se torne significativo, deverá incidir sobre ele algo mais do que a pura excitação somática. O reconhecimento pela criança do valor que a mãe imputa ao pênis seria o que garantiria o seu valor pulsional.

A partir desta reflexão, não seria o caso de nos atermos à consequência psíquica da pura diferença anatômica, mas à consequência psíquica da descoberta da assimetria que há entre o adulto sexual-sexuado e criança sexual não-sexuada, assimetria quanto ao valor pulsional da anatomia genital. A criança adere ao valor do pênis, buscando se compatibilizar com o universo desejante do adulto. No momento em que o pênis se torna significativo do sexo, a noção de castração tem lugar.

Quando Freud (1923/1996) afirma que a última fase da organização da sexualidade corresponde ao objetivo sexual de reprodução da espécie, ele dá status de cientificidade à história dos sexos normatizada na cultura. O desfecho final descrito por Freud seria, em última análise, uma tentativa de legitimar a dominação do falo inscrevendo-o em uma natureza biológica. Esta natureza biológica é forjada pelo mundo adulto, cultural, sexual e sexuado.

Já vimos que para Laplanche, a diferença sexual, anatômica e fisiológica, incide antes sobre o adulto. As representações sexuais, de sexo e de gênero participam da sedução. Ribeiro (1996) afirma que em uma perspectiva laplanchiana, a diferença de sexos seria:

(...) um suporte privilegiado da criação de mensagens enigmáticas por parte dos adultos, logo um dos motores da sedução originária. O que se diz e o que se cala sobre os órgãos genitais, sobre a origem dos bebês e acima de tudo sobre as sensações experimentadas nos diversos orifícios e protuberâncias do corpo, participa da implantação de enigmas sexuais-pré-sexuais e impõe à criança um trabalho permanente de simbolização e tradução (p. 54).

Imputamos à ideia de binariedade de sexo e gênero à transmissão dos conteúdos pré-conscientes e inconscientes do adulto à criança, conteúdos que participam da estruturação do sujeito, que o precede na medida em que o outro adulto sexual e sexuado o precede, contando com a decisiva intervenção das designações de sexo e gênero forjadas na cultura. A partição homem/mulher, advinda da lógica fálica, a despeito de se justificar como meio de estabelecer uma referência que ponha alguma ordem na diversidade das fontes e dos objetos sexuais, o seu valor seria da ordem da estratégia, na vida psíquica e na vida social.

Laplanche (2007) sugere que a questão entre o sexual, pautado pela diversidade, e o sexuado, pela diferença binária, é que a noção da lógica de oposição que pauta o sexuado (um sexo e não outro), foi subvertida em uma oposição real, foi equiparada àquilo que é proibido – o sexual se definiria como ‘aquilo’ que é condenado pelo adulto.

Entretanto, não sabemos se seria possível postular sobre um modelo de organização da sexualidade primitiva abrindo mão inteiramente da partição homem-mulher, pois mesmo na tentativa de desconstrução do binômio é a ele que se faz referência. Estamos atravessados por esta aquisição cultural, como disse Laplanche (1988).

Freud reiterou a organização binária dos sexos, embora em termos libidinais. A despeito dos aspectos normativos da teoria freudiana e da determinação do destino subjetivo estritamente a partir das operações forjadas pelo símbolo fálico, foi o próprio Freud que trouxe os elementos que contribuem para que este modelo seja objeto de reflexão. Há uma parábola oriental em que o mestre diz aos seus discípulos: “quando eu apontar a lua, não olhe para o meu dedo, mas para a lua”. Pensamos que a metapsicologia das pulsões é um caminho proposto por ele que desestabiliza qualquer modelo que se pretenda eternamente estável. Assim como na vida psíquica, a identidade da teoria é sempre fustigada pelas múltiplas possibilidades de expressão do sexual.

Se não podemos ser conclusivos quanto à questão da lógica binária de sexo, podemos, a partir de Freud, pensar que o sujeito responde por uma formação plural e plástica na base de sua estruturação psíquica e também nos seus destinos subjetivos. Freud (1923 [1922]/1996) diz que a plasticidade psíquica é uma das exigências à situação de análise. É deste atributo que a vida psíquica se confirma. O primeiro sinal desta é dado pelas características das pulsões.

Freud afirma (1933 [1932]/1996):

Os instintos [pulsões] sexuais fazem-se notar por sua plasticidade, sua capacidade de alterar finalidades, sua capacidade de se substituírem, que permite uma satisfação pulsional ser substituída por outra (p.100).

Quase tudo é móvel na pulsão, salvo a sua característica de exigir trabalho ao psiquismo através da pressão que exerce sobre as instâncias. O fator plasticidade psíquica remete não só ao que é específico do humano, como à diferenciação entre os próprios seres humanos, singularizando-os. Se a diferença de sexo tende a categorizar os indivíduos em grupos, a dimensão pulsional vai de encontro a essa idéia, pois no inconsciente não há marca dessa distinção.

Segundo Freud (1915c/1996):

O núcleo do inconsciente é composto de representantes pulsionais desejosos de escoar sua carga de investimento – em outras palavras, é composto de impulsos de desejo (...) no âmbito do inconsciente não há lugar para negação (...) a negação somente entrará em cena em um nível superior, tendo então a função substituta do recalque. No inconsciente, tudo que podemos encontrar são conteúdos preenchidos com cargas de investimento que podem ser mais ou menos intensas (p. 37).

Para Freud (1940 [1938]/1996), o termo sexual é muito mais amplo que o genital e

os dois, por definição, falhariam em coincidir. A necessária não-coincidência entre os dois complexifica o sentido da afirmação de que a anatomia é o destino (Freud, 1924). Laplanche (2001) diz que a pulsão “não conhece o apaziguamento pelo objeto adaptado complementar, ambivalente, falta-lhe o par ideal” (p.12), mas é ela que se constituiria em objeto da psicanálise, oculta no inconsciente.

Pensamos que só seria concebível que a anatomia fosse o destino se a tomarmos por um marco de referência às fantasias e metaforizações sexuais e sexuadas, podendo ou não coincidir com a anatomia real. A anatomia fantasiada seria o destino.

A transmissão da diferença sexual-sexuada do adulto à criança, veiculada na sedução, daria suporte às fantasias e metaforizações relativas às sensações experimentadas nos diversos orifícios e protuberâncias do corpo de que falava Laplanche (citado por Ribeiro, 2000), fazendo referência direta às vivências penetrado-penetrante. Mesmo que as metaforizações sejam sintetizadas na primazia do genital, são elas que pautarão o desejo. A metaforização da anatomia nos remete ao polimorfismo da pulsão presente nas atividades sexuais-sexuadas.

Segundo McDougall (1987),

Se dirigirmos a nossa atenção para os atos e as escolhas de objeto heterossexuais, nos daremos conta de que os problemas clínicos não são mais claros [do que nas demais escolhas de sexo e objeto]. A natureza polimorfa das relações heterossexuais da idade adulta dispensa ênfase. Nossos analisandos nos descrevem infinita variedade de cenários eróticos, inclusive, travestismo, objetos e acessórios fetichistas, jogos sado-masoquistas etc. que excitam seus jogos sexuais e não são geradores de conflitos, nem sentidos como compulsivos (p. 56).

Para a autora (ibid.), também a homossexualidade não poderia ser considerada em quaisquer circunstâncias como um sintoma. O sintoma estaria do lado das situações em

que a vida sexual se conduz por certos atrativos eróticos como única condição da excitação.

Consideramos que este mundo fantasístico que permeia o sexuado, citado por McDougall, seria um meio de simbolização das vivências originárias de passividade-feminilidade, um meio de ligar o excesso de sexual que não pode ser integrado pelo Eu, levando às representações que permitam vivenciar o ativo e o passivo na mesma cena. Derivaria da passividade pulsional.

As pulsões com fins passivos, antes de caracterizarem a feminilidade da mulher, como foi indicado por Freud, estariam presentes nas atividades sexuais dos indivíduos sexuados, a não ser que o esforço do Eu em recalcar esta passividade assumisse proporções patológicas. Como nos lembra André (1996) “sejam quais forem os transbordamentos da atividade previamente exibidos durante o ato sexual, todo mundo é passivo diante do gozo, diante do orgasmo, arrebatado, nem que seja por um instante, pela pequena morte” (p. 108).

Mas esta pequena morte de que fala André implica na suspensão temporária das funções do Eu sexuado. O paradoxo é que as escolhas de objeto são ancoradas no Eu sexuado, na identidade de sexo, mas a experiência do sexual supõe a sua ausência, a morte breve da atividade fálica que forja a identidade de sexo.

Para André (ibid.), a dificuldade de aceitar a feminilidade se deve à relação desta feminilidade à passividade pulsional, que está por sua vez ligada à passividade traumática do recém-nascido diante do mundo adulto: “é justamente isso que constitui sua parte difícil de aceitar, e que alimenta, tanto no homem como na mulher, a recusa da feminilidade” (p. 108).

A escolha de sexo e objeto “normais”, resultado da síntese das pulsões parciais em pulsão sexual orientada para o encontro com a anatomia a serviço da reprodução, contrasta com o caráter desviante da pulsão, posto que a síntese em prol da vida sexual normatizada nunca é completa.

Freud (1916-1917 [1915-17]/1996) afirma:

Acreditamos que a civilização foi criada sob a pressão das exigências da vida, à custa da satisfação dos instintos [pulsões] (...) cada pessoa que ingressa na sociedade humana, repete esse sacrifício da satisfação instintual [pulsional] em benefício de toda a comunidade. Entre as forças instintuais [pulsionais] que têm esse destino, os impulsos sexuais desempenham uma parte importante, nesse processo eles são sublimados (...) Esse arranjo, contudo, é instável; os instintos [pulsões] sexuais são imperfeitamente subjugados (...) há risco de seus instintos [pulsões] sexuais se rebelarem contra essa destinação (...) a sociedade não quer ser lembrada dessa parte precária de seus alicerces (...) a sociedade transforma o desagradável em falso (p.32).

Se o aspecto econômico das pulsões persiste, tendo a função de perturbar, a partir do inconsciente, a organização final da sexualidade e se a anatomia é fantasiada, levando os genitais a regredirem para as posições de penetrante e penetrado, resultando em diversas possibilidades de expressão fantasística da sexualidade, seria insuficiente pensar o repúdio da feminilidade estritamente dentro da esfera da diferença identitária de sexo já estruturada; seria minimizar a força do fator sexual que obedece a uma outra “ordem”, aquela do inconsciente constituído de representantes pulsionais que não diferenciam os sexos.

Além desta advertência sobre a força das pulsões, Freud (ibid.) diz, também, que a decisão em favor de um dos sexos é um fenômeno mental e social da vida sexual da criança. Já ressaltamos anteriormente os aspectos contingenciais do Édipo e da castração. O peso do discurso parental inconsciente e consciente acerca da sexualidade, do sexo e do gênero, desempenha um papel central na configuração edípiana e na estruturação da subjetividade.

Segundo a nossa compreensão, o que importa no Édipo e na castração não é o *que*

foi feito quanto ao ordenamento da identidade de sexo, hetero, bi, trans, homossexual. O Édipo cumpriu sua função de levar a uma identidade de sexo. A inscrição dos complexos que garante a falicidade necessária à função simbólica pode ter estado presente em quaisquer destes casos. Não por acaso os movimentos sociais de gênero marcam presença na defesa dos direitos civis dos seus representados e na busca de inclusão à ordem vigente. Eles se sustentam na função simbólica. Portanto, o que importa não se situa aí.

Ao tratarmos o sexual como sujeito e objeto da análise, é necessário colocar em segundo plano a ideia de identidade para compreendermos que o que culmina na identidade é uma complexa trama de processos identificatórios conflitantes que, nas palavras de Ribeiro (1996), “são impossíveis de serem completamente conciliadas entre si (...) e que lutam em vão para se tornarem identidade” (p.57).

Reconhecemos o caráter universal do repúdio da feminilidade. Entendemos que, de qualquer maneira, seja qual for a escolha de sexo e de objeto, o repúdio da feminilidade estará ali denunciando a oposição entre o Eu e a feminilidade primitiva e o conflito entre identificações no interior do Eu - mesmo nos casos em que se assume uma combinação de pênis e seios, nas bissexualidades manifestas, nas identidades feminilizadas, pois ainda aí, a referência à identidade de sexo será uma, híbrida ou não, mas uma hibridez e não outra, bissexualidade e não heterossexualidade, etc. Ainda aí, as funções do Édipo e da castração de levarem à assunção da castração serão embargadas pela angústia proveniente do desejo de ser penetrado que fora recalcado no inconsciente e que ameaça a integridade do Eu. Nos homens, a passagem ao ato da castração, como nos casos de emasculação, a assunção de uma identidade feminilizada, ou a assunção de uma identidade que corresponda ao desejo de ser penetrado, evidenciarão a tentativa de dar uma solução concreta para um conflito irremediável que se situa no interior do Eu. Mas, este conflito já estaria instalado.

Ribeiro (1996) afirma que a identificação à mãe inclui elementos sexuais-pré-

sexuais que permanecem incrustados, tornando-se propriamente sexuais e atacantes a partir das traduções do adulto. Do inevitável resto não traduzido, resultam “elementos desmembrados de uma identificação à mãe desqualificada pelo recalçamento” (p.57). Desta desqualificação de que fala Ribeiro é que depreendemos as raízes primitivas do repúdio da feminilidade. Este luta para evitar que a feminilidade das origens se imponha sobre o Eu sexuado.

A identificação à mãe quando se manifesta no campo do fenômeno não significa a ausência de conflito, mas como toda identidade de sexo, é uma solução de compromisso. Pensamos que a tentativa de afirmação do Eu sexuado através da assunção de uma identidade de sexo, independente de qual seja, indica sempre uma defesa fálica, uma representação secundária.

A tentativa infantil de superar o impacto traumático da descoberta da assimetria entre o adulto sexuado e a criança não-sexuada não encontraria solução fora do compromisso com uma escolha única de sexo e gênero, sejam quais forem os arranjos.

Afirmamos, acima, que as escolhas de sexo e de objeto se sustentam na melhor solução que se pode encontrar para os conflitos edipianos impostos pelo ambiente psíquico familiar. Mas, reconhecemos que esta solução não apagará o caminho percorrido até a aquisição de uma identidade de sexo e de gênero, necessariamente conflitiva e ligada à oposição entre o recalçado originário e o Eu. Este é o aspecto que garante ao repúdio da feminilidade o seu caráter universal - a pressão que o feminino pulsional recalçado faz sobre as pretensões de se ter uma identidade cristalizada.

Freud fala das diferentes formas de expressão do repúdio da feminilidade nas mulheres e nos homens. Buscamos ressaltar que não cabe imputar a um dos sexos uma expressão do repúdio e a outro, outra, pois o que é fundamental subjaz a esta determinação de sexo. Pensar a si próprio como um campo de forças pulsionais e identificações

conflitantes, forças que desmantelam categorias e modelos em prol da singularidade e da alteridade, talvez seja o aspecto mais difícil da situação de análise e fale muito de perto ao repúdio da feminilidade. O falo, como operador das identidades de sexo, evidencia a tendência do Eu a se alienar em um símbolo, procurando em algum lugar um ponto de apoio para escapar da precariedade e do desamparo inerente ao originário e subjacente ao Eu.

Por tudo que desenvolvemos até agora, seria possível dizer que a dimensão pulsional da sexualidade faria oposição ao valor teórico do imperativo fálico. A metapsicologia das pulsões faria recuar, sem anular, o modelo teórico onde o inconsciente coincide com o recalçado ideacional, com o representacional ancorado no falo.

Considerando a situação de análise, Figueiredo (1996) diz que “o pensamento representacional não nos ajuda em nada. Ele, no máximo, seria capaz de religar o novo ao já sabido de forma a garantir uma nova homogeneização do tecido da realidade” (p.85). Para o autor, a fala realizadora, que corresponde ao que é proposto na construção analítica, mobiliza as pulsões, toca o inconsciente e faz emergir, de forma irreconhecível, uma verdade histórico-vivencial.

Mobilizar pulsões onde a feminilidade é repudiada, desestabiliza o ponto de apoio fálico. Menos que tratar do perigo da castração que o analisando imputa ao analista, a tarefa da análise seria a de tratar do perigo pulsional envolvido no repúdio da feminilidade, perigo que consideramos estar ligado ao desejo de feminilidade presente na análise; menos que tomar a recusa à castração pelo temor da amputação, é propiciar movimentos que dissolvam a rigidez do Eu, a fim de permitir que algo do pulsional feminino originário possa favorecer a transformação deste Eu oficializado como identidade sexuada.

Consideramos que o destaque que Freud dá à diferença sexuada, a partir da fase fálica, minimiza a centralidade do sexual em favor de uma metapsicologia dos sexos,

minimizando, também, o traço cultural nas configurações do Édipo e da castração.

A formulação sobre os modos de funcionamento psíquico, em Freud, considera um modelo fundado sobre um único significante, apoiado nos complexos de Édipo e de castração a partir das observações nos indivíduos do sexo masculino. Entendemos que este significante único não é suficiente para compreender as origens da vida psíquica, a construção da diferença de sexo e as raízes primitivas do repúdio da feminilidade. Defendemos, portanto, a importância dos fatores tópicos, econômicos e dinâmicos que operam entre os dois registros, falicidade e feminilidade primária, a partir dos quais as raízes primitivas do repúdio da feminilidade teriam lugar no trabalho de análise.

## Considerações Finais

Buscamos colocar em destaque as idéias centrais que sustentaram o nosso trabalho, mas, sobretudo, ensejamos alinhar os nossos argumentos, buscando visualizar um tecido de idéias que possam devolver à prática analítica um retorno aos questionamentos que ela nos proporciona.

A despeito da diversidade das estruturações subjetivas que garantem a singularidade de cada processo analítico, poderíamos dizer de um aspecto invariante que nos chamou atenção em análise: à medida que o processo analítico avançara no tempo, mesmo quando a constelação edipiana esteve bem estruturada, fomos observando que as resistências e as repetições diziam respeito não só ao perigo da castração fálico-edipiana, mas traziam consigo a tentativa do indivíduo de se colocar protegido de conflitos e dores psíquicas mais primitivas.

No trabalho de análise, consideramos a presença da tentativa de afirmação de uma identidade subjetiva fálica que garantisse a não-exposição aos movimentos pulsionais e afetivos provocados pela presença de um outro, o analista, acrescida de uma desautorização dos efeitos pulsionais de seu próprio discurso, desautorização do outro em si mesmo, do recalado. De outro lado, na mesma cena psíquica, estava o desejo intenso de se abandonar, sem mediação das simbolizações fálicas, a um estado pré-subjetivo, em que pudesse ser ouvido o indizível, buscando pelas vias transferenciais um meio de afetar o analista e de estabelecer um elo primitivo pautado simultaneamente pelo desejo de união e pela angústia provocada por este desejo.

Seguindo a indicação de Freud (1937/1996), fomos buscar compreensão destas resistências naquele que seria o maior obstáculo da análise, o repúdio da feminilidade. O último capítulo de *Análise Terminável e Interminável* foi a nossa porta de entrada. Mas,

como Freud se deteve no repúdio da feminilidade a partir de suas formas de expressão já estruturadas no homem e na mulher, precisamos recorrer a outras referências para encontrar as raízes primitivas das formas sexuadas de expressão do repúdio, posto que ele se apresentou a nós não só como afirmação fálico-sexuada, mas também como desejo arcaico de estabelecimento de vínculos pulsionais primitivos. Buscamos um modelo teórico que nos permitisse articular dois registros psíquicos opostos: um, marcado por representações fálicas, e outro, marcado por representações destituídas em sua origem destas representações. Fomos buscar compreensão das resistências inerentes a uma espécie de neurose arcaica.

A opção pelo tema da feminilidade é vinculada aos processos de reflexão sobre estas situações, uma vez que a feminilidade, como passamos a entendê-la, nos remeteria ao originário dos processos psicosexuais que culminariam no repúdio da feminilidade - originário não restrito ao fato de ser primeiro na cronologia dos acontecimentos psíquicos, mas no sentido de fundante do psiquismo, ao qual sempre estaremos nos referindo ao abordamos o inconsciente. Para Conrad Stein, citado por Laplanche (1992), “o originário é exclusivamente o ato presente, a atualidade da situação analítica” (p. 167).

O nosso estudo nos levou a extrapolar as questões voltadas estritamente à teoria da prática, pois fomos tocados por uma outra concepção de sujeito psíquico que não aquele estritamente derivado do universal falocêntrico. Assim, chegamos ao pensamento dos nossos autores de referência. Mas, as suas formulações nos remeteram de volta à experiência analítica, pois, ali, apreendemos algo que dizia respeito à intervenção em análise, mas com uma importante ressalva: quando falamos que a teoria inspira a prática, não estamos nos referindo, definitivamente, à aplicação da teoria ou à técnica, mas tão somente à força com que a metapsicologia opera no inconsciente do analista e apresenta-se como intervenção.

Trabalhar dentro da dimensão do originário nos pareceu ser o mais próximo da proposta freudiana, de intervir sobre o inconsciente sexual. Por este motivo, buscamos os elos de ligação entre o repúdio da feminilidade e as origens do sujeito psíquico, pois reconhecemos que há um inevitável intercâmbio entre as premissas teóricas do analista e o que será validado por ele no discurso do paciente.

Quanto à relação entre as situações de análise pautadas pela ambivalência entre a falicidade e a feminilidade: Ribeiro (2000) nos propõe que haja, no trânsito entre o sexual feminino primário e a consolidação das representações fálicas, um processo no qual se estabeleça uma relação designada por ele como uma relação mimética mãe-criança. O recalçamento desta relação é imposto pela evidência do valor do pai no desejo da mãe, e a inscrição da lei do pai impõe o reconhecimento, pelo pai, da importância, para a criança, do ideal de potência que a mãe representa e na qual a criança busca se inserir. Este reconhecimento pelo pai é o que oferece as condições para que ele possa se compatibilizar com o ideal que a criança conhece.

Do ponto de vista das fantasias que permeiam um processo de análise, entendemos que o analista seria, ao mesmo tempo, uma das faces do par homogêneo e o terceiro que introduziria a ruptura nesta relação sem oposição, cabendo-lhe a assunção tanto da legitimidade de uma relação homogênea pautada por exigências pulsionais, quanto do papel de resguardar as fronteiras do Eu do analisando, oferecendo-se como interditor desta relação “dual” da qual ele é também um par. O trabalho sobre as resistências exigiria este duplo registro por parte do analista: a consideração do referente da feminilidade primária e da falicidade, na qual vigora o seu potencial de interdição a uma relação pré-verbal, estritamente pulsional.

Passamos a compreender, nas situações de análise às quais nos referimos, o repúdio da feminilidade como um mecanismo forjado contra o desejo de passividade. Este, a

despeito de estar severamente recalcado, se deixava evidenciar não só pelo radicalismo implicado em uma ação como a do repúdio, como também pelo vazamento das moções pulsionais femininas implícitas no pedido de um vínculo primitivo.

Esta compreensão nos levou a questionar o significado da intransponibilidade do repúdio da feminilidade anunciada por Freud. O que concluímos é que quando o analista reproduz em análise as funções do Eu do paciente, passando a conceber o sujeito psíquico como que fundado pela universalidade da castração e da ordem fálica, intrinsecamente dividido entre ter ou não ter pênis, ser fálico ou castrado, masculino ou feminino, pautado pela inveja do pênis ou pela angústia de castração, e se esta falicidade é concebida como núcleo do inconsciente, não cabe, na teoria e na prática, nenhuma outra saída para a intransponibilidade do repúdio da feminilidade. O lugar do qual parte a intervenção do analista pode ou não minimizar este repúdio e este embate entre as defesas fálicas que se impõem entre a dupla. Pensamos que a concepção de sujeito psíquico, centrada estritamente no falo, faria dos movimentos transferenciais o limite intransponível a uma terceira via: a de que a intervenção analítica pudesse funcionar tanto como interdito à recusa da feminilidade, quanto à recusa da individuação.

Na intervenção analítica derivada da consideração das raízes primitivas do repúdio da feminilidade, também não é a maternagem, no sentido winnicottiano, que faria apelo ao primitivo, nem tampouco interpretações diretas sobre o arcaico, no estilo kleiniano. O que estaria em jogo é a aproximação da cena analítica à cena da sedução originária, a produção da dimensão enigmática que a acompanha, como indicado por Laplanche (1993).

Anunciamos como nosso objetivo investigar quais as vantagens de conceber a existência de uma feminilidade primária como núcleo do recalcado. Além do já exposto, que, a nosso ver, promoveria alguma vantagem sobre as resistências, temos um segundo aspecto que nos leva a afirmar o papel positivo, na vida psíquica, do recalcado feminino,

primeiro representante da passividade. Entendemos que embora seja fundamental à estruturação da subjetividade o papel das referências fálicas, mediante o seu apoio ao esforço de coesão do Eu através do recalçamento da identificação feminina, por outro lado, é o recalçado feminino que teria uma ligação primordial com o atributo de plasticidade conferida ao psiquismo, favorecendo a expansão dos seus recursos e possíveis alterações nas formações sintomáticas derivadas do Eu.

Como vimos, em Laplanche (1992), a morte do psiquismo se dá também por rigidificação e síntese excessiva, morte do psiquismo pelo Eu. Buscamos subsídios teóricos para apontar que é a feminilidade primitiva que faz oposição ao Eu. Embora a ligação desta feminilidade com o pulsional pudesse representar a morte do psiquismo, os processos precoces de identificação da criança pelo adulto já teriam fornecido subsídios para que o sexual fosse uma força de ligação. Mas, quando a feminilidade é recalçada, há um desmembramento de seus elementos que a aproximariam da condição de fragmentação característica do pulsional. Seria deste caráter de fragmentação do recalçado que se poderia vislumbrar a dissolução das formações do Eu, vinculadas aos sofrimentos psíquicos, podendo dar lugar ao processo de construção em análise.

A vantagem de se pensar o núcleo do recalçado como feminino se situa no fato de que, em análise, nos é caro um conceito que ofereça contrapartida à rigidificação do Eu fálico-sexuado, ao obstáculo intransponível. Argumentamos que a instalação de um campo transferencial passível de intervir sobre o repúdio da feminilidade é concebível em uma concepção de sujeito psíquico que não se limite ao sujeito fálico.

Laplanche (1993) fala que a clivagem interna, que diz respeito ao outro em si mesmo e representa a alteridade interna, é o que está na raiz da angústia face à alteridade externa. Para ele, esta angústia é que se deve procurar reduzir a qualquer preço. O que se apresentou, ao longo da pesquisa, é que a expressão mais visível desta angústia é o repúdio

da feminilidade, posto que o outro clivado é o feminino.

Portanto, para que a análise se ancore na associação livre, o discurso do analisando não pode encontrar no analista os limites de uma concepção de Eu coeso e identificado às representações fálico-sexuadas, pois o repúdio da feminilidade se confirmaria enquanto o marco de finitude do processo analítico. Mesmo a atenção flutuante, condição psíquica necessária ao analista, seria inviabilizada na ausência radical de uma passividade-feminilidade ao que vem do outro. Entendemos que a maior resistência em análise é o repúdio da feminilidade no analista, fechando as portas para o acontecimento da alteridade.

Passamos agora à conclusão sobre o papel da diferença de sexo no repúdio da feminilidade. Como vimos, a partir do Édipo e da castração, o Eu se fará representar por um sexo, buscando não só a garantia da coesão, síntese e totalidade de sua imagem, mas afirmando-se como identidade sexuada. O Édipo/castração tem o papel normativo de lei, cuja função é a de organizar a sexualidade infantil e dirimir os conflitos internos ao Eu entre as identificações masculinas e femininas.

O trabalho sobre a constelação edipiana, mesmo considerando o caráter normativo e universal do Édipo, não nos obriga a tomá-lo a partir de uma única configuração. O entrelaçamento da cultura com o sexual se expressa em um mundo potencialmente afeito a indefinidas possibilidades de organização da sexualidade, onde há transformação dos valores que ordenam as diferenças sexuais e que são socialmente expressas: homoparentalidade, famílias monoparentais, união legal de indivíduos do mesmo sexo. Estes quadros obrigam a psicanálise a se interrogar sobre alguns dos seus pressupostos conceituais sobre Édipo e castração e sobre a sua representação da família.

As representações clássicas do Édipo e das representações familiares tradicionais ofuscam o mais importante, as contingências variáveis das configurações do Édipo, nas quais imperam representações e fantasias veiculadas num dado ambiente psíquico-familiar.

Há variabilidade não só nas representações do sexual, do sexo e do gênero, mas também nos diferentes graus de coerção exercida pelos complexos de Édipo e de castração. “Mais ou menos coercitivo”, “mais ou menos clássico”, são critérios atravessados pelas vicissitudes do sexual e das representações de sexo e gênero veiculadas na família e é também um critério atravessado pelas contingências culturais nas quais a família se insere. Édipos não configurados classicamente não denotam necessariamente a incapacidade de simbolização do indivíduo submetido a certas contingências, mas certamente demandariam da psicanálise modelos menos rígidos quanto à função do falo/castração na construção dos recursos psíquicos de simbolização. Laplanche (2007) nos propõe a seguinte questão:

(...) a universalidade do complexo de castração em sua forma rígida, em seu rígido e lógico contraste do fálico/castrado, esta universalidade é inevitável, [ou] não há modelos de simbolização que sejam mais flexíveis, mais múltiplos, mais ambivalentes? (tradução nossa).

Para nós, a formulação de Ribeiro que leva o reconhecimento da importância da identificação feminina primária a se instalar ao lado do reconhecimento do valor do falo como interdito recalcante, já anuncia um modelo de simbolização mais flexível, no qual a noção de castração possa se restituir como desejo ou como defesa, mas à margem da rigidez do modelo restrito ao significante fálico, contemplando as ambivalências de que fala Laplanche. Preferimos adotar, aqui, a identificação feminina e o valor do falo a partir do seu recorte enquanto construtos teóricos, em detrimento da situação fenomênica pai/mãe, pois tomamos o lugar simbólico do pai e da mãe não como reprodução da família clássica, na qual estas presenças reais são requisitadas. O que pensamos que leva à estruturação da subjetividade é o confronto da criança com o mundo adulto, sexual e sexuado, mundo que forjará os representantes da feminilidade e da falicidade, assim como

na cena analítica.

O que mais importa à nossa pesquisa na releitura do Édipo e da castração, é que o repúdio da feminilidade possa ser universalizado, não pelo viés da diferença identitária de sexo, já estruturada no homem e na mulher a partir do Édipo clássico, mas que possa seja levado em consideração que a sua insurgência é evidência da oposição entre o recalcado feminino e o Eu, sendo as suas formas de expressão falicizadas consideradas como uma tentativa do psiquismo de evitar o arrombamento das fronteiras do Eu, levando consigo a convicção na representação de sexo cristalizada no pré-consciente-consciente. Entendemos a tarefa do analista como escuta ao que é encoberto pela identidade, invertendo o sentido do repúdio da feminilidade, passando a tomá-lo pelo o que se opõe à idéia de identidade: ele seria repúdio ao inconsciente pautado por feminilidade.

Pensamos que, para a psicanálise, no que concerne ao repúdio da feminilidade, antes do interesse no que a anatomia reservara como destino, homem = angústia de castração, mulher = inveja do pênis, está o interesse nas vicissitudes do sexual que fazem, de cada singularidade, um representante legítimo da ambivalência entre as identificações masculinas e femininas, entre o ativo e o passivo, e, na base deste processo, entre o penetrante e o penetrado.

O recalque da identificação feminina é uma operação de um custo imenso de energia psíquica, o que evidencia a importância desta identificação na vida psíquica. A reverência à feminilidade também é anunciada por Freud (1937/1996) ao convocar o analisando a alterar sua atitude para com o repúdio da feminilidade. Pensamos que cabe à teoria psicanalítica atentar para o fato de que tanto o determinante fálico quanto a feminilidade primária como conceito disruptivo da hegemonia do falo se fazem presentes nas situações de análise, encenando o conflito inerente ao psiquismo entre forças ambivalentes quanto às suas naturezas.

Figueiredo (2000), na resenha que fez do livro “*O problema da identificação em Freud – recalçamento da identificação feminina primária*” (Ribeiro, 2000) pergunta se é possível construir um pensamento consistente como o de Ribeiro sem que houvesse um recalçamento da identificação feminina primária; questiona, assim, se haveria coerência entre o esforço teórico, que está mais ao lado da atividade, da autoria, das articulações, das diferenças, das categorizações, da identificação ao pai, e a defesa da existência de uma passividade radical originária, da ordem do absoluto, da indiferenciação, da identificação feminina primária, como se perguntasse: onde está a suposta feminilidade no texto do autor?

O que apreendemos da proposta de Ribeiro não seria afirmar-se como feminino, mas postular sobre o percurso da feminilidade na vida psíquica. De qualquer maneira, fizemos uso do questionamento de Figueiredo, mas sem chegar à mesma conclusão. Pensamos que o trabalho teórico em psicanálise, a despeito da falicidade implicada na ação, sempre estará subsidiado pela abertura que o objeto da pesquisa já promoveu – Ribeiro tece, destecendo o que está já está posto como verdade. Sendo o seu objeto a feminilidade primária, a própria representação da abertura, o leitor é tocado por um referente silencioso, produtor de enigmas, que não permite alienação da condição de precariedade e desamparo do Eu.

No que tange à presente pesquisa, ela foi uma tentativa de não paralisar frente à precariedade, de assumi-la como condição. Explorar o repúdio da feminilidade seria, por assim dizer, responder ao apelo do feminino recalçado, do sonho de uma feminilidade primitiva, que só poderia sonhar *a posteriori*, ao se fazer reconhecer através da idéia do repúdio.

Esta não foi uma travessia fácil, porque transcendeu à síntese de idéias e ofertou uma abertura de desdobramentos incertos, mas que certamente cumpriu o seu papel de

seduzir e de produzir os enigmas necessários à sustentação do desejo de traduzi-los. E, agora, cabe arcar com as conseqüências de tomar a feminilidade das origens como objeto de estudo.

Ferenczi (1928/1990) pensa que a introjeção psíquica dos órgãos da mulher levariam os homens a permitirem, sem receio, confiar o representante do seu Eu-prazer a um ser ao qual seu Eu se identificou. “Assim, no ato sexual, o desejo de dar e o desejo de conservar as tendências egoístas e as tendências libidinais conseguem se equilibrar” (p.22).

Estendendo a referência de Ferenczi ao humano e remetendo esta passagem ao nosso objeto de estudo, o repúdio da feminilidade seria o maior antagonista do equilíbrio entre o amor e o Eu, impondo a escolha “ou Eu ou o outro”, como se pudesse haver Eu sem o outro, o outro recalcado. Esta é questão que exige muito mais fôlego, talvez já se oferecendo como possibilidade de um outro estudo.

## Referências Bibliográficas

- André, J. (1996). *As origens femininas da sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_ (2001). Entrevista: Jacques André. In *Ide*, Vol. 34, pp. 84-88. São Paulo: SBPSP.
- Assoun, P. L. (1993). *Freud e a mulher*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. (1949/2009). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Birman, J. (1992). Uma leitura de Fragmentos de uma análise de histeria. In C. S. Katz et al. (Org.). *A histeria – o caso Dora: Freud, Melanie Klein, Lacan*, pp. 101-131. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ (1998). O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 8(1), pp.123-144.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Gramáticas do erotismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2006). Genealogia do feminino e da paternidade em psicanálise. In *Natureza Humana*, 8(1), 163-180. Recuperado em 11 de março, 2009, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/nh/v8n1/v8n1a05.pdf>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Celes, L. M. (1995). *Sexualidade e subjetivação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_ (2005a). Sedução e feminilidade em transferência. In *Ágora*, VIII(1), 77-94.
- \_\_\_\_\_ (2005b). Psicanálise é trabalho de fazer falar; e fazer ouvir. In *Psychê*, IX(16), pp. 25-48.

- Ferenczi, S. (1928). *Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Obras Completas*, vol. IV. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo, L. C. (1999). Considerações metodológicas preliminares. In *Palavras cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Editora Escuta.
- \_\_\_\_\_ (2000). Pensar, escutar e ver na clínica psicanalítica: uma releitura de “Construções em análise”. In *Percurso Revista de Psicanálise*, 16(1), p.81-89.
- \_\_\_\_\_ (2000). Psicanalisando a psicanálise. In *Percurso Revista de Psicanálise*, 25(2).
- Foucault, M. (1979). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_ (2006). *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega.
- Freud, S. (1895). Estudos sobre a histeria – Breuer e Freud. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. II, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1896). A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.III, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1900). A interpretação dos sonhos. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.V, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1905 [1901]). Fragmento da análise de um caso de histeria. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira*

*das obras completas de Sigmund Freud*, vol.VII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1908). Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1913 [1911]). Sobre a psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. in *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1916-1917 [1915-17]). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Em *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol.XV e XVI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1918 [1914]). História de uma neurose infantil. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1920). Além do princípio de prazer. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol.XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1921). Psicologia de grupo e a análise do Ego. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1923 [1922]). Dois verbetes de enciclopédia. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1923a). O ego e o id. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XIX,. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

- \_\_\_\_\_ (1923b). A organização genital infantil: uma interlocução na teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1925). Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1925 [1924]). Um estudo autobiográfico. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1926 [1925]). Inibições, sintomas e ansiedade. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1926). A análise leiga. Em *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1931). Sexualidade Feminina. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1933 [1932]). Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1937). Análise terminável e interminável. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1940 [1938]). Esboço de psicanálise. In *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- \_\_\_\_\_ (1950 [1892-1899]). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. Rascunho M. Notas II. (25 de maio de 1897). In *Edição standard brasileira das obras completas de*

*Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago, 1996.

\_\_\_\_\_ (1982/1873-1939). *Sigmund Freud: correspondências de amor e outras cartas*. Edição preparada por Ernst L. Freud. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

\_\_\_\_\_ (1915a). Pulsões e destinos da pulsão. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol. 1, Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_ (1915b). O recalque. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol.1, Rio de Janeiro: Imago, 2004.

\_\_\_\_\_ (1915c). O inconsciente. In *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*, vol.2, Rio de Janeiro: Imago, 2004.

Gay, P. (1989). *Freud: uma vida para o nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Khel, M. R. (1998). *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago.

Lacan, J. (1987) *Os complexos familiares na formação do indivíduo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Laplanche, J. (1988) *Problemáticas II: castração-simbolizações* (1a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (1993). Da transferência: sua provocação pelo analista. In *Percurso Revista de Psicanálise*, 10(1), 73-83.

\_\_\_\_\_ (1996). Entrevista com Jean Laplanche. [Versão eletrônica]. *Revista de Psicanálise* SPPA. Recuperado em 16 de outubro, 2008, de <http://www.sppa.org.br/entrevistas.php>

\_\_\_\_\_ (1997). *Freud e a sexualidade: o desvio biologizante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- \_\_\_\_\_ (2001). Pulsão e Instinto. In *Percurso Revista de Psicanálise*, 27(2), 5-14.
- \_\_\_\_\_ (2007a). Gender, Sex and the Sexual. [Versão eletrônica]. *Studies in Gender and Sexuality*. Recuperado em 29 de Janeiro, 2009, de <http://www.highbeam.com>
- \_\_\_\_\_ (2007b). Excertos de uma entrevista com Jean Laplanche: realizada por Alberto Luchetti [Versão eletrônica]. *Estudos de Psicanálise*, n.30, p.09-16. Recuperado 29 de Jan, 2009, de <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ep/n30/n30a02.pdf>
- Laplanche, J., & Pontalis, J. (1998). *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- McDougall, J. (1987). Conferências Brasileiras. *Coleção Espaço Psicanalítico*, vol.1. Rio de Janeiro: Xenon.
- Mezan, R. (2002). *A vingança da esfinge: ensaios de psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mitchell, J. (2006). *Loucos e medusas: o resgate da histeria e do efeito das relações entre irmãos sobre a condição humana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nasio, J. D. (1991). *A histeria: teoria clínica e psicanalítica*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Neri, R. (1999). *Modernidade: o encontro histórico da psicanálise com a histeria – Clarice Lispector e Marguerite Dumas: o feminino como cultura da feminilidade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Ribeiro, P. C. (1996). Sedução generalizada e primazia do sexual. In *Percurso Revista de Psicanálise*, 16(1), 49-57.
- \_\_\_\_\_ (1997a). Perlaboração: feminilidade e transformação do eu na técnica da psicanálise. *Percurso Revista de Psicanálise*, 18(1), 39-50.

\_\_\_\_\_ (1997b). Rumo a uma teoria psicanalítica da feminilidade. *Cadernos de Psicologia*. Revista do Departamento de Psicologia da UFMG, 7(1), 123-136.

\_\_\_\_\_ (2000). *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*. São Paulo: Escuta.

Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sigal, A. M. (2003). O originário: um conceito que ganha visibilidade. *Percurso Revista de Psicanálise*, 30(1), 59-66.

Tort, M. (2007). *La fin du dogme paternel*. France: Champs Flammarion.

Zaretsky, E. (2006). *Segredos da alma: uma história sociocultural da psicanálise*. São Paulo: Cultrix.